

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E  
EDUCAÇÃO - UNAHCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**RODRIGO ANTONIO MATTOS**

**ENTRE LEMBRANÇAS E LUTAS: MEMÓRIAS DE  
PROFESSORES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SINTE  
REGIONAL DE ARARANGUÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alex Sander da Silva

**CRICIÚMA  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M444e

Mattos, Rodrigo Antonio.

Entre lembranças e lutas : memórias de professores sobre a constituição do SINTE Regional de Araranguá / Rodrigo Antonio Mattos. – 2016.

153 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

Orientação: Alex Sander da Silva.

1. Sindicato dos Trabalhadores na Educação – Araranguá (SC) – História. 2. Movimento trabalhista – Professores. 3. Movimento sindical – Professores. 4. Magistério – História. I. Título.

CDD. 22ª ed. 331.88113711


**RODRIGO ANTONIO MATTOS**

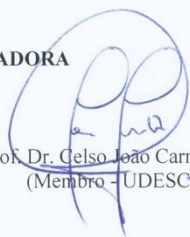
**ENTRE LEMBRANÇAS E LUTAS: MEMÓRIAS DE  
PROFESSORES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SINTE  
REGIONAL DE ARARANGUÁ**

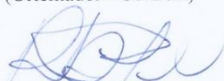
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 24 de novembro de 2016.

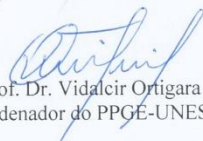
**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Alex Sander da Silva  
(Orientador - UNESC)

  
Prof. Dr. Celso João Carminati  
(Membro - UNESC)

  
Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller  
(Membro - UNESC)

Prof. Dra. Giani Rabelo  
(Suplente - UNESC)

  
Prof. Dr. Vidalcir Ortigara  
Coordenador do PPGÉ-UNESC

  
Rodrigo Antonio Mattos  
Mestrando



Aos trabalhadores em Educação no Estado de Santa Catarina que estiveram na luta nas últimas décadas, defendendo a valorização desta categoria.

À minha mãe, dona Nina, que sempre me mostrou que devemos lutar pelos nossos sonhos, com trabalho e honestidade.

À minha esposa Virgínia, que me incentivou e me mostrou a possibilidade de realizar um sonho.

Ao Orientador Professor Dr. Alex Sander da Silva pela valiosa ajuda tornando possível a realização desse trabalho.

À professora Dra. Giani Rabelo, que me orientou durante o primeiro ano do Mestrado, pela colaboração e paciência.

Aos guerreiros incansáveis do SINTE – Regional de Araranguá, que me ensinam todos os dias os caminhos para o entendimento revolucionário.

Aos professores que auxiliaram nessa pesquisa, concedendo parte de suas memórias para que essa pesquisa pudesse ser realizada.



## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores Alex Sander, Giani Rabello, Gladir da Silva Cabral, Antônio Serafim Pereira, Vidalcir Ortigara, Ademir Damazio, Giani Rabelo e André Cechinel.

Aos meus colegas de turma, de modo especial a Daiane Rosa Fregúlia, Cecília Piazza e Odécia Souza, pela amizade, pelo apoio e presteza em nosso trabalho.

Aos meus colegas de trabalho no Sinte - Regional Araranguá, Gerson Barbosa Nascimento e Réd Aparecida Silveira.

Aos meus alunos da Escola Educação Básica Eremeta Souza, que de alguma forma me deram coragem para não desistir.

Aos colegas e companheiros de Sindicato: Eliete Mercedes Martins, Márcia Beatriz Mattos, Vanessa Policarpo Maciel, Luciane Pereira Garcia, Emerson Dalanhol Padilha, Luciane W. Cipriano, Ronaldo dos Santos, Maria Edenir Espindula Fernandes, Janete dos Santos Machado e Rita de Cássia Raupp Costa.

Aos entrevistados que com paciência e tranquilidade concederam informações importantes para a realização dessa pesquisa.



“O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.”

Friedrich Engels



## RESUMO

O estudo aborda as memórias dos professores sobre a constituição do SINTE Regional de Araranguá, entre os anos de 1980 a 1989. Como problema de pesquisa destaca-se: qual o olhar dos professores sobre a transição da ALISC para o SINTE, e sua colaboração na constituição do SINTE Regional de Araranguá? O objetivo geral é analisar o olhar dos professores fundadores, a partir de suas memórias, e sua colaboração na constituição do Sinte Regional Araranguá. Esta pesquisa foi organizada baseada em entrevistas com oito professores que participaram diretamente em algum momento da constituição do SINTE, sendo a faixa etária entre 53 e 75 anos, sendo um homem e sete mulheres. A construção metodológica da pesquisa deu-se a partir da História Oral, onde os entrevistados recordaram experiências de sua vida escolar enquanto alunos, os primeiros anos lecionando, o primeiro contato com o movimento sindical e as lembranças das mobilizações da categoria. A pesquisa foi fundamentada teoricamente em referências que buscaram analisar as variadas facetas que circulam no universo do sindicalismo, em especial a história da fundação do núcleo regional da ALISC, a APROVA, que com o direito adquirido de sindicalização transformou-se em SINTE Regional. Esse estudo foi segmentado nos seguintes eixos: sindicalismo, história da educação e memória. A fundamentação teórica alicerça-se nos conceitos atribuídos ao olhar dos professores sobre a constituição do SINTE Regional de Araranguá, na concepção de sindicalismo e da memória. Rememorar os fatos pelo prisma desses professores e também compreender os esquecimentos daqueles que aceitaram o desafio de reviver as lembranças, é uma oportunidade de reconstruir uma parcela da história da educação, que comumente é contada através das concepções pedagógicas. Entretanto, essa pesquisa buscou abrir espaço para a história do magistério ser contada por um outro olhar, pois assim, outros olhares poderão surgir e ampliar no meio acadêmico e na sociedade o entendimento das múltiplas histórias.

**Palavras-chave:** Educação. Magistério. Memória. Sindicalismo.



## ABSTRACT

The study addresses the teachers' memories on the establishment of the Regional SINTE of Araranguá, between the years 1980-1989. The research problem are: What the teachers look at the transition from ALISC to SINTE, and their collaboration in establishment of the Regional SINTE of Araranguá? The overall objective is to analyze the look of the founding teachers, from their memories, and their collaboration in the establishment of Sinte Regional Araranguá. This research was organized based on interviews with eight teachers who participated directly in some point of the constitution of SINTE, the age group between 53 and 75 years, a man and seven women. The methodological research construction took place from the Oral History, where respondents remembered experiences of their school life as students, the first years of teaching, the first contact with the labor movement and the memories of the mobilizations of the category. The research was theoretically based on references that sought to analyze the various facets circulating in the unionism of the universe, especially the history of the ALISC regional core foundation, the APROVA, that with the acquired right of unionization became SINTE Regional. This study was divided in the following areas: trade unionism, education history and memory. The theoretical framework founded on the concepts attributed to the teachers' views on the establishment of the Regional SINTE of Araranguá, in syndicalism design and memory. Recollecting the facts through the prism of these teachers and also understand the forgetfulness of those who accepted the challenge of reliving the memories, it is an opportunity to rebuild a part of the history of education, which is often told through the pedagogical concepts. However, this research sought to make room for the history of the Magisterium be told by another look, as well, other eyes will emerge and expand in academia and in society the understanding of the multiple stories.

**Keywords:** Education. Magisterium. Memory. Syndicalism.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Professora Vera, professora Jaqueline, professora Neuza, professor Jairo e Professor Celso em Congresso do SINTE.....	88
<b>Figura 2</b> - Professora Madeca, em reunião da APROVA.....	90
<b>Figura 3</b> - A professora Celi Cecconi participando de apresentação do Coral dos Professores da APROVA, 1987.....	92
<b>Figura 4</b> - Assembleia Regional do Sinte, no Salão da Igreja Nossa Senhora mãe dos Homens, em Araranguá/SC.....	93
<b>Figura 5</b> - Professora Nilva Gabriel, professor Jairo Cesar e professor Pedro Paulo Cardoso em mobilização em Florianópolis..	95
<b>Figura 6</b> - Diário oficial/SC n.12997 de 14.07.1986, oficializando a fundação da APROVA.....	101
<b>Figura 7</b> - Ofício 03/83, enviado à ALISC, oficializando a fundação da APROVA.....	102
<b>Figura 8</b> - Nominata dos sócios fundadores da APROVA.....	104
<b>Figura 9</b> - Jornal “O Aliscão”, n.11, ano 3, setembro de 1983, órgão informativo interno da ALISC.....	110



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAESC	Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina
ABC	Santo André/SP, São Bernardo/SP e São Caetano/SP.
ACT	Admitido em Caráter Temporário
ACP	Associação Catarinense de Professores
AI	Ato Inconstitucional
ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ALISC	Associação dos Licenciados de Santa Catarina
AOESC	Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina
APEOSP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APGF	Associação dos Professores da Grande Florianópolis
APJ	Associação dos Professores de Joinville
APP-Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
APROVA	Associação dos Professores do Vale do Araranguá dos Professores de Maravilha
APRB	Associação dos Professores da Região de Brusque
APROMAR	Associação
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASESC	Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina
ATUPRE	Associação dos Professores da Região de Tubarão
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CICIAR	Centro Intercolegial Integrado de Araranguá
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COB	Confederação Operária Brasileira
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CRE	Coordenação Regional de Educação
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FESC	Federação dos Educadores de Santa Catarina
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUCRI	Fundação Universitária de Criciúma
GERED	Gerência Regional de Educação



IEMES Instituto Educacional Madre Elisa Savoldi  
MDB Movimento Democrático Nacional  
PCB Partido Comunista Brasileiro  
PEE Plano Estadual de Educação  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PROASC Professores Associados do Sul Catarinense  
PT Partido dos Trabalhadores  
RU Restaurante universitário  
SEPE-RJ Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro  
SINTE Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina  
UCRE Unidade de Coordenação Regional de Educação  
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina  
UJC União da Juventude Comunista  
UNE União Nacional dos Estudantes  
UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense  
UNISUL Universidade do Sul de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>2 O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL.....</b>	<b>29</b>
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO.....	31
2.2 O NOVO SINDICALISMO NO BRASIL.....	44
<b>3 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CATARINENSE.....</b>	<b>52</b>
3.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA EM SANTA CATARINA: CAMINHOS CRUZADOS.....	53
3.2 A FORMAÇÃO DA ALISC.....	66
<b>4 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....</b>	<b>74</b>
4.1 MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA CULTURAL....	76
4.2 A BUSCA PELA MEMÓRIA DOS PROFESSORES.....	86
<b>5 ENTRE LEMBRANÇAS E LUTAS: MEMÓRIAS DE PROFESSORES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SINTE REGIONAL DE ARARANGUÁ.....</b>	<b>96</b>
5.1 APROVA: O DESPERTAR DE UMA CATEGORIA.....	97
5.2 A FUNDAÇÃO DO SINTE NA MEMÓRIA DE PROFESSORES.....	126
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
<b>FONTES ORAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>147</b>
ANEXO A – Roteiro das entrevistas.....	148
ANEXO B – Estatuto da APROVA, página 1.....	150
ANEXO C – Estatuto da APROVA, página 2.....	151
ANEXO D – Estatuto da APROVA, página 3.....	152
ANEXO E – Estatuto da APROVA, página 4.....	153



## 1 INTRODUÇÃO

Ao entrar no magistério catarinense em 2011 enfrentamos nos primeiros meses de atividade escolar uma das maiores greves realizadas pela categoria, com aproximadamente 90% de adesão e duração de 64 dias. A falta de entendimento do movimento sindical, o desconhecimento da estrutura estadual de ensino e a inexperiência nos colocaram em uma situação desconfortável. Nós, professores, geralmente não nos enxergamos como trabalhadores, como explica Jover Telles (1981, p.2) “Com o desenvolvimento do capitalismo não somente aumenta o número de operários, como também surge e se acirram novas contradições de classe”.

Após voltar às aulas, tentando entender aquele *tsumani* de informações que, em sala de aula, na maioria das vezes, por sobrecarga de aulas, desinformação e acomodação, nós professores não buscamos conhecer. Desse modo, fomos buscar os motivos que a grande mídia, a imprensa especializada e principalmente a universidade na formação de professores, não discute o assunto: movimento sindical dos professores.

Durante o período de 2011 a 2013 direcionei os estudos para a compreensão das lutas dos trabalhadores, especialmente dos servidores públicos da educação. A falta de pesquisa nesta área fez com que meu sonho de cursar o mestrado fosse renovado, sendo que no ano de 2012 iniciou-se com a proposta de um novo movimento grevista que lutaria pelo “Piso Salarial Nacional” na carreira do magistério, criando-se assim um sonho de valorização como jamais havia acontecido na educação catarinense, nesse sentido, Luiz Werneck Vianna, aduziu que: “uma formação social específica cuja ambiência conjuntural seria dada a partir das tensões que a cortavam em várias dimensões: entre o capital e o trabalho” (1978, p.252).

No entanto, a negativa do Governo do Estado de Santa Catarina ao pagamento do reajuste de 22,22% no mês de janeiro, data base da categoria, fez com que uma nova greve se iniciasse com a duração de 18 dias, ressaltando-se que tivemos a oportunidade de sermos escolhido na regional de Araranguá como o representante de base para o comando de greve estadual.

Para buscar explicar a formação da classe trabalhadora, Ricardo Antunes (1982) alega que somente com as dificuldades coletivas é que buscamos nos unir em prol de uma solução.

Diante das situações de greve em que nos vimos inseridos, pois não poderíamos passar sem algumas transformações pessoais pelo

movimento grevista, tornou-se latente o desejo e a vontade de buscar conhecimentos profundos acerca da instituição que representa a classe educacional.

Buscar uma explicação para a atuação do proletariado brasileiro e da sua consciência em separado da história do desenvolvimento da nossa formação econômico-social, excluindo uma análise que penetre nas complexas relações sociais de produção e que entenda a forma de inserção desta classe neste processo, desconsiderando a atuação concreta desta classe frente aos problemas que lhe são postos (ANTUNES, 1982, p.60).

Em 2013, em meio às incertezas que a carreira de um professor contratado temporariamente - ACT impõe, bem como juntamente com a esperança de um futuro melhor, encaramos novos desafios.

Junto com outros colegas professores formamos uma chapa de oposição e renovação para disputar as eleições sindicais, destacando-se que os professores que compuseram a chapa não faziam parte da direção do sindicato, tanto regional quanto estadual.

Assim, o envolvimento direto com o movimento sindical, destrinchando sua estrutura, buscando o conhecimento não só através dos diversos diálogos, mas também analisando e verificando todo o material da história sindical contido em livros-atas, fotos, recortes de jornais, livros que relatam histórias, folhetos e todos os tipos de manifestos, fez com que surgisse em meus olhos o brilho e a certeza de que todo esse material que estava em minhas mãos era bastante rico e claramente poderia ser objeto de exploração, pesquisa e, inevitavelmente, uma grande oportunidade de aprendizado.

Dessa maneira, a presente pesquisa buscará refletir sobre as memórias do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE) - Regional Araranguá no período de sua formação, entre 1987 e 1992, no extremo Sul do Estado de Santa Catarina.

Nesta perspectiva, faz-se necessário entender o papel político dos professores na construção de uma entidade representativa da classe trabalhadora, isto é, o sindicato.

Nesse contexto, para desenvolvermos uma investigação acerca do significado da criação de uma entidade, de modo particular, do Sindicato Regional, traçamos a seguinte questão problema: Qual o olhar dos professores sobre a transição da ALISC para o SINTE, e sua colaboração na constituição do SINTE Regional de Araranguá?

A pesquisa tem como objetivo geral Analisar o olhar dos professores fundadores, a partir de suas memórias, e sua colaboração na constituição do SINTE - Regional Araranguá e tem por objetivos específicos analisar como o sindicato constituiu-se como uma entidade representativa da classe trabalhadora na luta e na defesa do seu interesse; Identificar através dos relatos das memórias do movimento sindical dos professores da educação pública estadual do Vale do Araranguá, a visão sobre contribuição para a profissionalização do magistério público estadual no Vale do Araranguá; Relatar as lembranças sobre a constituição do SINTE Regional de Araranguá através das memórias de professores que colaboraram na formação da entidade.

Ainda, importante registrar que o SINTE/SC é uma instituição sindical que representa os professores da rede pública da educação básica do Estado de Santa Catarina, foi criado legalmente em 1988. Conforme afirma Souza (1996, p.54):

O SINTE é criado em 06 de outubro de 1988 (data do pedido de registro junto à Delegacia Regional do Trabalho), em Assembleia Geral do magistério, realizada na cidade de Florianópolis, nas dependências do Colégio Estadual Henrique Stodiek, com a presença de aproximadamente sessenta pessoas, conforme ata de registro das atividades.

O sindicato possui sua sede em Florianópolis, porém tem 31 sub-sedes divididas por todo interior do estado.

Vale salientar também que anteriormente a Constituição de 1988<sup>1</sup> era proibido aos servidores públicos se agruparem em sindicatos, desta forma, os professores públicos de Santa Catarina se organizavam em associações, conforme afirma Souza (1996, p. 57) “a representação do magistério divide-se entre ALISC, AOESC, ASESC e AAESC”, sendo a ALISC a associação estadualizada de um segmento de profissionais da educação, em outras regiões do Estado de Santa Catarina outros segmentos também se reuniam, e outras associações de profissionais da educação surgem como a AOESC- Associação dos Orientadores

---

<sup>1</sup> A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 37, parágrafo VI diz “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”, antes de 1988 os servidores públicos eram proibidos de ser sindicalizados.

Educação de Santa Catarina em 1970, na cidade de Blumenau, ASESC – Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina, e a AAESC- Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina em 1984, em Florianópolis.

No Vale do Araranguá os professores se organizaram também em uma associação, a APROVA - Associação dos Professores do Vale do Araranguá, que tinha a incumbência de organizar a categoria no extremo sul catarinense. Normalmente, alguns professores ligados a APROVA participavam como representante regional nas reuniões da ALISC. Todavia, com a possibilidade de construir um sindicato e unir a categoria numa única instituição, os professores do Vale do Araranguá decidiram em 1989, após algumas reuniões com lideranças estaduais e regionais, migrar os professores da APROVA para o SINTE/SC.

Tanto no sindicato como na associação, a categoria tem um histórico de luta em defesa da educação catarinense, porém vale lembrar que a organização do magistério catarinense é recente, mas de uma importância gigantesca.

E, é através das lutas dos anos de 1980 que muitos direitos foram conquistados, entretanto, foi com a formação do SINTE/SC, que agrupou todos os servidores da rede pública estadual, que se fortaleceu e pluralizou a instituição.

Dessa forma, a pesquisa buscou os documentos que estão nos arquivos do SINTE-Regional Araranguá e os livros que abordam o movimento sindical, bem como entrelaçou os dados obtidos com as entrevistas com professores que participaram ativamente da organização sindical entre 1987 e 1992.

Destarte, salienta-se que a Memória e a História Oral são as fontes principais desta pesquisa, mas não usadas de forma isolada, justamente porque o rigor acadêmico exige que essas fontes sejam confrontadas com documentos oficiais, livros e artigos que abordam o tema.

Deste modo, é através do questionamento de Alberti onde ele diz que: “se as entrevistas, tomadas como fontes, são uma forma de nos aproximar da realidade, cabe perguntar o que podemos aprender especialmente com elas”, (2004, p.78), que buscamos, através das entrevistas realizadas e semi-estruturadas, entender de que maneira aconteceu à transição de representatividade de uma classe, entre APROVA e SINTE/SC, processo que aconteceu em 1988-1989, mas que iniciou um pouco antes e não foi encerrado mesmo com a fundação do sindicato dos professores.

Esse processo de analisar os dados oficiais e bibliográficos com as entrevistas, somente será possível através de uma ampla leitura sobre as obras relacionadas ao movimento sindical, utilizando-se como base alguns autores que se dedicam a escrever sobre o movimento sindical no Brasil e sobre a formação do SINTE/SC, tendo como os principais colaboradores Ricardo Antunes, João José Sady, Jover Telles, Luiz Werneck Vianna e Ana Maria Borges de Souza.

Além das supracitadas leituras feitas para embasar o presente trabalho, também nos utilizamos da realização de entrevistas semi-estruturadas, onde as questões elaboradas serviram como um roteiro, porém, trata-se apenas de uma linha norteadora, pois, provavelmente, com o desenvolvimento das conversas, surgiram novos questionamentos, entretanto, sem fugir do foco de discussão. Sobre o tema entrevista semi-estruturada, discorreu Triviños (1987, p. 152): “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”.

Portanto, nessa pesquisa, buscamos não só as lembranças dos professores, como também a criação de questionamentos sobre a atividade sindical, permitindo que o entrevistado não só relate friamente sua experiência, mas também incorpore alguns fatos ou situações a qualquer momento na entrevista.

O autor Eduardo José Manzini (1990/1991, p. 154) também discorre sobre as entrevistas semi-estruturadas: “esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”.

Pretendemos dessa maneira, através da memória dos professores que participaram deste início, construir uma pesquisa que colabore na formação de professores que busquem a valorização profissional, pois essa história recente pode ser reconstruída através da junção de documentos com a memória de seus personagens, trazendo uma riqueza de detalhes e trazendo à tona fatos importantes que na maioria das vezes não fazem parte dos documentos oficiais.

A presente pesquisa se configura numa abordagem qualitativa que busca alcançar o foco da problematização da pesquisa em sua profundidade, porém de uma forma participativa, podendo surgir novos questionamentos. Para isso, não serão utilizadas estatísticas e regras, mas comparações, interpretações e descrições, afinal, de acordo com Souza (1996, p. 23) “nas pesquisas na área de educação adota-se a história de vida”.

Com relação ao método de pesquisa adotado nesta dissertação, diga-se, pesquisa qualitativa, esta não se preocupa apenas com os

resultados, pois o processo de pesquisa está acima do fim que ela traz do ponto de vista da história cultural, mas se compromete com um maior entendimento da história dos educadores, uma vez que a educação só é possível se feita com várias mãos. Assim, a luta dos trabalhadores em educação não é diferente então, sua história enquanto entidade de classe, não é singular, mas sim pluralizada.

No que tange à escolha dos professores entrevistados levou-se em consideração os elementos encontrados nos livros Atas da Aprova e das reuniões de representantes regionais da ALISC, dos quais trazem dados como lista de presença, nomes de sócio-fundadores, nomes dos diretores em diversos períodos, relatórios de trabalhos organizacionais.

A partir destes dados foi necessário entrar em contato com os professores e professora para explicar-lhes os objetivos da pesquisa e solicitando a concessão das entrevistas. Nesta fase, verificamos que alguns dos professores que participaram do processo de transição da APROVA para o SINTE já haviam falecidos, outros, no entanto, nem foi possível estabelecer o contato, pois não faziam mais parte do magistério catarinense.

Contudo, entre os quais foi possível realizar o contato com a consequente concessão da entrevista, selecionamos oito professoras(es), que participaram tanto da APROVA, quanto do SINTE, com idades entre 53 e 75 anos.

Importante salientar que referidas entrevistas permitiram rememorar fatos que haviam sido esquecidos e desconstruir alguns mitos que foram ao longo dos anos estabelecidos. Nesse sentido, escreveu Alberti (2004, p. 78) “se as entrevistas, tomadas como fontes, são uma forma de nos aproximar da realidade (do passado e do presente), cabe perguntar o que podemos aprender especialmente com elas”.

Assim, com os relatos dos professores que há décadas vêm lutando por valorização de sua carreira enquanto educadores, mostrando aos alunos que o medo não deve prevalecer sobre seus direitos, aos pais que confiar seus filhos a educação oferecidas por estes mestres, que dentro do espaço escolar se posicionam ao lado dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Grazziotin e Almeida (2012, p.21) expõe que: “esse passado pode, num dado momento, sofrer intervenções. Assim, é possível submetê-lo a processos de esquecimento e apagamento”.

Logo, a história do SINTE Regional se constitui por lembranças e esquecimentos, sobressaindo-se momentos como a morte do professor João Batista da Rosa, que explanava aos pais na Escola Bernardino

Senna Campos, no bairro Coloninha em Araranguá, oportunidade em que desmaiou e alguns dias depois faleceu durante a greve de 1987.

Em vista disso, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo que o primeiro capítulo trata da trajetória do movimento sindical no Brasil, trazendo alguns aspectos do surgimento das primeiras indústrias até a redemocratização na década de 1980. No segundo capítulo aborda-se como se constituiu as organizações de classe dos professores no Brasil e em Santa Catarina utilizando-se para tanto a pesquisa de Fiori (1991), e a pesquisa da professora Ana Maria Borges de Souza (1996), conhecida no movimento sindical como Ana Baiana, que escreveu sobre a fundação do SINTE/SC e suas especificidades no livro “Das Escola Às Ruas: Movimento dos trabalhadores da educação (1996)”.

No terceiro capítulo “A Construção Metodológica da Pesquisa”, relato a metodologia utilizada na pesquisa, sendo utilizada a História Oral sobre o prisma da História Cultural para tentar resgatar as memórias dos professores a respeito da constituição do SINTE Regional de Araranguá. Para esse fim, utilizamos as entrevistas concedidas para a pesquisa e o aprofundamento teórico sobre os seguintes autores: Verena Alberti (2004), Luciane Sgarbi Santos Grazziotin & Dóris Bittencourt Almeida (2012), Maurice Halbwachs (2006), Eliane Marta Teixeira Lopes & Ana Maria de Oliveira Galvão (2005), Pierre Nora (1981), Clarícia Otto (2012), Sandra Jatahy Pesavento (2004) e Maria Stephanou (1998).

Por fim, no derradeiro capítulo, faremos a análise sobre a participação dos professores do Vale do Araranguá na formação do SINTE/SC, dialogando e traçando paralelos com as entrevistas realizadas com os professores que participaram desta transição de associação para sindicato e fundação do SINTE/SC, e com os documentos oficiais.

## 2 O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Os estudos sobre a classe operária brasileira citam “Liberalismo e sindicalismo no Brasil”, de Luiz Werneck Vianna (1978), “O movimento sindical no Brasil”, de Jover Telles (1981), “Classe operária, sindicatos e partido no Brasil”, de Ricardo Antunes (1982) e “Direito Sindical e Luta de Classes”, de João José Sady (1985), que discorrem desde a industrialização no país até a década de 1980 estão quase sempre ligados aos movimentos sindicais. No Brasil, com surgimento do trabalhador assalariado ocupando o lugar do trabalho escravo, no fim do século XIX, surgem também as associações de trabalhadores que foram formadas por pessoas que vinham de diferentes realidades para dentro das fábricas, como a Associação Central Emancipacionista (1880), a União Beneficente dos Operários da Construção Naval (1884), o Centro das Classes Operárias (1890) e o Círculo Operário do Distrito Federal (1900)<sup>2</sup>.

Tais pessoas tinham que enfrentar a luta pela sobrevivência, pela comida, pela criação dos filhos. Esses homens e mulheres que trabalhavam em busca de sustento, mesmo sem uma intenção mais aprimorada, sem um conhecimento do processo histórico que estavam vivenciando, como apresenta Vianna (1983, p.31) “a disposição especial com que os homens e coisas são combinados para as tarefas da produção no interior de uma fábrica é informada pela política”. Esses trabalhadores tiveram uma grande importância para a formação da classe trabalhadora, para a conquista dos direitos e a valorização do trabalhador, diminuindo a condição de dominado e de dominador, condição está que ainda está imposta no capitalismo contemporâneo, onde Vianna (1983, p.31) reitera “não apenas pela política fabril e/ou política econômica. Mas pela política enquanto tal, como arena em que as classes e os grupos disputam e definem a questão do poder político”.

Traçando um paralelo entre o sistema trabalhista capitalista, especialmente, na iniciativa privada, com trabalho exercido pelo funcionalismo público, tem-se a relação entre o trabalhador e o patrão baseada na compra da força do trabalho pelo capitalista, o qual necessita da mesma para transformar a matéria-prima em bem industrializado. Já no funcionalismo público, é comum verificar que uma parcela dos

---

<sup>2</sup> Telles, Jover. O movimento sindical no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

servidores públicos não se sente trabalhadora, pois são contratados para servir o Estado.

No que se refere ao movimento sindical no Brasil, este passou por importantes fases<sup>3</sup> até a momento atual, destacando-se as seguintes: o anarquismo<sup>4</sup>, o marxismo<sup>5</sup>, o reformismo<sup>6</sup>, o intervencionismo<sup>7</sup>, o assistencialismo<sup>8</sup> e a burocratização<sup>9</sup>, contudo, ainda é possível entendê-lo como um processo em construção, no contexto de diversas mudanças, principalmente no campo político-econômico.

Assim, a presente pesquisa, baseada nos estudos de Ricardo Antunes, apresenta uma divisão histórico-sociológica, onde estabeleceu dois períodos, sendo que o primeiro aporta as primícias do movimento sindical, transpassando o período da Ditadura Vargas, com a necessária análise dos fatos que culminaram nos avanços e retrocessos dos direitos da classe trabalhadora e do movimento sindical, destacando-se a existência de um cenário internacional conturbado.

---

<sup>3</sup> Antunes, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.

<sup>4</sup> O anarquismo a abolição total do Estado, da propriedade privada, da aristocracia e do clero, responsáveis segundo o inglês William Godwin, idealizador do anarquismo, pela criação de classes sociais e dos privilégios. Conforme Filho, José Cândido. O movimento operário: O sindicato, o partido. Petrópolis: Vozes, 1982, p.34.

<sup>5</sup> Ibid, p.38. Doutrina idealizada por Karl Marx e Friedrich Engels. Fundamenta o socialismo sobre a interpretação da História. O marxismo admite que a luta de classes é a mola da História. Para os marxistas, o Estado nada mais é do que um órgão de dominação da classe possuidora da riqueza.

<sup>6</sup> Ibid, p.40. Tendência adotada pelos partidos socialistas em geral, que negam a necessidade de revolução proletária e afirmam a possibilidade da transformação da sociedade mediante progressivas conquistas legais.

<sup>7</sup> Ibid, p.182. A partir de 1931 intensificou-se aceleradamente a intervenção estatal sobre as associações de trabalhadores. Para alcançar esse objetivo, foi criado o imposto sindical.

<sup>8</sup> Perspectiva ideológica na qual o sindicato tem como tarefa a prestação de serviços e não a reivindicação de melhores condições para a venda da força de trabalho. Ver Sady, João José. Direito Sindical e Luta de Classes. Instituto Cultural Roberto Morena, 1985.

<sup>9</sup> A burocracia autonomiza-se em relação aos seus representados, usurpa o poder que lhe foi concedido para defender os trabalhadores e passa a usá-lo em defesa de seus próprios interesses. Ver Almeida, José Maria de. Os sindicatos e a luta contra a burocratização. São Paulo: Sundermann, 2007, p.26.

No segundo período, destacamos a Ditadura Militar, pois é este o período que o movimento sindical, quase todo o tempo na ilegalidade, promove institucionalmente sua maior transformação, o que contribuirá diretamente para a sua consolidação.

Igualmente, neste capítulo, iremos aprofundar a análise do movimento sindical no Brasil, compreendendo a organização do trabalho com o movimento sindical, bem como os aspectos do novo sindicalismo e das lutas contra a ditadura.

Este capítulo foi dividido em duas seções, onde abordou-se “a organização do trabalho e o movimento sindical” e o “novo sindicalismo brasileiro”. Desta maneira, na primeira fração, buscou-se fazer uma apanhado histórico sobre o movimento sindical no Brasil, utilizando os autores Jover Telles (1981), Luiz Werneck Vianna (1981), Ricardo Antunes (1982), João José Sady (1985) e Maria da Glória Marcondes Gohn (1992).

Na segunda seção, a pesquisa expõe as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical durante o período do Governo Militar e a reestruturação do sindicalismo na luta pela redemocratização. Sendo assim, discorre apropriando-se das pesquisas de Marília Fonseca (1996), Angela Cristina Belém Mascarenhas (2000), Paulo Sérgio Tumolo (2002) e José dos Santos Souza (2002).

## 2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

As mudanças ocorridas na sociedade a partir da revolução Industrial na Europa na segunda metade do século XVIII têm seus reflexos no Brasil no início do século seguinte com a introdução de algumas fábricas incentivadas pelo governo português. Com a independência do Brasil em 1822, a política de importação de produtos, principalmente da Inglaterra foi uma das maneiras de manter o apoio dos britânicos a separação do Brasil de Portugal.

No período monárquico entre 1822 e 1889, o processo de industrialização era quase inexistente, segundo depreende-se do texto de Teles: “em torno de 1850 contava o País com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluídas algumas dezenas de salineiras” (1981, p.1). Portanto, é a partir de duas mudanças importantes da política-econômica do país que surgiria o processo industrial: o fim da escravidão e a Proclamação da República, respectivamente em 1888 e 1889.

Já nos primeiros anos do século XX, a industrialização no país vive uma crescente, no entanto ainda não é possível afirmar que o Brasil era um país industrializado.

Após a instauração da república e o fim da escravidão inicia-se um novo momento na história brasileira. Esse período foi um momento transitório, que trazia instabilidade política e econômica, incertezas e medos, tanto por parte dos trabalhadores, como também por parte da burguesia estabelecida.

O regime oligárquico estabelecido não garantia mudanças concretas a população, ainda existia algumas indefinições na política brasileira, na luta por direitos dos trabalhadores. Não se pode esquecer, que o cenário internacional também passava por turbulências, a Revolução Russa mostrava ao mundo que uma revolução do proletariado podia sim ter sucesso, colocando em risco o poder dos considerados dominadores e deixando-os em alerta.

A primeira Grande Guerra (1914-1918) também gerou temores e, além disso, estabeleceu um novo mapa econômico mundial, colocando os norte-americanos no mapa do poder. Após este evento histórico, houve outros movimentos que demonstraram essa instabilidade mundial: a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929 e o surgimento dos partidos totalitários (como o Fascismo, na Itália e o Nazismo, na Alemanha), bem como a chegada destes partidos ao poder.

Com o crescimento, ainda que pequeno, das fábricas no Brasil surge também um novo grupo social, o proletariado, que sente a necessidade de se organizar, a partir das inseguranças sociais, mas principalmente tentando atender a resolução de seus problemas imediatos. Cabe lembrar que entre 1914 e 1918, o processo de industrialização se acelerou e como enfatiza Telles (1981), “de 150.841 operários que haviam em 1907 no Brasil cresce para 275.512 operários em 1920, um aumento em menos de 20 anos de 82% do proletariado. Neste período, os principais parques industriais eram o Distrito Federal<sup>10</sup>, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, já existiam algumas localidades industrializadas, conforme denota-se das palavras de Seyferth: “a industrialização de Brusque começou no final do século XIX, quando foram instaladas as primeiras fábricas de tecidos”, (1974, p 103).

Em 1982, Antunes elucidou alguns aspectos importantes que contribuem para uma leitura mais apurada e crítica sobre a classe

---

<sup>10</sup> O Rio de Janeiro foi à capital do país até 1960.

operária brasileira. Ele oferece elementos que vão além das questões aparentes. Sobre isso ele destaca:

Explicou-se a inconsciência operária pela “origem rural” do proletariado e pelo “ideal de ascensão social”, mas nem sempre se penetrou na análise das complexas relações sociais; mais ainda, não se procurou efetivamente entender a atuação concreta da classe operária num contexto historicamente determinado. Enfim, privilegiou-se o estudo da “consciência empírica”, “psicológica”, “individual”, negligenciando-se o estudo da verdadeira *forma de ser* desta classe. (ANTUNES, 1982, p.39).

No mesmo ano, Antunes levanta também uma questão baseada na dimensão ontológica de alguns autores, como Celso Furtado e Caio Prado Jr., que observam a industrialização como um avanço em relação ao período agrário, ou seja, uma evolução, esquecendo que a gestação do capital industrial brasileiro deve-se a economia cafeeira. Para o autor, a transferência de dominação do latifundiário sobre o escravo passa para o industrial sobre o proletariado, percebendo que a problemática econômica é apenas um aspecto da industrialização.

Nessa vertente, o desenvolvimento tardio da industrialização no Brasil implicou, certamente, na formação de uma classe operária diferente daquela gerada nos principais países europeus e nos Estados Unidos, a qual seguiu uma fórmula com o processo de formação do capitalismo.

No Brasil este processo foi diferente, pois predominou a indústria pronta, deixando-se de passar pelas etapas de artesanato, manufatura e grande indústria. Esse processo foi desenvolvido nos outros países, onde a industrialização aconteceu ainda no século XIX, e foi transferido para o Brasil praticamente sem esta transição, fazendo a mudança direta, do campo para a fábrica, ou seja, fez com que o proletariado ficasse fragilizado em relação ao patrão, desprotegido das armadilhas que o capitalismo e a industrialização traziam no seu cerne, tendo com isso uma mobilização também tardia em relação a outras partes do mundo.

Mesmo com essas especificidades, os trabalhadores brasileiros trataram de se organizar enquanto classe dominada que buscava melhorar as suas condições de trabalho. Sobre o surgimento das primeiras lutas como resposta aos embates criados entre as classes, discorreu Telles (1981, p.2):

Com o desenvolvimento do capitalismo não somente aumenta o número de operários, como também surgem e se acirram novas contradições de classe. O processo de acumulação de riquezas em um pólo da sociedade, à custa do agravamento da situação de miséria no outro pólo, determina o entrechoque de classe entre o proletariado e a burguesia. E surgem então as primeiras lutas da classe operária.

Nesse período, a classe operária, insatisfeita com suas condições de trabalho, com as leis trabalhistas que favoreciam apenas o empregador e a falta de representatividade, entendeu que necessitava se organizar, sendo assim, implantaram as primeiras associações de trabalhadores, como a Imperial Associação Tipográfica Fluminense (1853) e a Sociedade Beneficente dos Caixeiros (1858). De acordo com registros essas associações encabeçaram movimentos operários reivindicativos ainda no século XIX (TELLES, 1981).

Esse processo de fundação de associações e sindicatos acaba se multiplicando, fazendo surgir também no início do século XX, diversos sindicatos de várias categorias e em todo o Brasil, além de movimentos grevistas por todo o país.

Com esse crescimento, buscou-se também a criação de uma organização nacional dos trabalhadores, com a realização do I Congresso Socialista Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1892, sem muito sucesso na estruturação de uma entidade unificada.

Em 1902, ocorreu um novo Congresso Socialista, desta vez em São Paulo, com aprovação de um programa reformista, mas que também não logrou êxito na tentativa de uma organização nacional. Em 1906, houve outra tentativa, com um novo congresso, onde teve a fundação do COB – Confederação Operária Brasileira, com a participação de associações sindicais de vários estados.

Durante as primeiras décadas do século XX, os trabalhadores tentaram criar um partido político, buscando medir forças políticas com a burguesia, com objetivo de modificar as condições de trabalho e avançar na luta pelos seus direitos. Com a predominância, neste período, dos anarquistas dentro do movimento sindical criavam-se vários empecilhos para unidade da categoria, principalmente na formação de um partido.

Porém, com a Revolução Russa e a organização internacional dos comunistas, em 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil, como

afirma Vianna (1978, p. 38) “incidindo também a nível de política e da ampliação dos direitos de cidadania da classe operária (como faz exemplo a fundação do Partido Comunista em 1922)”, com influência do marxismo-leninismo e a experiência da organização dos trabalhadores em outros países e, principalmente, a revolução do proletariado no país euro-asiático.

Os primeiros sindicatos e os primeiros movimentos de luta por melhores condições de trabalho surgem juntamente com a implantação das primeiras fábricas, a formação do capitalismo e ascensão da burguesia, o fim da escravidão e a proclamação da república. Todos esses acontecimentos que ocorreram dentro daquele período histórico, compreendido entre final do século XIX e início do século XX, fortaleceu o domínio de um grupo, a burguesia, sobre outro grupo, o proletariado.

Mesmo com a mobilidade social que os últimos séculos tinham proporcionado, com o fim da sociedade feudal e a formação da sociedade capitalista, a movimentação social contou com novos personagens, clero e nobreza, foram substituídos pela burguesia. No entanto, foi mantido o dualismo: dominador versus dominado. Entretanto, historicamente o dominado não sucumbia ao poder do dominador, os operários buscaram formas e construíram estratégias para resistir à dominação.

Entre o surgimento das primeiras associações de operários e a “revolução de 1930”, com a tomada de poder de Getúlio Vargas, os movimentos sindicais ainda eram primitivos e sem um planejamento unificado entre as diversas categorias de trabalhadores. Fizemos esse recorte, que chamamos de “primeiros sindicatos brasileiros e suas lutas”, por entender que entre o período de formação das primeiras associações de operários e a tomada de poder por Vargas, o movimento ficou marcado por características próprias que, após 1930, com um governo autoritário de Vargas e os conflitos políticos mundiais, causaram drásticas mudanças.

O movimento sindical no Brasil, durante a Primeira República, foi predominantemente anarquista e anarco-sindicalista. Mesmo se tratando de um movimento operário, apresentava caráter ingênuo e espontâneo. Travando suas lutas na conquista de direitos até então desassistidos, tanto pelos governos deste período como pelos patrões - considerados fundamentais para a condição humana dos trabalhadores - conquistaram paulatinamente uma ou outra reivindicação isolada. De acordo com Telles (1981, p. 4):

As primeiras associações operárias surgidas no Brasil tinham objetivos limitadíssimos, o que correspondia ao incipiente nível de consciência do novel proletariado em formação. Desempenhavam no início funções de caráter assistencial, objetivando auxiliares os associados no caso de doença, de invalidez, de desemprego, bem como fornecer pensão à viúva, no caso de morte do marido.

Mesmo de forma ingênua, já havia alguns movimentos que tentavam mexer com a estrutura estabelecida e novamente Antunes (1982, p. 63) afirma que: “desde as primeiras décadas da Primeira República a luta operária travou-se no sentido de conquistar os direitos fundamentais do trabalho”. Nesse sentido, as lutas operárias, mesmo sem um norte político definido, e sem uma tendência revolucionária foram acontecendo em alguns estados brasileiros.

A primeira mobilização foi organizada pelos tipógrafos do Rio de Janeiro, em 1858, em uma greve por melhores salários, os tipógrafos dos jornais Diário do Rio de Janeiro, Correio Mercantil e Jornal do Comércio pararam por vários dias, com apoio da Imperial Associação Tipográfica Fluminense e conseguiram sair vitoriosos daquela mobilização.

Em 1886 ocorreu também no Rio de Janeiro a greve dos caixeiros, que exigiam o fim do trabalho noturno e aos domingos. Os ferroviários da Central paralisaram em 1891, e em 1900 foi a vez dos estivadores, no Rio, entrar em greve pedindo salários melhores, sendo que este movimento teve a organização do Grêmio Popular dos Estivadores.

Constata-se assim que mesmo ainda na segunda metade do século XIX, alguns movimentos reivindicatórios, mesmo que isolados, aconteciam principalmente no Rio de Janeiro.

De um lado, as manifestações operárias, paralisações e greves foram se intensificando, ocorrendo diversos movimentos, encorajando operários de outros estados, como em São Paulo com a greve dos portuários de Santos, em 1912, com apoio do COB (Confederação Operária Brasileira), se organizando e lutando por seus direitos.

Por outro lado, foi com a organização mesmo que ainda dominada pelos anarquistas que ocorreu um amadurecimento da classe operária, que vai chegar ao seu momento mais importante dentro deste primeiro período, que foram as memoráveis greves dos anos de 1917/18 e 1919 e, num processo de conscientização forjada através das greves e

tentativas de unificação da classe proletária, em 25 de março de 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, dentro de um projeto ideológico para construir no Brasil uma revolução dos trabalhadores.

Telles (1981) chama atenção para o movimento operário durante a década de 1920, que reforçou a organização sindical e elevou o nível político das lutas, com diversos movimentos grevistas no ano de 1924, como a primeira greve no Rio Grande do Sul, com os trabalhadores do frigorífico Armour, que conquistaram em 1926 o direito de férias através das greves anteriores. Em 1928 houve a greve geral dos marítimos com uma grande repercussão. Houve ainda, com apoio do Partido Comunista a criação do Bloco Operário e Camponês em 1927, realizando manifestações populares em diversos estados, concorrendo às eleições em 1928 e participando do Congresso Sindical Latino-Americano em Montevideú em 1929, posteriormente a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Esse processo se deu de modo lento e progressivo, com os operários brasileiros em 1930 tendo o controle do movimento sindical, com uma importante tendência revolucionária e livre das mãos governistas, tomando as rédeas da luta de classe.

O período entre 1930 e 1945, onde o Brasil foi governado por Getúlio Dornelles Vargas, deve ser dividido em dois momentos, antes e depois do Estado Novo, pois até 1937 acreditava-se que o presidente que chegou ao poder, através de um golpe em 1930, tinha um caráter revolucionário. Todavia, em 1937, um novo golpe foi estabelecido e as medidas até então reformistas deram lugar a um governo autoritário. Os trabalhadores nesse período, que vinham se uma ascensão institucional, disputando eleições pelo Partido Comunista e organizando sindicatos por todas as regiões brasileiras, foram cooptadas pela estrutura governamental.

Na verdade, o processo iniciado em 1930 assemelha-se ao que Lenin denominou de “reformismo pelo alto”. A transição que caracteriza este período não foi, na verdade, *revolucionária*, pois 1930 marcou um momento de rearranjo do bloco de poder, rearranjo este feito *pelo alto*, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido. (ANTUNES, 1982, p.66).

Para Vianna (1989, p.132), “os cinco primeiros anos da década de 30 assistem a uma incessante expansão industrial, especialmente em São

Paulo”, e que “de 30 a 35, o número de fábricas têxteis de 450 se eleva para 532”.

O período pós-primeira Grande Guerra fazia alguns países periféricos crescerem industrialmente, a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929, também dava uma oportunidade a outros países do mundo de crescerem. Já a Europa estava sendo reconstruída e necessitando de bens de consumo. Os Estados Unidos passavam por uma grave crise. Por outro lado, o Brasil também enfrentava problemas, a tomada de poder depois de um golpe de estado por Getúlio Vargas, após as eleições presidenciais, e o crescimento do Partido Comunista, sob o domínio dos trabalhadores gerou um medo por parte da burguesia brasileira, refletindo, diretamente, na política adotada pelo governo brasileiro ao tratar da questão trabalhista.

Com a grande participação do movimento sindical na década de 1930, a implantação da luta operária e o crescimento político do proletariado, a classe burguesa tratou de estabelecer regras e buscar a direção do movimento sindical.

Em 1930 foi instituído o Ministério do Trabalho e com ele criadas normas para a organização sindical, onde os sindicatos deveriam ser registrados em cartório e serem reconhecidos pelo citado Ministério do Trabalho. Além disso, trazia o decreto nº 11770, de 19 de março de 1931, a proibição dos funcionários públicos de se organizarem em sindicatos, o que seria revogado apenas pela constituição de 1988.

Esta medida tornava os sindicatos ligados ao governo instaurado, construindo uma ligação direta entre os líderes sindicais e o governo Vargas. Nos anos seguintes, Vargas estabeleceu através das Constituições de 1934 e 1937, formas de manter os sindicatos sobre sua tutela. Na Constituição de 1934 foi estabelecida a pluralidade sindical possibilitando uma fragmentação organizacional e mantendo os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho. Na Constituição posterior, em 1937 foi extinta a pluralidade sindical e estabelecida a unidade sindical, sendo permitido apenas um sindicato por categoria em uma base territorial, mantendo presas as instituições à Comissão de Enquadramento Sindical, órgão governamental que estabelecia o reconhecimento de novos sindicatos, incumbido de dar posse a diretoria eleita e decidir a estrutura do movimento sindical sem a participação dos trabalhadores.

O governo de Vargas manobrava, cedendo ora a um ora a outro; apoiava-se em um país imperialista para resistir à pressão do outro, etc. A Alemanha firma com Brasil o famoso Acordo dos

Marcos Compensados. Ao mesmo tempo, o fascismo penetrava em toda parte e passava a influenciar fortemente o aparelho do Estado. (TELLES, 1981, p.15).

O período governado por Getúlio Vargas, apresentou diversos avanços na área trabalhista com a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), a implantação da Justiça do Trabalho, a criação do salário mínimo e a estabilidade no emprego após dez anos de atividade. Entretanto, também foi um período sem independência dos dirigentes sindicais, podendo ser entendido como um retrocesso às lutas trabalhistas, todos esses ‘avanços’ foram estabelecidos pelo estado sob a supervisão dos patrões, e enganosamente acordados com os líderes proletários. Sady (1985, p. 27) bem observa que “esta rearticulação construída pelo governo Vargas, foi de substancial importância para a derrota do proletariado, naquelas e em fases posteriores”.

Esse período que ficou conhecido pela subordinação do sindicato ao Estado também teve a resistência de parte do operariado, pois os sindicatos regularizados estavam, em sua maioria, nos estados menos industrializados, como indica Antunes (1982, p. 84): “Em São Paulo, por exemplo, somente 43 sindicatos eram oficiais; no Rio de Janeiro, 41”, os estados com maior índice de industrialização tinham poucos sindicatos regulamentados pelo Ministério do Trabalho. Durante o governo varguista o sindicato enfrentou o que pode ser chamado de questão sindicalista dentro do próprio movimento sindical como esclarece Antunes (1982). Dividindo-o em dois grupos, de um lado, expressando uma postura de esquerda, com várias correntes ideológicas distintas, como o anarco-sindicalismo, o comunismo, o trotskismo<sup>11</sup> e o socialismo e do outro os conservadores, católicos e defensores da política oficial que ficaram conhecidos como “pelegos”.

A resistência ao regime peleguista ocorreram através dos congressos sindicais em diversos estados, os quais possuíam o objetivo de lutar contra o nazi-fascismo e também o domínio estatal sobre as entidades. No ano de 1943 foram realizados congressos no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. No mesmo ano, foram proibidos pelo governo Vargas os dissídios coletivos e o direito de greve; No estado de guerra que o país atravessava era utilizado pelos patrões como

---

<sup>11</sup> Corrente de opinião originariamente formada entre comunistas em oposição à política soviética que seguiu à morte de Lenin (1924) e, mais tarde, à III Internacional. . Conforme Filho, José Cândido. O movimento operário: O sindicato, o partido. Petrópolis: Vozes, 1982, p.163.

desculpa para aumentar a exploração do trabalhador, com uma carga-horária elevada.

Nada obstante, com o fim da guerra, foram organizados, aproveitando o novo momento que atravessa a política nacional e internacional, congressos em quase todos os estados, desencadeando no sucesso do Congresso Sindical dos Trabalhadores Brasileiros, em 1946, no Rio de Janeiro. O evento contou com mais de 2000 delegados de todo o país e resultou na formação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. O saldo desta organização foi o êxito do PCB nas eleições de 1945, elegendo 15 deputados, e Luiz Carlos Prestes como o senador mais votado pelo Partido Comunista, depois de um período na ilegalidade. Neste contexto é criada União da Juventude Comunista (UJC), que serviu de braço do comunismo diante da juventude trabalhadora.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, no Brasil o Governo Vargas descia do poder após 15 anos, tanto o mundo quanto o Brasil poderiam tomar novos rumos, por aqui a democracia surgia como uma grande novidade, no mundo havia uma nova divisão, de um lado os capitalistas e do outro os comunistas, com o dualismo instaurado pela Guerra Fria. Assim, o país que adentrou em um novo momento de construção “democrática”, conhecido como República Nova (1945-1964), com fortalecimento dos partidos políticos e uma ampliação nacional dos partidos e a obrigatoriedade do voto estendido as mulheres em 1946.

Todavia, essa democracia ainda era limitada, sendo que no ano de 1947, novamente o Partido Comunista foi posto na ilegalidade pelo Governo do presidente Dutra; em 1954, houve o suicídio de Vargas, momento conturbado na política brasileira; e 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, houve o golpe parlamentarista, limitando os poderes de Jango como presidente.

A indústria crescia rapidamente, entre os anos de 1944 e 1956, de acordo com Telles (1981) duplicou-se o volume físico da produção industrial, o comércio da cabotagem se expandindo, empresas como Petrobrás, CSN - Companhia Siderúrgica Nacional e Fábrica de Motores Nacional surgiam para ocupar uma necessidade estatal.

O governo de Juscelino Kubistchek, entre 1956 e 1960, foi eleito com a promessa de um desenvolvimento industrial e econômico. Estabeleceu-se um aumento na produção de aço e cimento e implantou-se a indústria automobilística, fazendo também crescer a classe proletária.

Com o fortalecimento do capitalismo, o trabalhador tenta avançar na luta pelos seus direitos, “à medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos” (GOHN, 1992, p.13).

Na década de 1950, o movimento grevista se vê barrado pelo Direito do Trabalho, tentando negar a estrutura sindical oficial e buscando formas alternativas. Foram realizadas greves gerais e uma tentativa de reorganizar o Partido Comunista o qual representava politicamente o proletariado. O Partido Comunista passou por momentos de legalidade, mas a maior parte deste período foi considerado ilegal, forçando seus membros a participarem de eleições por outras legendas. A paz entre patrões e empregados que esse período aparentemente apresenta é denunciada por Sady (1985) e por Telles (1981), o primeiro quando indica que o PCB é posto na ilegalidade logo após a chegada de Dutra no governo, e o segundo ao mostrar que a luta da classe operária entre, 1948 e 1956, contribuíram para desmoralizar esta teoria de paz social dentro dos sindicatos.

Em 1958, os bancários brasileiros fundaram uma Confederação que representava a categoria em todo o país, assim como os funcionários públicos também criaram sua Confederação, ambas, realizando congressos estaduais em São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará, Alagoas. No mesmo ano houve o congresso nacional organizado pelos ferroviários, bancários, funcionários públicos e aeronautas, além disso, os representantes sindicais brasileiros participaram de diversas atividades internacionais ligadas ao sindicalismo, como o Congresso Internacional da Juventude Trabalhadora e o Congresso Internacional dos Metalúrgicos, organizados pela Federação Sindical Mundial.

Em Santa Catarina, de acordo com Telles (1981, p.76), “no curso de 1959, foram numerosos os movimentos grevistas”, tiveram destaque as greves gerais dos mineiros em Criciúma, a greve dos portuários em Imbituba e a greve dos operários da Usina Metalúrgica de Joinville. Em outros pontos do país, como Minas Gerais também teve um número significativo de greves por melhores salários, sendo que esse processo foi se acelerando e crescendo os adeptos entre os trabalhadores da causa sindical, ampliando as lutas, fazendo manifestações de rua, massificando o processo, recriando formas de organização, conseqüentemente culminando no III Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores em 1960.

O evento teve como tema norteador a autonomia sindical, ampliando o diálogo com o movimento operário internacional,

determinando uma série de vitórias frente ao sistema imposto de dominação, como reajustes salariais, paridade de vencimento entre funcionários civis e militares, revisão dos níveis de salário mínimo, e conquistas como a libertação de grevistas presos pela polícia.

Com a ascensão de Jânio Quadros ao poder em 1961 e sua posterior renúncia no mesmo ano, o movimento sindical se viu novamente no meio da política nacional, como foco principal, pelo menos os sindicatos dirigidos pelos comunistas, que entre os grandes sindicatos eram maioria. Os comunistas acenaram para um apoio a Jango, colocando os movimentos liderados por estes numa situação bem delicada. Meses após o golpe da burguesia, que limitava os poderes do presidente João Goulart, instituindo no país um regime parlamentarista, sucederam graves problemas econômicos: a balança comercial oscilava com o déficit do comércio exterior e a inflação era controlada por emissão de moeda. Diante desse quadro houve um aumento no custo de vida.

O índice do custo de vida na Guanabara em junho do último ano apresentou um aumento de 3,5 %, contra 1,1% em junho de 1961. Com esse último incremento, no primeiro semestre deste ano, a alta do custo de vida atingiu 17,8%, sensivelmente superior à correspondente ao primeiro semestres de 61. Separadamente, por setores, o custo de vida na Guanabara, nos últimos 6 meses, elevou-se em 21% na alimentação, 19,8% no vestuário, 7,7% nos alugueis, 19,2% em móveis, utensílios, 16% em medicamentos, 13,1% nos serviços pessoais e 14,8% nos serviços públicos. (TELLES, 1981, p.127).

Nesse cenário, Jango dialoga com os movimentos de base e com várias correntes da política internacional e os sindicatos de todo país exigem medidas contra a carestia de vida, as reformas de base e reformas políticas. Mesmo com esta aproximação, o Conselho de Ministros do governo não corresponde às exigências do movimento proletário, tomando medidas impopulares. Este fato cria uma animosidade entre governo e os trabalhadores, que exigem a mudança urgente no seu gabinete presidencial, fazendo de janeiro de 1962 um mês com inúmeras greves de diversos setores da população.

Nos meses subsequentes, o movimento tomou conta de todo o país, associações, sindicatos e federações escreveram manifestos para a população, exigindo uma resposta positiva de Jango. Nos grandes

centros urbanos do Brasil ecoava o grito de “Greve Geral”. De acordo com Telles (1981, p.173) “na primeira metade deste ano, as ondas do movimento operário elevaram-se a alturas nunca vistas em nossa terra”.

O ano de 1964 iniciou-se com um turbilhão de informações, se na conjuntura política internacional as potências capitalistas estavam com os olhos voltados para o país, no Brasil a classe alta e os políticos mais conservadores, junto com a igreja católica e a mídia estavam preocupados com as alianças de Jango e as promessas das reformas, principalmente a reforma agrária. A própria classe operária tinha dúvidas sobre a atuação de João Goulart, por este ser o herdeiro político de Getúlio Vargas, o Partido Comunista não o apoiava e desta forma, muitos sindicatos que seus dirigentes estavam ligados ao partido faziam críticas à forma que Jango articulava suas ações políticas.

O 1º de abril de 1964 foi marcado por mais um golpe na história recente da política brasileira, os militares depuseram João Goulart, que se refugiou no Uruguai, permanecendo no país vizinho até sua morte. Se existiu indagações ao governo de Jango, com o novo governo os sindicatos foram fechados, deputados foram cassados e partidos políticos extintos. O governo militar iniciou com o decreto de Atos Inconstitucionais, governando desta forma até a promulgação da Constituição de 1967, que regulamentou os Atos Inconstitucionais transformando os mesmos em leis magnas do país.

Com a chegada dos militares ao poder houve a condução de uma política autoritária, o Marechal Castello Branco foi elevado ao cargo de Presidente da República, a democracia foi colocada em risco e com o novo regime a governabilidade por Atos Inconstitucionais desestabilizou o processo democrático brasileiro que está sendo construído a partir do fim da Ditadura Vargas em 1945. Um dos primeiros atos do Governo Militar foi o fechamento dos sindicatos através do AI-1, decretado em 09 de Abril de 1964, com a chegada de Castello Branco a Presidência da República surge a Lei 4330/1964, que regula o direito de greve, estabelecendo exigências mínimas para a deflagração de um movimento grevista, atrelando assim o movimento dos trabalhadores ao governo golpista e autoritário.

Os vinte anos de Governo Militar foram extremamente ruidosos para o movimento dos trabalhadores, pois estabeleceu uma perseguição a qualquer movimento trabalhista, principalmente os movimentos anti-governistas, com uma censura aberta a qualquer crítica e cobrança ao governo imposto. O AI-5 editado em 1968 proibiu a associação de qualquer grupo antirrevolucionário, dificultando ainda mais toda organização dos operários. As organizações revolucionárias contra o

regime golpista, ligadas principalmente aos grupos marxistas foram perseguidos, tendo que viver na ilegalidade, com isso os trabalhadores tiveram a necessidade de criar novas formas de organização.

É importante salientar que em 1965 com AI-2 estipulou-se novas regras para existência dos partidos políticos, sendo que em 1966 os partidos que ainda tinham a permissão de livre associação foram obrigados a se realinhar em apenas dois partidos políticos, sendo que os mais alinhados ao regime militar se reorganizaram na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e os grupos políticos que não estavam tão próximos ao governo golpista se reuniram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), porém ainda existiam aqueles que denunciavam o autoritarismo do Governo Militar, defendendo a volta da democracia e dos direitos básicos do cidadão, como a liberdade de expressão e de livre associação política e classista. Estes grupos ficaram alheios à organização política institucional.

Após o baque inicial para o movimento operário, que foi o golpe de 1964, os líderes sindicais e políticos tiveram que reformular suas práticas, alguns se alinharam ao MDB, disputando eleições parlamentares junto com o grupo de oposição ao governo militar, enquanto outros se organizaram para a luta revolucionária e a tentativa que derrubar o regime, para o retorno da democracia ou ainda para a instalação do sistema socialista.

Dentro desta perspectiva um dos eventos que teve um destaque importante foi a tentativa de estudantes de tomar o palanque onde estava o Governador Sodré, que acabou sendo ferido durante os protestos na Praa da S . Os estudantes, que em 1964 tinham sua organizao máxima na representao da UNE, tiveram sua sede incendiada e suas manifestaes públicas proibidas, tendo se mobilizado na chamada "Passeata dos Cem Mil", que de maneira pacífica explicitou sua contrariedade ao regime militar.

Desse modo, as formas de organizao do movimento sindical em seus primórdios foram imprescindíveis, mesmo que precárias, para um fortalecimento dos sindicatos a partir da década de 1980. Pois, o sindicalismo foi emergindo através do próprio movimento de luta, que contou com um momento autoritário, que o embate não era permitido de forma explícita, para se fortalecer e se construir. Para compreender a contribuio política que o sindicalismo trouxe para a categoria do magistério em Santa Catarina,   necessário conhecer esse caminho percorrido pelo movimento sindical e sua transformao ao longo do tempo.

## 2.2 O NOVO SINDICALISMO NO BRASIL

As grandes manifestações se amplificaram ainda mais na década de 1970, outros movimentos apareceram e se intensificaram, organizações políticas que estavam na ilegalidade começaram a organizar um contragolpe, surgindo termos como abertura política, liberdade de expressão e mobilização trabalhista. No final da década de 1970, a greve dos metalúrgicos de São Paulo, que teve início na fábrica da Scania se espalhou por outras indústrias automobilísticas.

Mesmo com a proibição deste tipo de manifestação, os metalúrgicos conseguiram que a greve se estendesse também por outros ramos da indústria paulista. Esta greve dos Metalúrgicos em 1978 é considerada um marco histórico no sindicalismo pós Golpe Militar de 1964, pois se imaginava na época que acabaria em poucas horas, por conta da Lei 4330/64, porém a paralisação atingiu outros setores, mas principalmente outras empresas automobilísticas do estado de São Paulo.

A vitória dos metalúrgicos em 1978 influenciou diretamente o movimento sindical no Brasil dos anos de 1980. O fortalecimento dos trabalhadores do ABC Paulista contribuiu para que os operários de outras categorias pudessem se organizar. As assembleias sindicais contavam com milhares de trabalhadores, a busca por uma abertura política foi realizada por grande parte da população e o forte apoio da Igreja Católica através da Teologia da Libertação<sup>12</sup> também contribuiu para o fortalecimento e organização dos sindicatos.

Mesmo com o momento favorável para a luta de classes, a primeira metade da década de 1980 não foi apenas um mar de rosas. Em 1980, o Governo Militar estabelece uma intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André, onde diversos líderes sindicais são presos e responderam a processos na justiça militar. Neste cenário de incertezas e lutas alguns líderes sindicais surgem como alternativa política para a organização trabalhista.

Em 1979 foi proposto pelo então líder sindical Benedito Marcilio à formação do Partido Trabalhista, durante o IX Congresso dos Metalúrgicos na cidade de Lins, no Rio de Janeiro. Ainda no mesmo

---

<sup>12</sup> Os ensinamentos da II Conselho Episcopal Latino-americano – Celam, de onde surgiu a *teologia da libertação* (a igreja comprometida com a realidade social), traduziram-se concretamente no engajamento da Igreja na reivindicação por melhores condições de vida em todo continente. Ver Filho, José Cândido. O movimento operário: o sindicato, o partido. Petrópolis: Vozes, 1982, p.170.

ano, na cidade de Poço de Caldas, em Minas Gerais aconteceu o X Congresso dos Metalúrgicos, onde a proposta foi repetida. O projeto de formação do Partido dos Trabalhadores (PT) teve início oficial em fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo, tendo sua homologação junto ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral apenas em 1982, fato que foi recebido como uma vitória pelos seus idealizadores.

De acordo com o sítio eletrônico do partido<sup>13</sup>, o PT teve como objetivo suprir uma “necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, dos militantes de esquerda, intelectuais e artistas”. Concomitantemente, com a abertura política que acontecia no país e a formação do Partido dos Trabalhadores, as centrais sindicais surgem como um mecanismo intermediário entre a luta e a participação política, com objetivo inicial de agrupar os trabalhadores em uma força capaz de fazer uma frente ao capital burguês.

Em junho de 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante a I CONCLAT/83 (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. A CUT desde seu início teve a participação de lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Conforme afirma Tumolo (2002, p. 114):

Já nos seus primórdios, e como desdobramento de seu processo de gestação e nascimento, a CUT busca construir as bases de sua identidade política, inclusive se diferenciando e se contrapondo a outras correntes sindicais, apontando para uma perspectiva classista e anticapitalista.

A criação de uma central sindical era naquele momento uma grande vitória para a organização dos trabalhadores, porém como indica Tumolo (2002) houve um racha no movimento sindical, provocando a criação de outra central, a Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Em 1986 foi fundada a CGT, a qual foi presidida por Joaquim dos Santos Andrade, disputando espaço sindical com a CUT, voltada aos resultados dentro do sistema capitalista, porém mantendo uma linha política de esquerda.

A CGT nos anos posteriores sofre um com uma divisão interna, pois uma central que reunia grupos políticos com divergências programáticas em seus projetos estava fadada ao fracasso. Em 1988, a CGT muda seu nome para Confederação Geral dos Trabalhadores, como

---

<sup>13</sup> Site do Partido dos Trabalhadores – PT. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2016.

afirma Souza, J. S. (2002, p.168) “uma Plenária Nacional da CGT decide mudar seu nome para Confederação Geral dos Trabalhadores, a qual, embora mantivesse a mesma sigla, visava maiores facilidades para o registro da entidade no Ministério do Trabalho”.

Em 1989, o grupo de Andrade é derrotado no pleito que disputava o comando da CGT, passando o controle da central para Antonio Rogério Magri e Luís Antonio Medeiros, ligados a direita sindical norte-americana e ao PCB, respectivamente. Derrotados pelo processo eleitoral no Congresso Nacional da CGT, os aliados de Joaquim dos Santos Andrade, fundaram outra central, retomando o nome da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e o movimento sindical passou a contar com duas CGTs, enfraquecidas evidentemente pela divisão, as duas porém, apresentavam caráter reformista e sindicalismo de resultados.

Em 1986, o candidato a Deputado Federal Luís Inácio Lula da Silva recebeu aproximadamente 650 mil votos, sendo naquela eleição o candidato mais votado do país. Em 1988, a petista Luíza Erundina chegou através das urnas a prefeitura da maior cidade do Brasil, sendo eleita Prefeita de São Paulo. Essas conquistas do Partido dos Trabalhadores, entre outras, que aconteceram na década de 1980, como as Prefeituras de Diadema e Fortaleza, tiveram como influência o movimento dos operários e servidores públicos em todo o país, principalmente a onda de greves do magistério em 1986 e 1987 que ocorreu em vários estados brasileiros, com destaque para a Greve dos Professores em São Paulo, e também para a intervenção do Exército a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

A organização sindical após o fim do Governo Militar, principalmente com a participação ativa das centrais sindicais, teve um grande salto, tanto no número de filiados como em participações nas mobilizações e greves. A CUT cresce enquanto central, aparece constantemente nos meios midiáticos, participa ativamente das greves por todo país de uma forma radical, construindo piquetes, fechando portas de fábricas e proibindo a entrada de funcionários que não queriam participar das mobilizações.

Em 1986 a CUT adquire um terreno em Cajamar, região metropolitana de São Paulo, onde constrói um instituto em uma área de 46 mil metros quadrados, com capacidade para 130 pessoas, servindo de local de treinamento de líderes sindicais e de movimentos populares. Ao mesmo tempo, a central articula ligações políticas e sindicais com outras centrais no Brasil e também em outros países.

O papel da CUT durante a década de 1980 e início dos anos de 1990 foi fundamental para a consolidação das lutas de classe e das organizações sindicais. Porém, no IV CONCUT, realizado em 1991, a Central Única dos Trabalhadores parecia estar tomando um rumo diferente daquele que teria sido o motivo de sua criação.

[...] numa conjuntura completamente diversa daquela do final dos anos 70 e início dos anos 80, tendo como pano de fundo a conformação do novo padrão de acumulação de capital que imperava nos países centrais, no qual o Brasil já tomava a iniciativa de se inserir, o colapso da maioria dos países socialistas e, do ponto de vista sindical, o surgimento e crescimento da Força Sindical, o congresso recolocou na ordem do dia a discussão, ou melhor, o embate entre diversas correntes políticas que disputavam a estratégia a ser trilhada pela CUT (TUMOLO, 2002, p. 121).

Se por um lado a organização dos operários brasileiros começava a tomar um novo rumo, tanto com a abertura política, quanto com a formação de centrais sindicais independentes dos governos autoritários e a bagagem de luta pré-Golpe de 1964, por outro lado a organização dos sindicatos dos servidores públicos estava numa incubadora. Não podemos deixar de afirmar que o momento era de otimismo, nem esquecer que os servidores públicos no Brasil sempre, mesmo sem autorização legal para organização sindical, estiveram na luta.

Os trabalhadores do serviço público no Brasil tiveram historicamente uma grande batalha travada para exercer o direito de se sindicalizar. Essa gama de trabalhadores com suas peculiaridades, desde a chegada da família real no Brasil em 1808, trazendo consigo os funcionários da Coroa até o início da industrialização brasileira na primeira metade do século XX, tinham suas atividades muito bem delimitadas, ligadas as funções políticas e de manutenção da ordem social.

Com o crescimento industrial e as mudanças da população de campo para a cidade, outras necessidades surgiram, e o poder público para supri-las foi obrigado a se estruturar. Nos anos de 1930, aumenta o número de servidores públicos, diversifica suas funções, e surge uma nova imagem desses trabalhadores, os assalariados.

Nas décadas seguintes até o Golpe Militar de 1964, os funcionários públicos buscavam conquistar seus direitos e sua

valorização profissional através de alguns movimentos, porém muito tímidos, pois a presença do Estado na sociedade brasileira tinha um caráter interventor, relacionando os sindicatos e associações de trabalhadores ligados diretamente ou indiretamente ao governo. O funcionalismo estatal durante esse período era visto como classe média, não se caracterizando como trabalhador assalariado (MASCARENHAS, 2000).

Se por um lado, os funcionários públicos não tinham direito a valorização profissional, amarrados sem o direito à luta, com suas associações profissionais ligadas ao governo e com sindicatos proibidos de abrir suas portas, por outro lado, este período que engloba os anos entre 1963 e 1983, teve um significativo crescimento do financiamento da educação no Brasil por parte dos bancos internacionais, como detalha Marília Fonseca (1996, p. 169), em relação ao Banco Mundial, “O setor educacional passa a ser considerado, ao lado da saúde e do desenvolvimento agrícola, entre os mais importantes no quadro dos financiamentos do Banco”.

Observa-se neste momento que algo não se encaixa na história da educação pública brasileira, principalmente quando olhamos pelo prisma dos educadores, o financiamento público internacional aumentava significativamente e os direitos dos cidadãos brasileiros estavam cada dia mais restrito. Analisando com calma este cenário é possível perceber a relação estreita entre os governantes do período militar e os financiadores internacionais. Esse dinheiro entrou nas contas do governo federal com juros altos, aumentando consideravelmente a dívida externa do país com as instituições financeiras internacionais, inclusive bancos privados.

Contudo, o pior saldo foi o institucional, pois segundo as diretrizes do Banco Mundial havia a necessidade de criar padrões de eficiência nos sistemas de ensino, com objetivos claros de atingir uma grande escala da população, que neste período saía da área rural, buscando uma vida melhor na “cidade grande”, e que precisava se transformar em mão de obra qualificada para um país em pleno desenvolvimento industrial. Era necessário também, que esta mão de obra fosse disciplinada para o momento político que o país atravessava, e para ter um posicionamento dentro da dramática Guerra Fria. Segundo Fonseca (1996, p. 172):

O objetivo de desenvolvimento institucional ainda permanece como preocupação central, acrescentando aí a colaboração entre o setor público e o privado como estratégia de base á

meta de desenvolvimento de padrões de qualidade e de eficiência no treinamento profissional.

Durante o período ditatorial (1964-1985) os trabalhadores do serviço público se multiplicaram, a industrialização nesse período e o êxodo rural, com a urbanização da população brasileira fizeram esses servidores perder um espaço social. A necessidade de trabalhadores para realizar funções públicas, até então desnecessárias, acentuou a precarização destas atividades e a burocratização de um governo autoritário, juntamente com o assalariamento destes trabalhadores, fez com que os mesmos buscassem seus direitos.

Apesar disso, nesse período, o servidor público não tinha o direito a livre associação sindical, nem ao movimento de greve, conforme afirma Martins (2001, p.25): “proibia o §7º do art.157 da Constituição de 1967 a greve no serviço público”. Assim, com o processo de redemocratização no final da década de 1970 e início da década de 1980, o movimento das Diretas também contribuiu para que os trabalhadores públicos, até então ordeiros e ligados diretamente à opressão governamental, transformassem sua organização associativa em uma luta pelos seus direitos, sendo nesse período fundada a CUT.

A partir de 1986, o governo de José Sarney, ainda que eleito através do colégio eleitoral, após algumas tentativas inúteis de controlar a inflação através de planos econômicos, que funcionavam no seu início, como o congelamento de preços, a inflação volta a crescer e os trabalhadores constroem várias greves gerais. É neste cenário, de rompimento de um regime autoritário e tentativa de controle econômico, que surge a proposta de uma nova Constituição, que se inicia com a formação da Assembleia Nacional Constituinte a partir de 10 de fevereiro de 1987, tendo como presidente o deputado Ulisses Guimarães.

A Constituinte move a política nacional, mas também as entidades de base, os sindicatos, a igreja na busca de reformas e da manutenção da democracia. A Reforma Agrária e a estabilidade no emprego tiveram um grande apoio popular, bem como as eleições diretas para Presidente da República, sendo que as duas primeiras reivindicações não foram alcançadas, pois a constituinte era formada por uma maioria de deputados de centro-direita. No dia 05 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição Brasileira, com um texto que trazia a reforma agrária possível para as terras improdutivas, e evitando a implantação da estabilidade do emprego, mas garantindo o FGTS, o seguro-desemprego e o aviso prévio para os trabalhadores brasileiros.

Neste vértice, a organização sindical também foi contemplada com a nova carta magna do Brasil, a principal mudança foi à extinção da exigência de autorização do governo para funcionamento do sindicato, que aparentemente pode ser vista como a libertação dos sindicatos da tutela do governo, além do direito de greve e de organização sindical para o funcionalismo público. Este último item, com certeza transformou a luta dos funcionários públicos em todo o país, o movimento dos professores, por exemplo, que se organizavam em associações nesse momento começou a formar seus sindicatos.

A perspectiva era de melhoras que viesse nos beneficiar, que viesse atender a necessidade do professor, um sindicato era muito mais forte, um sindicato do que uma associação, esse entendimento era visível, isso era um avanço, que nós tínhamos mais fortalecimento, já tinha um advogado junto, tinha pessoas que iam lutar por ti, caiu de bom tamanho, uma coisa muito boa, sair da ALISC para o SINTE, uma coisa interessante, fazer parte de um sindicato, tinha mais legitimidade, imagina tu ser representada por um sindicato, de um sindicato para uma associação tem diferença, muito mais força, o pessoal se sentiu mais seguro, e tu sabes que eu tive conquistas monetárias de causas lá daquela época.<sup>14</sup>

Igualmente, quando voltamos às atenções para os servidores públicos estaduais na área da educação, é possível perceber que na maioria dos Estados brasileiros as associações que participavam ativamente das lutas deram origem aos sindicatos, sendo os anos de 1988 a 1992 o momento de transição, como podemos observar a APP-Sindicato, no Paraná, a APEOESP-Sindicato em São Paulo, SEPE-RJ no Rio de Janeiro e o SINTE/SC em Santa Catarina, sendo este último o foco desta dissertação.

---

<sup>14</sup> Maria Edenir Espindola Fernandes. Entrevista citada.

### **3 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CATARINENSE**

Os professores no Brasil demoraram muito para entender sua participação nas possibilidades de transformação social, e seu papel nesse processo. No Brasil, o sistema educacional iniciou sem uma conexão ampla entre os Estados e o governo federal, como aponta Scheibe e Daniel (2002, p.15):

O advento da República não trouxe alterações significativas imediatas para a instrução pública no país como um todo. O quadro social, político e econômico da chamada primeira República pouco favoreceu a difusão do ensino. O Estado oligárquico, subordinado aos interesses dos grupos dominantes das regiões produtoras e exportadoras do café, e o federalismo descentralizado vigente, trouxeram um desenvolvimento educacional marcado por grandes discrepâncias entre os estados, que organizavam, ao sabor de suas condições específicas e de seus reformadores, os respectivos sistemas de ensino.

Consequentemente, em Santa Catarina, onde houve uma imigração europeia fortemente desenvolvida, e uma miscigenação racial muito menor que o restante do país, a participação dos personagens do magistério como agentes transformadores foi mais lenta e trouxe consigo diversas dificuldades, mesmo dentro da categoria.

Os profissionais da educação sofreram durante muito tempo pelo descaso que o Estado tratou a categoria, sendo que para compreender os motivos desta desvalorização e dos castigos que ainda hoje sofrem é necessário ter o conhecimento histórico da construção da Educação Pública no Estado de Santa Catarina, como surgiu e como se consolidou desde a formação do Brasil como Estado independente em 1822.

Neste contexto histórico, o processo educativo no Estado iniciou sem um projeto amplo de uma educação universal, sendo vista deste seu primeiro momento como grande despesa para o governo. A relação entre a desvalorização da categoria e a luta por uma construção profissional consciente, passa diretamente pelo uso pelos governantes da educação como processo de alienação social, onde o professor durante muito tempo reproduziu, e alguns ainda reproduzem esta alienação institucional dos dominadores para com os dominados.

Desta forma, é necessário compreender as lutas de classe, e principalmente a conscientização destes profissionais do magistério no Brasil, todo processo construtivo diante das políticas econômicas e sociais no mundo, como a industrialização, as grandes guerras, a guerra fria e a globalização. Todo o processo de lutas de classe, entre burguesia e proletariado.

Buscar na história da educação os motivos reais para a desvalorização do magistério ou ainda procurar motivos para a mobilização tardia da categoria não é o único caminho para entender as dificuldades profissionais. Através das memórias de professores queremos construir um emaranhado de informações que possibilitem dar um significado às atividades cotidianas e outras incomuns do profissional em educação e que permitam esclarecer o papel que cada um destes profissionais tem dentro do movimento de luta de classes, não apenas da sua categoria, mas de toda a sociedade, como agentes de transformação.

O terceiro capítulo aborda alguns aspectos históricos dos trabalhadores em educação no Estado de Santa Catarina, para isso foi dividido em dois aspectos, antes e depois da fundação da ALISC. Desta forma, o primeiro recorte, refere-se ao aspecto histórico desde a implantação da escola pública catarinense até a fundação da ALISC, apresentando as reformas educacionais ocorridas nesse ínterim, e a relação entre a formação profissional, os trabalhadores e o governo. Na seção seguinte, trataremos da fundação da ALISC e a contribuição que esta trouxe para a categoria do magistério, impulsionando a constituição do SINTE alguns anos depois.

### 3.1 EDUCAÇÃO PÚBLICA EM SANTA CATARINA: CAMINHOS CRUZADOS

A educação pública surge com objetivo de preparar os jovens para um mercado de trabalho que necessita de mão de obra qualificada, de profissionais capacitados e principalmente de futuros trabalhadores disciplinados nas fábricas. Desta forma é necessário deixar claro, que a escola pública é constituída para atender os filhos de trabalhadores. Todavia, na sua gênese, não deveria atender os filhos de todos os trabalhadores, mas de alguns trabalhadores que eram considerados escolhidos, e gradativamente chegando a grande massa.

A escola pública foi estruturada de acordo com os objetivos do capitalismo, se antes da Revolução Industrial (1770) e da Revolução Francesa (1789) a educação era um monopólio católico no Ocidente,

após esses fatos ela passa a ser responsabilidade do sistema, que deve alienar os futuros operários para que estes não criem problemas, sendo servis, não críticos e condicionados ao trabalho.

Segundo Tragtenberg (1982, p. 35) “hoje em dia a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho”. Se a escola tem essa missão institucional a partir do momento que deixa de ser atrelada a Igreja Católica e é vinculada ao Estado, se no início da sua concepção como pública ela tem como princípio servir ao capitalismo e ao processo industrial, que tipo de educadores fazem parte desta escola? Quais professores aceitam fazer parte deste sistema educacional taylorista/fordista<sup>15</sup>, que exigem do aluno pobre obediência e preparam este mesmo aluno para servir seu patrão de forma disciplinada e otimizada?

Ao realizar esta divisão temporal de métodos educacionais e ao analisar a historicidade da educação universal e brasileira, observa-se claramente a divisão social que por ela é estabelecida. Na Antiguidade, segundo Ponce (1996), a educação era tratada com ponto de vista de luta de classes.

As crianças – afirma ele – devem, antes de tudo, aprender a nadar e a ler; em seguida, os *pobres* devem-se exercitar na agricultura ou em uma indústria qualquer, ao passo que os ricos devem se preocupar com a música e a equitação e entregar-se à filosofia, à caça e à freqüência aos ginásios (SOLON *apud* PONCE, 1996, p.51).

Na Idade Média, a divisão social estamental estava subordinada ao poder da Igreja Católica, que utilizava a educação como método para mantê-lo. Neste período, a educação com caráter de transformação tinha significado de catequização, ou seja, transformar a vida dos povos primitivos em novos cristãos. Ponce (1996, p.91, grifo do autor) afirma que “a finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar a massa campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo mantê-las dóceis e conformadas”.

Durante a Idade Moderna, mesmo com tantas mudanças sociais e políticas, com as transformações que ocorreram no mundo, as grandes navegações, as conquistas do novo mundo, a difusão dos ideais

---

<sup>15</sup> Taylorismo/fordismo é um sistema de produção industrial baseado na organização sistematizada e hierarquizada.

iluministas e principalmente com o apogeu da burguesia como classe dominante é possível observar que a função institucional da educação permaneceu inalterada, servindo para manter a classe dominante no poder.

Mas a burguesia não podia recusar instrução ao povo, na mesma medida em que fizeram a Antiguidade e o Feudalismo. As máquinas complicadas que a indústria criava não podia ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um servo ou de um escravo. (PONCE, 1996, p. 145).

Percebe-se que a educação sempre funcionou como mecanismo do Estado para manter o poder hegemônico de um determinado grupo social, seja da nobreza e do clero durante a idade média, ou da burguesia após a Revolução Francesa. Desta forma, é possível enxergar o professor como um braço do Estado para a manutenção desta submissão. De acordo com Tragtenberg (1982, p. 17) “O que nos interessa é saber em que condições o poder produz um tipo de saber necessário à dominação, e em que medida esse saber aplicado reproduz o poder”. O processo de conscientização do educador enquanto trabalhador, e da maneira de ver o aluno quanto futuro cidadão que necessita de conhecimento para transformar sua condição social, foi gradativo e levou um longo período de tempo, pois, no início do século XX o conservadorismo ainda era a base da educação brasileira. Tragtenberg (1982, p. 42) afirma que “O conhecimento escolar é usado no quadro de problemas surgidos da prática escolar com objetivos definidos: dar notas, classificar e sancionar indivíduos”.

A relação entre a educação, sistema como um todo, e o educador, o agente deste sistema, pode ser percebida quando Tragtenberg atribui a ambos as responsabilidades do processo educacional, pois os professores são os formadores dos futuros professores e o Estado o responsável por contratar os mesmos, utilizando muitas vezes de um sistema burocrático que limita as lutas de classe e precariza a valorização da categoria. Maurício Tragtenberg (1982, p. 36) diz “o pessoal docente do sistema burocrático pode ser recrutado por concurso de títulos e provas, contratado a título precário, cujo nível de vencimento dependerá do número de aulas atribuídas por escolha fundada em pontos obtidos, a critério das Secretárias de Educação”.

Os alunos dentro desta percepção de escola pública eram vistos até o surgimento da Escola Nova como agentes passivos do processo, e aqueles que não se adaptassem ao sistema eram excluídos e

consequentemente fadados a assumirem as piores funções na sua vida adulta dentro das fábricas ou ainda excluídos, tendo que voltar para o campo trabalhar como agregados em terras alheias.

Ponce (1996, p.156) alerta,

[...] Ao invés de confessar que as crianças que abandonaram a escola primária são as mesmas crianças que a burguesia obriga desde cedo a trabalhar para ajudar a manutenção de um lar que essa mesma burguesia destruiu previamente.

Neste aspecto da relação entre professor e aluno, na educação pública, fica visível na correlação de poder que o educador não veja o educando sobre a ótica de trabalhador educando filhos de trabalhadores para uma transformação social, mas sim se coloca diante da situação como agente do sistema que classifica os alunos para o mercado de trabalho burguês. O professor se enquadra num quadro social como pequeno-burguês, uma posição intermediária na sociedade, a classe média, que Ponce (1996, p.177) explica como “Burguês algumas vezes, proletário outras, o pequeno-burguês sente-se perpetuamente entre dois pólos: repellido pela burguesia, na qual gostaria de entrar, e atraído pelo proletariado, no qual teme cair”.

Tal situação serve de engodo para o servidor público, principalmente aquele ligado a educação que muitas vezes não entende o sistema no qual está inserido. Como o feitor durante o período da escravidão, que tinha dificuldade de entender o lado que representava ou chefe de setor em uma indústria têxtil no século XVIII, que por um determinado tempo obtinha vantagens diante dos donos das fábricas, mas não tendo mais utilidade eram descartados como qualquer outro trabalhador, da mesma forma o professor, seja vocacional ou matriarcal, utilizava-se da sua condição como filtro social, mantendo o poder na mão da burguesia e cooptando os alunos, filhos de trabalhadores, que obtivesse melhor resultado para serviço do sistema capitalista.

Desta forma, Ponce (1996, p.176) explica “A força que a oprime é a produção em grande escala, que desaloja periodicamente os pequenos capitais: maus tempos que fazem, então, do pequeno-burguês, um proletário”. Com o surgimento da Escola Nova, movimento político educacional que chegou ao Brasil no início do século XX, o olhar para o sistema de ensino sofreu alterações, porém, sobre o aluno essas mudanças foram muito pequenas. A necessidade de ampliar o número de crianças atendidas fez com que buscassem uma nova escola, que pudesse atender uma demanda maior e que suprisse a necessidade de

manter crianças e jovens sob a supervisão de adultos, não mais as classificando, mas as assistindo. Por mais que este movimento seja um marco na educação brasileira, e que tenha sido fundamental para o desenvolvimento do processo educacional no país, as mudanças foram lentas, com pouco investimento e principalmente sem uma ação efetiva de transformação social, estando a serviço da indústria para manter cada vez mais o trabalhador sob seus domínios.

Os técnicos da nova didática aceitaram essa sugestão, sem talvez, suspeitarem qual a sua fonte, de tal modo que se pretendeu reunir os alunos ao redor de “centros de interesses” e associá-los mediante trabalhos em comum, ao invés de cada criança estudar por conta própria as suas lições e preparar individualmente os seus deveres escolares: depois do individualismo da velha escola, temos a socialização da nova. (PONCE, 1996, p.161).

No Brasil, Gohn (1992, p.44) classifica a educação em primitiva e atual, com o período primitivo correspondendo até os anos de 1960, e a fase atual posterior a essa data, mas deixa claro que na fase atual ainda existem programas governamentais primitivos. De acordo com Tragtenberg (1982, p.44) “A escola não cria a divisão de classes, mas contribui para esta divisão”.

O caminho foi longo para transformar a educação brasileira e, mais precisamente, a catarinense, em acessível para toda a população. Mais árduo ainda foi a tentativa de construir nesses profissionais ligados a educação uma consciência social, onde apenas as lutas pela valorização do magistério poderiam fazer com que alcançássemos direitos irrefutáveis, como o direito a educação gratuita e de qualidade para todas as crianças em idade escolar.

Se até o início do século XX a educação no Brasil não era organizada, como informa Souza (2002), isso não a define como inexistente, ou que essa existência seja sem importância, porém como nosso foco de pesquisa está nas últimas décadas daquele século, vamos tentar entender rapidamente a herança educacional que recebemos.

No Brasil Colonial a educação era destinada apenas aos filhos dos aristocratas, período caracterizado pela escravidão e por uma sociedade estratificada, o espaço educacional foi aberto para atingir os interesses católicos, entregando a catequização indígena aos jesuítas e posteriormente a responsabilidade sobre os educandários, formando os

filhos não primogênitos dos senhores de engenho com base nos dogmas da igreja.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas das terras portuguesas, em meados do século XVIII, a educação continuou ligada a igreja, e as práticas adotadas pelos padres jesuítas. Segundo Souza (2002, p. 4) o modelo educacional ligado aos jesuítas continuou até fim do século XIX:

Esse modelo educacional logo foi transformado em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira. Afirmada como modelo educacional dominante, a educação jesuítica predominou no decorrer de todo o período colonial e imperial, inclusive no período que compreende a chamada I República, sem ter sofrido em suas bases qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social para a educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.

As rupturas na educação brasileira iniciam a partir do início do século XX, porém aconteceram de uma forma lenta e gradativa ligada as percepções pedagógicas, sem demonstrar interesse nas questões voltadas à categoria do magistério, muito menos ao desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora. Em 1932 é publicado o Manifesto dos pioneiros da educação nacional, que é fruto do movimento renovador, que buscava resolver os problemas educacionais denunciando o modelo conservador utilizado até então.

Durante o período do Governo de Getúlio Vargas surge uma preocupação de formar melhor o trabalhador, para prepará-lo para o mercado de trabalho. Essa preocupação visava à qualificação e a formação da classe trabalhadora a partir de uma demanda industrial emergente. Essa formação era dada de maneira simples e fazia parte de um movimento conhecido como ideologia do trabalho.

No período pós-Vargas, a educação brasileira passa por uma nova remodelação, de acordo com a internacionalização da indústria brasileira, foi necessário uma mudança, reconstruindo o mecanismo educacional voltado para a classe trabalhadora, com a educação básica voltada para o ensino profissionalizante, preparando o aluno para o mercado das grandes empresas multinacionais, que se fixaram no país.

Com o golpe militar de 1964, muitas mudanças ocorreram e novamente a educação brasileira teve que ser reestruturada, agora com um ensino tecnicista, servindo de propaganda e alienação governamental, com uma concepção pragmática sendo submetida ao mercado de trabalho, mesmo neste momento de exceção democrática e controle intelectual, o período da ditadura militar pensou o modelo educacional excludente e classificatório, oportunizando os alunos mais disciplinados, com objetivo de formar trabalhadores, e não possibilitando uma transformação social.

Entre 1964 e 1985, com todo o controle governamental e aparato militar, com os atos inconstitucionais que inviabilizaram uma educação progressista, havendo perseguições a professores com um prisma criticista e com prisões, tortura e desaparecimento e/ou morte de intelectuais da educação brasileira, sem contar os inúmeros casos de exílio, houve uma acréscimo no oferecimento de vagas nas escolas brasileiras.

Os difíceis anos da ditadura militar forçou uma mudança, os grupos políticos, sejam eles ligados a classe trabalhadora ou ligados à burguesia rechaçada pelos presidentes militares, se uniram em prol da democracia. Esse movimento gerou um sentimento popular enganoso e esperançoso, de que seria possível uma reformulação e de fato aconteceu em 1985 com o fim daquele doloroso período de ditadura militar. Para Mascarenhas (2000, p.22) “houve certa ampliação dos canais de participação no âmbito político com o aumento das demandas sociais”, pois a população encurralada por um sistema autoritário busca organizar-se para uma solução política. Mascarenhas (2000, p.22) completa “o Estado não conta com estrutura para responder, satisfatoriamente, a estas mudanças”.

Com esta transição política o processo educacional no país também passa por uma reformulação. Os professores das escolas públicas veem nesse momento transitório uma oportunidade singular para reconstruir este processo, transformando a educação tradicional e disciplinadora em uma educação libertadora.

A abertura política brasileira nos anos de 1980 trouxe uma discussão educacional que refletiu na luta dos professores por direitos, como a valorização da classe e por uma política educacional abrangente. Segundo Souza (2002, p. 129) “depois de tantos anos sob a ditadura militar, embora com motivação predominantemente econômica, o movimento sindical brasileiro recolocou a classe trabalhadora na cena social e política do país”.

Professores e estudantes foram às ruas para exigir eleições diretas, depois pressionaram a constituinte para aprovar a gratuidade do ensino público e o direito de se sindicalizar, que até a Constituição de 1988 era negado aos servidores públicos. Com esse posicionamento progressista, até então jamais visto pela classe do magistério, o cenário dos trabalhadores em educação provoca uma mudança, como afirma Mascarenhas (2000, p.59) “um agrupamento, que até bem pouco tempo não marcava presença no contexto das manifestações dos trabalhadores, finaliza a década de oitenta com a categoria que mais greves realizou nos últimos dois anos”.

A colonização catarinense foi diferenciada do restante do país, principalmente das regiões do Centro-Norte brasileiro. Em Santa Catarina, paisagens com grandes engenhos de açúcar, poderosos senhores e muitos escravos não existiam com tanta frequência como no nordeste do Brasil, prevalecendo as pequenas propriedades rurais no lugar do imenso latifúndio, principalmente no litoral catarinense. Outro fato que marca a história do Estado é a vinda dos imigrantes alemães, a partir de 1828 e de imigrantes italianos a partir de 1877, para ocupar as colônias no Estado.

No Brasil Imperial e independente a busca por uma identidade governamental brasileira procurou desvincular o poder descendente de Dom João VI, culminando no ato adicional de 1834 que atribuíam algumas funções as províncias, descentralizando a administração, dando o poder de legislar sobre a educação primária e secundária. Neste contexto, a província de Santa Catarina agora com autonomia para criar leis sobre os aspectos educacionais estabelece no ano de 1836 o primeiro ato da Assembleia Provincial relacionado à instrução pública, dando ao presidente provincial plenos poderes administrativos e pedagógicos das escolas públicas (FIORI, 1991, p. 33).

Os anos seguintes foram marcados por falta de professores habilitados para assumir as escolas. Em 1837, a Assembleia Provincial sugeriu que fossem enviados professores à capital imperial para adquirir formação profissional e no ano de 1840 o Presidente da Província teve a autorização da Assembleia para enviar professor para a Escola Normal do Rio de Janeiro. Após o regresso em 1843, do professor escolhido Francisco José das Neves, todos os professores do serviço público catarinense deveriam frequentar aulas ministradas pelo referido professor, sob pena de demissão, caso recusassem.

As leis subseqüentes, de 1848 e de 1850, estabeleceram a função de diretores municipais e diretores paroquiais, o ensino deveria ser

organizado hierarquicamente, e estes cargos de caráter voluntário fiscalizariam os professores nas suas respectivas unidades escolares.

A função de Inspeção Escolar foi extinta em 1872, e em 1874 foi estabelecido o ensino obrigatório na Província de Santa Catarina, e no ano de 1875 foi constituída uma reforma educacional na Província. Mesmo com a organização da escola pública tomando forma, muitas eram as críticas, e algumas dificuldades surgiram como aponta Fiori (1991, p. 54):

Apenas um ano depois, em 1876, já surgiram da parte do Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, As primeiras ponderações considerando essa reestruturação de ensino, como demasiadamente ambiciosa. Afirmou ele que essa reforma deveria ser adiada, pois não havia possibilidade de se pagar o pretendido aumento aos professores, tendo em vista que somente oito escolas funcionavam em casa própria e, assim mesmo, estavam sem os móveis indispensáveis ao ensino.

É possível observar na história da educação catarinense relativa ao período imperial, situações presentes no processo educacional brasileiro, e presentes durante o século seguinte, como a falta de valorização profissional, a falta de investimento no ensino público e como o problema era saneado por vias que buscavam amenizar os seus efeitos e não apresentavam solução concreta, como o investimento em uma escola superior em Santa Catarina pra a formação de professores.

Outro aspecto, que possibilita o entendimento e esclarece qual a clientela desta escola pública catarinense neste período, refere-se ao ato de 29 de novembro de 1879, que estabelece castigos vexatórios aos alunos, dando ao professor o poder da repressão. De acordo com Fiori (1991, p.55) “o ato de novembro de 1879 estabeleceu que, como meios disciplinares, os professores podiam recorrer à repressão, trabalho fora da hora dos exercícios escolares e, segundo a terminologia então usada, os mestres estavam autorizados a empregar castigos que excitam ao vexame”.

Os alunos que frequentavam a escola pública, não eram os filhos dos grandes proprietários de terras, nem mesmo dos profissionais liberais da capital da Província, a clientela das escolas públicas catarinenses eram filhos de pequenos proprietários de terras, pois os mais abastados preferiam mandar seus filhos para estudar no Rio de Janeiro ou até mesmo na Europa.

Outro aspecto importante levantado por Fiori (1991) pode ajudar a compreender esta relação educacional em Santa Catarina, historicamente construída a partir da Independência em 1822, e carregada como herança durante todo o século XX, que está relacionado à falta de investimento governamental na formação profissional e ao perfil deste, que não enfrentava esta situação como uma causa trabalhista, pois não via a possibilidade de buscar para si algo melhor. Recebiam do governo provincial poucos recursos e repassava para seus alunos pouco conhecimento, até porque não o tinha, e ainda o apreendia, portanto repassava ao aluno a disciplina da obediência, sendo esta mais importante que o próprio conhecimento científico.

A ausência de uma adequada sistemática de formação profissional e os baixos níveis de vencimento do magistério faziam com que, segundo o Presidente da Província, Francisco José da Rocha, a atividade docente fosse procurada, na maioria das vezes por aqueles que não tinham condições de obter outro emprego (FIORI, 1991, p.62).

Para Mascarenhas (2000, p.33) “o desafio que se lança é o de se conseguir captar o significado da criação dos atores nos acontecimentos e a edificação do campo nas lutas de classes, como produtor e reprodutor de instituições”. O professor, ainda hoje, carrega essa carga histórica de reprodutor de um sistema construído para a alienação de uma classe por outra, a classe trabalhadora pela classe burguesa. Infelizmente não consegue entender, o seu papel social, associando-o ao sentido vocacional e patriarcal, porém sem provocar as transformações necessárias, reproduzindo a dominação que sofre da classe burguesa para seus discípulos, dominando-os.

[...] o Estado, na sociedade capitalista, avigora-se pela dominação, pela exclusão, mas também defronta-se com a contradição e o conflito. Não obstante, indica que sua superação pode estar colocada como possibilidade histórica, à medida que se aposte na vontade coletiva pois que, no espaço de autonomia relativa das superestruturas, encontra-se também o campo para desarticular a hegemonia dominante, ao mesmo tempo em que se vai articulando, a nova hegemonia. (SOUZA,1996, p.78).

A educação pública em Santa Catarina não apresentou mudanças profundas com o 15 de novembro de 1889, a Proclamação da República por mais que forçasse mudanças no campo administrativo e político do país deu continuidade no sistema escolar catarinense. Algumas medidas administrativas foram tomadas, algumas reformas foram feitas, porém buscando resolver os problemas pontuais que a sociedade exigia e não levar uma educação de qualidade para toda a população. Os trabalhadores em educação neste período ficaram mais uma vez desassistidos, visto pelos governos como vocacionais.

Agravando ainda mais essa situação, ocorreu por volta de 1904, uma redução geral nos vencimentos de todo o funcionalismo público estadual. Este fato fez com que só permanecessem no magistério, os velhos, os docentes que não queriam perder direitos já legalmente adquiridos e os professores que não tinham possibilidades de obter outro emprego. (FIORI, 1991, p. 79).

Segundo Fiori (1991, p. 79), “Diante da gravidade da problemática escolar, ocorreram algumas reformas ou tentativas de reorganização do ensino público catarinense”. Entre as mudanças mais significativas pode ser destacada a intervenção na educação pública realizada por Orestes Guimarães, Luiz Trindade e Elpídio Barbosa.

Orestes Guimarães foi chamado pelo então Governador do Estado de Santa Catarina Vidal Ramos, que pretendia modificar o sistema de ensino catarinense. Vidal Ramos impressionado com o modelo paulista, que apresentava, à época, uma revolução educacional. De acordo com Fiori (1991, p. 81) “seguia a sistemática de lições curtas e adequadas à idade, alternadas com cantos, marchas, exercícios ginásticos, trabalhos manuais de torno e de modelagem”.

Chegando a Santa Catarina em 1911, Orestes Guimarães foi contratado para construir o sistema educacional do Estado. Entre seus desafios estavam: resolver os problemas de analfabetismo e as relações educacionais dos grupos étnicos de imigrantes. Porém, fica claro que as preocupações com a educação no estado não está voltado para a formação integral da criança, nem para a qualificação dos professores.

Segundo Fiori (1991, p.97) “Para Orestes Guimarães era vital a existência de um único centro de decisão em matéria pública”. Contudo, a construção desse processo educacional não contou com a participação dos professores, nem da comunidade, pois o sistema não alcançava a

maioria da população. A educação pública em Santa Catarina no início do século XX era voltada para alfabetizar, e nem todas as crianças tinham acesso à escola. A evasão escolar era muito grande.

Entre 1911 e 1938, Santa Catarina seguiu as diretrizes implantadas por Orestes Guimarães, de cunho liberal, com objetivos de nacionalizar o ensino no Estado. Uma das mudanças mais significativas foi incorporar as escolas estrangeiras mantidas por colonos imigrantes ao sistema público de ensino, integrando socialmente os estrangeiros, processo esse abalado durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Percebe-se que a mudança no sistema de ensino catarinense preocupou-se mais em agregar as escolas teuto-brasileiras, do que levar centros educacionais às comunidades açorianas e aos povos oriundos do fim da escravidão.

A educação tinha um papel claro, principalmente nos municípios de colonização italiana e alemã, onde iriam surgir as primeiras indústrias no Estado, sendo que havia dois sistemas de ensino em Santa Catarina, um voltado para os imigrantes e descendentes, e outro os brasileiros. Por mais que o Governador Vidal Ramos discursasse, “como fundador de uma nova realidade, insistia em ver o aparelho de ensino dotado de incapacidade extrema na consecução de seu objetivo maior de formar a elite catarinense” (CARDOSO, 2002, p.138). A nova realidade atingiu apenas um pequeno grupo.

Apesar desta reforma não mexer nas bases educacionais, alguns fatores foram de suma importância, como as mudanças ocorridas em 1923, no governo de Hercílio Luz, que modificou o calendário escolar, criou os conselhos familiares escolares e alterou a forma de ingresso de professores provisórios. No ano de 1927 foi realizado em Florianópolis o 1º Congresso Estadual de Ensino Primário, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino no Estado.

A reforma iniciada por Guimarães teve continuidade a partir da reorganização do ensino efetuada em 1935, por Luiz Trindade, conhecida como Reforma Trindade. Em 1935, o Estado de Santa Catarina contava com 1340 professores, sendo 504 normalistas, 254 complementaristas e 582 provisórios de acordo com Fiori (1991, p.122), observa-se que o número de professores provisórios é quase metade do total de professores no Estado.

A reorganização construída por Trindade mexeu mais na questão administrativa, transformando as Escolas Normais em Institutos de Educação, um complexo que abrangia todos os níveis de ensino, desde o Jardim de Infância até a Escola Normal Superior Vocacional. Nos anos entre 1935 e 1950, o sistema de educação público catarinense esteve sob

a direção dos professores Luiz Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa, trio que ficou conhecido como a “santíssima trindade” da educação catarinense.

A discussão presente durante o período comandado por Trindade estava na concepção pedagógica a ser adotada. A manutenção da escola tradicional estava sendo debatida, pois as concepções da Escola Nova, que respeitava a individualidade do aluno e o transformava num agente ativo do sistema educacional vinha provocando um debate no país. De acordo com Fiori (1991, p. 126) “A chamada Escola Nova afastava o tradicional ensino baseado na memorização dos alunos; apelava para a participação ativa e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e criador dos discentes”.

Em 1944 foi instituído o decreto 2991, que estabeleceu que todos os professores de escolas públicas do Estado de Santa Catarina deveriam colocar em prática a concepção escola novista. Contudo, as escolas catarinenses não estavam preparadas para essa nova concepção pedagógica, menos ainda estavam os professores, que receberam esta imposição sem o devido preparo. Mais uma vez, a reforma educacional no Estado veio de cima para baixo, sem respeitar e nem ouvir as pessoas mais interessadas. O que deveria ter sido uma revolução no sistema educacional catarinense, novamente foi posto apenas no papel, sem respeitar as particularidades da nossa realidade.

Em 1946, estava à frente do Departamento de Educação do Estado o professor Elpidio Barbosa, responsável pela reforma mais profunda na educação catarinense após a Proclamação da República, que ficou conhecida como Reforma Elpídio Barbosa. Esta reforma possibilitou a interiorização das escolas de formação de professores, criou a Lei Orgânica do Ensino Primário e os regulamentos para as instituições de Ensino Primário.

É possível observar que as proposições construídas por Barbosa ainda são voltadas para alfabetização da população, a formação em primeiro grau. Nos três pontos que a Reforma Elpídio Barbosa se destacou, queremos nos ater a formação de professores. Barbosa transformou os cursos complementares em Cursos Normais Regionais, com o intuito de formar professores para a zona rural. Outro ponto foi os cursos de especialização para professores Primários e de habilitação para Administradores Escolares.

O objetivo de formar mais professores para regiões ainda não assistidas pelas escolas públicas estaduais não foi completamente realizado. Contribui, com certeza, para diminuir o número de professores leigos, aqueles sem formação pedagógica, principalmente

nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, porém, as escolas de formação estavam ainda nas maiores cidades catarinenses e o currículo totalmente voltado para as escolas urbanas.

Como afirma Fiori (1991, p. 149) “Assim, destinavam-se a formar professores para a zona rural, mas a maioria desses cursos localizava-se em evoluídos centros urbanos; e seu currículo, em consequência de uma determinação centralista, nada tinha de adaptado à realidade regional”. Na discussão trazida por Fiori (1991) é possível perceber o paradoxo que envolvia a formação dos professores neste período, onde as escolas de formação estavam nos centros urbanos e esses novos profissionais eram preparados para lecionar nas escolas da zona rural, ou dos municípios do interior, assim sendo, as necessidades das comunidades onde estes se lotariam não condiziam com a instrução recebida e orientações para que estes repassassem.

Mesmo com todas as dificuldades colocadas e uma formação conservadora oferecida a estes profissionais, ao longo dos anos a categoria foi amadurecendo e, desta maneira, mesmo enfrentando alguns percalços, os professores enfrentaram adversidades, mas conseguiram evoluir gradativamente e se organizar.

### 3.2 A FORMAÇÃO DA ALISC

A educação catarinense até meados dos anos de 1960 ficaram a cargo do Estado, sem ter nenhuma contestação da comunidade escolar, tanto por parte dos pais de alunos quanto por parte dos profissionais das escolas. As reformas ocorridas no período republicano, mesmo antes do período militar, seguiram uma ótica de reprodução sistemática de conteúdos pré-selecionados, com objetivo de formar mão de obra especializada, sendo que conforme a indústria e o comércio local iam necessitando de profissionais com mais capacitação, o Estado ofertava mais vagas e escolas para atender a demanda. A formação de professores até a década de 1980 era pífia, com um número de cursos oferecidos que não atendiam a necessidade para atender todas as crianças que estavam em idade escolar.

Foi nos anos de 1960 que cresceu o número de Escolas Normais, que formavam professores para atender as primeiras letras, conforme afirma Auras (2002, p.170) “o Curso Normal foi dentre as opções de ensino médio de 1º e 2º ciclo a que mais cresceu na década de sessenta”. Mesmo tendo uma grande procura, o número de professores leigos, ou seja, sem formação de normalista e nem universitário era ainda a maioria dos profissionais de educação. No entanto, este crescimento está

ligado à política tecnicista dos governos militares, e foi analisando por Auras (2002) como uma formação de adestramento dentro das Escolas Normais. Mesmo entre aqueles que concluíam o curso de normalista, havia um despreparo pedagógico e didático. Muitas meninas seguiam esse caminho, incentivadas pela família que queriam formar suas filhas para ter bons modos na sociedade.

Quando não era buscado apenas como preparação para o casamento, o Curso Normal, especialmente o 2º ciclo, representava, neste período, uma variante do ensino secundário para as moças das classes privilegiadas, interessadas em prosseguir seus estudos em nível superior. (AURAS, 2002, p.171).

A escola onde os professores formados por esse modelo tecnicista atuavam, tinha um prisma elitista, mesmo quando atendiam alunos das periferias ou da zona rural tentavam moldá-los como os alunos filhos de um grupo mais abastados. Sendo assim, grande parte dos alunos matriculados na escola pública neste período acabava desistindo e abandonando a escola, com o percentual de evasão escolar chegando a 93% entre 1962 e 1969.

Esses profissionais que assumiram as escolas na década de 1960, para lecionar, não discutiam as dificuldades apresentadas pelas estruturas físicas nas unidades de ensino, muito menos paravam para discutir o método pedagógico, percebiam os alunos com autoritarismo, como o próprio regime político vigente no país e seguiam uma linha religiosa muito intensa dentro das escolas.

Neste contexto, a falta de disciplinas nos cursos normais de Filosofia e História da Educação, fortaleciam a falta de uma análise conjuntural crítica da realidade escolar no Estado. De acordo com Auras (2002, p. 173):

Os/as professores/as assim formados/as mostrava-se incapazes de interferir positivamente no processo escolar das crianças provenientes das classes populares. Eram formados/as segundo uma perspectiva bastante alienada no sentido do conhecimento da criança e da sua realidade.

Foi neste tumultuado cenário profissional para os educadores, que

emergiu a primeira organização que tinha com objetivo de confrontar o sistema constituído e representar uma parte dos professores das escolas públicas do Estado de Santa Catarina. Em 1966, foi criada a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), que tinha como intuito a organização dos professores licenciados, que não eram vistos pelo Estado como profissionais da Educação, e tinham seus contratos de trabalho diferenciados dos professores normalistas.

De acordo com Lemes (2007, p.42) “reuniram-se em 8 de maio de 1966, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um grupo de professores incumbidos de criar a ALISC (Associação dos Licenciados de Santa Catarina)”, estavam movidos pelas precárias condições de trabalho e pela falta de uma associação que representasse a categoria.

A primeira diretoria teve como presidente Maria Carolina Galloti Kehrig, eleita no ato da fundação da ALISC. Além de Maria Carolina, foram presidentes da associação: Júlio Wiggers, Mauro Francisco Vieira, Élvio Prevedello, Oscar Ascindino da Rosa, Sérgio Grando, Ana Maria do Nascimento Aquini e Ideli Salvatti.

No início dos anos 70, segundo Souza (1996, p.27), em torno de quinhentos professores licenciados entraram na justiça para contestar a contratação dos licenciados no Estado de Santa Catarina, onde os licenciados obtiveram êxito na justiça. A ALISC iniciou esse debate em Santa Catarina, mesmo que os professores que participaram desta construção da associação não tivessem uma preocupação inicial com a questão pedagógica da escola, foram estes os primeiros a enfrentar a força e a repressão do sistema educacional reprodutor e buscar uma educação transformadora. Com esse enfrentamento, foi realizado no final da década de 1970 o primeiro concurso público para suprir as vagas do quadro do magistério catarinense, porém, não foram suficientes para suprir a demanda, continuando assim, um grande número de professores designados.

A contratação destes professores designados era temporária e recebiam por aula dada, ou seja, por hora de trabalho, sem nenhuma garantia trabalhista. No início dos anos 1980 o Estado normatiza a contratação de licenciados para trabalhar em caráter temporário, nomenclatura atribuída aos professores até então designados, como expõe Souza (1996, p. 27):

Os profissionais que eram licenciados, através da Lei nº 6032 de 17/02/83 que normatiza o regime jurídico dos servidores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) – novo nome atribuído aos

designados – no Magistério Público Estadual, estavam aptos para nele ingressar sem concurso público desde que estivessem em exercício no magistério por cinco anos ininterruptos ou dez intercalados, que ocupassem vaga excedente e que tivessem uma jornada de trabalho de no mínimo 20 horas semanais.

Entre os anos de 1960 e 1990, a ditadura militar com apoio da igreja, de parte da população e até de muitos educadores em 1964, depois dos primeiros anos de governo autoritário e de acabar com a democracia no Brasil provocou um sentimento de impotência em grande parte da população, mas também de esperança e de garra para lutar por uma sociedade sem amarras. Após o golpe de 1964, os professores que até então seguiam as regras de forma ordeira, sem participar da formação do sistema educacional, começaram a enxergar uma sociedade diferente, sentindo na pele todo um processo excludente que seus alunos sofriam, sem poder tecer nenhuma crítica. Entre as estratégias da ALISC para poder crescer e formar uma entidade estadualizada foi criar laços com algumas associações municipais e regionais de professores, construindo uma rede de representação com maior poder para impetrar ações no campo jurídico contra o governo estadual.

Os servidores públicos estaduais eram proibidos de sindicalizar-se, sendo assim, os professores foram a partir da ALISC construindo sua organização de enfrentamento. Esta associação que inicialmente foi criada para representar e lutar pela efetivação dos designados, com o tempo foi agregando outros profissionais das escolas públicas, como serventes, merendeiras, guardas, administradores, especialistas, aposentados e principalmente professores na ativa, incluindo os contratados temporariamente e também os efetivos.

Foi aos poucos e com muita persistência de seus representantes que a ALISC se consolidou como representação dos professores, principalmente após confrontar o Estado, impetrando ações judiciais coletivas que buscavam garantir direitos trabalhistas aos professores e construindo movimentos de embate político com o governo, como manifestações, fechamentos de escolas e greve. Para Lemes (2007, p.45) “Impedidos de se sindicalizarem, os servidores públicos reuniram-se em associações camufladas e buscaram formas representativas”. Esse momento de repressão e autoritarismo pode ter provocado um efeito contrário aos objetivos dos governos estaduais e federal, pois o anseio por ter uma representatividade sindical e por melhores salários fortaleceram a luta. “E os professores não escaparam à regra. Em Santa

Catarina, a ALISC era um exemplo dessa conjuntura” (LEMES, 2007, p.45).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, os movimentos estudantis e sindicais, mesmo que na maioria das vezes vivendo na clandestinidade formaram um exército contra o regime imposto pelos militares. Vários destes universitários que faziam parte dos movimentos estudantis se tornaram professores na rede pública estadual, ou ainda professores nos cursos de formação de professores, que por consequência estimulou uma visão crítica e um novo professor nas salas de aulas de Santa Catarina.

Essa característica não era exclusiva dos professores do Estado de Santa Catarina, em outras regiões do país, essa formação crítica aconteceu mesmo antes do golpe militar de 1964, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina culminou com uma revolta de parte da população que queria liberdade, autonomia e o direito de escolher seus representantes. É importante salientar que esse período no Estado também foi marcado pela diminuição dos vencimentos de parte da categoria e pela incerteza da contratação pelos licenciados.

Os professores que no Estado pertenciam à classe média, sendo a maioria da categoria formada por mulheres, vistas pela sociedade como uma profissão vocacional, agora no auge da discussão política, com a diminuição dos salários e com o crescimento do número de profissionais nas escolas, com a revolução sexual, com a implantação de leis que deram direitos básicos de igualdade as mulheres, os servidores públicos estavam em uma encruzilhada. Desta forma, esses trabalhadores eram visto como elite e recebiam como trabalhadores assalariados, e como profissionais precisavam se posicionar diante da situação a qual foram colocados, com seus direitos cerceados, como o da mobilização trabalhista e da valorização salarial. Contudo, Lemes (2007, p.44) aponta que quando trata do direito dos professores licenciados no período do governo militar, “tanto em termos econômicos como na disparidade dos direitos sociais. Impedidos de se sindicalizarem, os servidores públicos reuniram-se em associações camufladas e buscaram formas representativas”.

A ALISC teve um papel fundamental para o início da luta da categoria, mas sua representação não conseguia atingir geograficamente todo o território do catarinense. Os próprios objetivos iniciais da ALISC não contemplavam a representação de todos os segmentos da classe trabalhadora da educação, mesmo tendo representado esses segmentos, o objetivo da formação da associação estava em representar os

licenciados, que por sua vez eram contratados como designados e não tinham direitos garantidos pelo Estado.

O início foi dado pela ALISC, e usando-a como exemplo de enfrentamento de classe, algumas associações regionais e associações de outros setores da categoria foram surgindo em todo o Estado, como a APJ - Associação dos Professores de Joinville, no norte do Estado, a APROVA - Associação dos Professores do Vale do Araranguá, no extremo sul de Santa Catarina, APROMAR – Associação dos professores de Maravilha, no Oeste catarinense, como também a AOESC- Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina em 1970, na cidade de Blumenau, ASESC – Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina, e a AAESC- Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina em 1984, em Florianópolis. Mesmo a categoria formando associações, criando a possibilidade de uma organização efetiva, quando o embate político se tornava necessário a ALISC agregava representantes de todas essas associações para discutir e encaminhar a luta.

No final dos anos de 1970, a luta pela abertura política se tornou mais forte, a mobilização dos trabalhadores de vários segmentos da sociedade ganharam notoriedade, com a greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo.

O processo desencadeado pelos movimentos populares, a luta pelo renascimento do movimento operário a partir de 78 – tendo os metalúrgicos do ABC como pioneiros – não esgotaram as formas de resistência, muito menos as condições necessárias para alcançar a transformação das estruturas de poder político e de direção econômica da sociedade (SOUZA, 1996, p.32).

Em 1978, os professores do Estado de São Paulo e do Paraná entravam em greve. Em 1979, professores de diversos estados do país entraram em greve, encorajados por outros movimentos de trabalhadores e encorajando servidores públicos de outros estados e de outros setores. Em 1980, durante o governo de Jorge Konder Bornhausen, nomeado pelos militares, os professores realizaram a primeira greve da categoria em Santa Catarina, cerca de 800 professores paralisaram suas atividades, sob o comando da ALISC, por doze dias. O governador decretou a redução dos dias letivos, transformando a greve em férias, e não acatando as reivindicações dos grevistas.

Em 1983, no governo de Esperidião Amim Helou Filho, o magistério catarinense se mobilizou novamente, em uma greve que trouxe consigo alguns fatores positivos, por um lado mostrou a força da organização da categoria, capitaneada pela ALISC, mas com as associações regionais dando o suporte de base e, por outro lado, conseguindo que o governador aceitasse e promovesse o Plano Estadual de Educação, um marco na história da educação no Estado de Santa Catarina. Conforme pontua Souza (1996, p. 37) “Em 1983, de maneira mais incisiva, a ALISC põe em evidência a polarização em torno da questão educacional”. O governador Espiridião Amim só coloca em prática a elaboração do PEE – Plano Estadual de Educação após um movimento que poderia gerar consequências políticas negativas para o grupo estabelecido no poder. Souza (1996, p.37) indica que “a greve do magistério, em maio daquele ano, foi um marco para garantir nos acordos finais a participação da ALISC no processo de elaboração do Plano Estadual de Educação”.

Além do PEE, a greve de 1983, garantiu a representação dos professores na reconstrução do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira dos trabalhadores em educação, que foi aprovado em 1986, na ALESC. A construção do PEE, que de acordo com o governo do estado deveria ser construído de forma polarizada, com comissões compostas por integrantes nomeados pelo governo, e formadas por representantes indicados pela ALISC. Os professores não aceitaram esse processo e exigiram que tivessem uma participação comunitária, com comissões escolares, municipais, regionais e estadual. Assim, teve-se um amplo debate educacional, que segundo Souza (1996, p.38) “foi adquirindo força gradativamente”, com fóruns discutindo e elaborando os documentos que seriam aprovados no Congresso Estadual em Lages, em 1984.

A elaboração do PEE, e principalmente a forma com que a ALISC se portou diante da importância do plano e da sua construção foi fundamental para fortalecer a entidade e consolidá-la como organização representativa do magistério, enquanto categoria de trabalhadores, que necessitam de instrumentos políticos para sua valorização. Nesse momento, a ALISC se constrói e se firma como a entidade que representa os professores na luta por seus direitos.

A década de 1980 foi o período em que a organização de representação dos profissionais da educação, a ALISC, que depois se transformaria no SINTE/SC, teve os maiores avanços e também as maiores mudanças. Após a luta pelo PEE, por um Plano de Carreira e pelo Estatuto do Magistério, o novo foco era garantir o direito de se

sindicalizar para os servidores públicos. Essa luta não foi apenas da ALISC e dos professores catarinenses, foi uma batalha de todos os servidores públicos do país, pois junto com o direito de se organizar em sindicatos acompanhava o direito de mobilização sem prejuízos para a carreira do servidor. Mais uma vez existia a necessidade das associações regionais se unirem com a ALISC, além de uma necessidade de ter representatividade em regiões onde não havia essas associações. Para Lemes (2007, p.45) “Formada pelas associações dos docentes catarinenses, inclusive aquelas que englobavam os orientadores e supervisores escolares, a ALISC concentrou-se mais na capital do Estado, o que dificultou a unidade da categoria e exigiu maior mobilização das associações regionais”.

O ano de 1985 foi de grande importância para a ALISC, já consolidada como representante do magistério catarinense, inicia uma discussão junto as suas representações regionais, incluindo diversas associações sobre a filiação da entidade a CUT, contudo não é correto afirmar que esse debate surgiu no momento que a ALISC filia-se a central sindical. Porém, a discussão foi rasa no que diz respeito a uma decisão de tamanha importância, segundo Souza (1996, p. 43) o “processo foi muito tumultuado”, sem ter um pleito amplo, sem a participação e fóruns com a base para entender o significado daquele ato, “não envolvendo, de maneira contundente, os demais segmentos da categoria”, que foi histórico e teve grande importância naquela conjuntura, mas que não construiu uma formação sindical, contando com a presença da categoria.

Como salientado anteriormente, a conjuntura era favorável para a filiação da instituição a CUT, o processo pelas diretas, o fim do bipartidarismo, a esperança de uma Constituição que fosse favorável aos trabalhadores, sem esquecer que era necessária, neste momento de construir uma nova constituição, a unificação da classe trabalhadora brasileira para garantir nos textos da lei maior, pressionando os deputados constituintes além de direitos para a categoria, uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesse cenário, que se percebe, com um erro de estratégia, o fato da ALISC se tornar agregada a CUT, em 1985. Entende-se por erro de estratégia, o fato de não trazer essa questão para o envolvimento da categoria e conseqüentemente fugindo do debate, sendo que referida estratégia poderia ter sido utilizada para promover uma formação da classe, politizando-a. No entanto, como contraponto ao corporativismo da categoria estava à politicagem sindical.

## 4 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

A partir do objetivo inicial desta pesquisa, de reconstruir a memória do SINTE Regional de Araranguá, buscou-se entender o movimento sindical e a história da Educação, de maneira que pudéssemos compreender uma possível contribuição para as novas lutas, para o movimento dos Trabalhadores em educação e para a organização da classe no extremo sul de Santa Catarina. Quando se parte para pesquisa em si, se faz necessário entender que trabalhar memória pelo prisma da história cultural, é possível se voltarmos nossos olhos para o movimento da luta de classes, como também para a reprodução alienante que a educação pública está subordinada para manter esse sistema funcionando.

Neste capítulo, a partir dos documentos encontrados na sede regional do SINTE em Araranguá, de entrevistas com professores e professoras que participaram da formação da Associação dos professores do Vale do Araranguá, a APROVA, que participaram como representantes regionais da Associação dos licenciados de Santa Catarina, a ALISC, e participaram da transição da ALISC para SINTE, em 1988, tenta-se trazer para o cenário acadêmico parte da história de uma classe trabalhadora que tem grande importância para a formação da nossa sociedade.

Dessa forma, foram entrevistados sete professoras e um professor, entre os anos de 2015 e 2016, professores esses que constavam seus nomes nas atas e documentos da APROVA e do SINTE Regional de Araranguá, como dirigentes. Esses professores eram grevistas, mães, pais, esposas, esposos, professoras e professores que tinham medo, sofriam preconceitos, inseguranças, mas que tinham vontade de lutar e convicção de que existiam dois lados, o do patrão e o do trabalhador.

Os professores entrevistados lecionaram durante o processo de transição da ALISC para o SINTE, participando também da APROVA, a maioria deles iniciando seu trabalho na educação ainda na década de 1970, e se aposentando nos anos 2000, estando na ativa no período em que os trabalhadores em educação tiveram o maior número de conquistas para a classe, porém todas as conquistas tiveram muita resistência, luta e enfrentamento.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos professores e professoras, seguindo um rigor acadêmico, gravadas e transcritas, e todas as informações contidas nesta pesquisa foram autorizadas pelos entrevistados. Foi muito importante perceber a receptividade dos

professores entrevistados, a preocupação que os mesmos tinham em poder contribuir com a pesquisa, a preocupação que esses professores tinham com a falta de memória e principalmente a lucidez que este grupo de professores entrevistados têm do processo educacional e do movimento sindical da categoria no Estado de Santa Catarina.

Mesmo que com alguns lapsos de memória, com algumas dificuldades para rememorar os fatos e algumas datas na íntegra, que fazem parte do processo de produção da memória, como afirma Bosi (1994, p.81) “as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha”. Ainda assim, conseguem compreender que entre as letras, os dias de trabalho, muitas vezes até 60 horas semanais em frente ao quadro negro, e as lutas, dormindo em chão frio de escola, enfrentando a Polícia Militar, tendo salário cortado, deixando filhos e cônjuges em casa para buscar um futuro melhor, muitas vezes em plena ditadura militar valeram muito a pena, pois contribuíram para hoje, os professores poderem se sindicalizar, lutar pelos seus direitos com algumas garantias mínimas, mas importantes.

Sendo, a memória mesmo que pessoal, envolve uma experiência múltipla, que vamos chamar de memória coletiva, quando se utiliza a memória para resgatar a história do movimento sindical dos professores no Vale do Araranguá, é importante lembrar que a organização do movimento e as lutas foram vivenciadas por várias pessoas, com vários olhares, com experiências trazidas de realidades diversas, como afirma Maurice Halbwachs (2006, p.29) “[...] pode-se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomençar não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas”.

Foi necessário compreender que a utilização da memória e da história oral pelo viés da História Cultural deveria ter o cuidado de não idolatrar um personagem histórico, como também não deveria servir de instrumento para vitimizar ou oprimir um determinado grupo em detrimento da formação de uma ideologia dominante. Ficando o questionamento, do lugar que deve ser reservado para a memória construída pela experiência social, por Stephanou (1998, p.138):

Podemos observar que, se em determinados momentos tal memória histórica constitui instrumento dos vencedores (identidade nacional, lembranças e recordações dos ideais de identidade, por ex.), devemos ficar apreensivos igualmente quanto a essa memória estar se tornando bandeira das minorias nessa produção

incessante de memórias-próteses. Que lugar reservamos à memória produzida pela experiência do social?

Este capítulo está dividido entre os subtemas “Memória, História Oral e História Cultural” e “A busca pela memória dos professores”. Sendo, que na primeira parte, tratou-se de abordar teoricamente a fundamentação metodológica, apoiado no olhar da História Cultural, onde foi utilizado o método da História Oral, servindo-se das memórias dos professores. Na seção subsequente, os entrevistados foram apresentados, onde foi construída uma pequena biografia dos professores, e algumas lembranças foram expostas.

#### 4.1 MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA CULTURAL

Ao decidir pesquisar sobre sindicato, mais precisamente sobre o movimento sindical dos Professores no extremo sul de Santa Catarina, tinha como fundamentação teórica da minha pesquisa os conhecimentos na área da história, no qual sou graduado. Havia decidido então, que essa pesquisa teria como objeto a ser estudado um personagem muito conhecido dentro do cenário educacional local, o professor Nilson Matos Pereira, que na minha memória e imaginação havia sido entre as décadas de 1970 e 1990, o grande nome do movimento sindical no Vale do Araranguá.

Sendo professor de história e pesquisador na área da Educação, se tornou compreensível que então construísse essa pesquisa voltada para a História da Educação. A partir desta definição, em conjunto com minha orientadora Doutora Giani Rabelo, através das leituras da disciplina de “Memória, Gênero e Movimento Sindical”, ministrada pela professora citada, me encantei pela metodologia de História Oral, fundamentando essa pesquisa pelo olhar da História Cultural.

Me aprofundi nos autores, Verena Alberti (2004), Luciane Sgarbi Santos Grazziotin & Dóris Bittencourt Almeida (2012), Maurice Halbwachs (2006), Eliane Marta Teixeira Lopes & Ana Maria de Oliveira Galvão (2005), Pierre Nora (1981), Clarícia Otto (2012), Sandra Jatahy Pesavento (2004) e Maria Stephanou (1998), compreendi que meu objeto de pesquisa não poderia ser uma pesquisa biográfica, mesmo tendo entendimento da importância do professor Nilson Matos Pereira na história do movimento sindical dos professores, ficou perceptível a necessidade de pesquisar outros olhares, contando a história sim do referido professor, mas através da história do movimento

em si, e desta forma, rememorando toda a contribuição que a organização dos trabalhadores em educação local deram para a educação pública estadual, sendo assim, ficou claro, a importância dentro do trabalho com Memória e História Oral, a necessidade de compreender a história da formação do sindicato dos professores, na região do Vale do Araranguá, no extremo sul de Santa Catarina. Seguindo a percepção de Grazziotin e Almeida (2012, p. 25):

O tempo pode ser contínuo em certo sentido, mas é com a memória de um grupo que ele se desloca, se move, instaurando certas permanências, que, por sua vez, possibilitam a construção de uma história. Assim, a memória, na perspectiva dessas pesquisas, não foi considerada individualmente, mas como memória coletiva.

A memória individual se transforma em coletiva a partir das mãos do pesquisador, unindo essas várias memórias, através da sua problematização, do seu questionamento dos fatos ocorridos sobre determinado tema. O SINTE Regional de Araranguá teve sua construção por distintas mãos, que coletivamente formaram, ainda no período da Ditadura Militar, uma instituição representativa dos profissionais da educação.

A consciência das transformações sofridas pela memória individual e a possibilidade de Constituição de uma memória coletiva, com base em lembranças e esquecimentos, foram dimensões fundamentais nas pesquisas. Isso se deve ao fato de que os pressupostos teóricos que iluminaram os caminhos da empiria colaboraram na problematização da memória para a construção dessas Histórias. (GRAZZIOTIN e ALMEIDA, 2012, p.29).

A partir do momento que ficou claro que utilizaria o método da história oral, evocando a memória destas pessoas que estavam à frente do movimento sindical quando ele surgiu na região, também ficou evidente que o olhar histórico que usaria seria da história cultural, pois, mesmo na graduação tendo um olhar marxista, porém, quando se trabalha a memória com o olhar da História Cultural é possível observar que “o tempo da memória coletiva é da permanência e da continuação, enquanto tempo da história é o tempo das transformações, descrições, mudanças. (STEPHANOU, 1998, p.138).

Agora tendo contato com uma série de autores que discutem pesquisa e constrói uma ciência, estudando a memória, ficou nítido que história tem que beber de várias fontes, buscar não apenas nas figuras que estão em evidência. Mas também naquelas que muitas vezes por trás dos bastidores constroem, que mesmo sem aparecer de uma forma notória deram sua contribuição, como propõe Pesavento (2004, p.16) “A presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão”.

No entanto, saindo um pouco fora daquela discussão vencido e vencedor, dominador e dominado, como destacar Lopes e Galvão (2005, p.37) “O binômio dominador-dominado dava conta de tudo explicar e, mesmo que tenha feito algumas áreas avançarem e fez simplificando as complexas relações entre classes, gêneros e raças”. Esse olhar eu encontrei através da História Cultural.

E olhando a história da educação por essa perspectiva, vamos analisar que muitos personagens da comunidade escolar, grande parte dos cenários onde esse processo educacional está inserido, e principalmente a relação entre quem constitui o sistema e aqueles que a colocam em prática, quase sempre são esquecidos, como questiona Lopes e Galvão (2005, p. 41):

Por muito tempo, não se perguntou, por exemplo, sobre a educação dos negros, dos indígenas ou sobre as especificidades da educação feminina nos diferentes momentos do passado. Hoje, essas questões são fundamentais para o entendimento do que foi, do que é a educação brasileira. Mesmo assim, Muitos ainda teimam em não querer enxergar que são profundamente diferentes as histórias da educação do homem e da mulher, da Criança e do adulto, do negro, do Branco, do indígena e do judeu. Enxergar o “outro” continua exigindo um grande esforço principalmente para os que não ocuparam o lugar dos que pouco pude falar ou escrever ao longo da história.

Pois estudando a história da educação, e pesquisando, e relembando, através da História Oral, as memórias destes personagens, observamos que a grande maioria dos profissionais da educação são mulheres, que essas mulheres até os anos 60, e se nos remetemos a nossa região geográfica, poderíamos falar dos anos 70 e 80, ainda eram

muito dependentes socialmente e seus pais e maridos. Uma outra questão muito forte dentro do cenário educacional era a questão religiosa, e quando unimos esses dois vínculos marital e religioso para uma grande maioria de profissionais mulheres, tenta-se entender análise feita por Lopes e Galvão (2005, p.28 ), “o discurso sobre o professor e a professora, repetido ao longo dos séculos, tem insistido no caráter missionário de que a profissão se reveste ou deveria se revestir”.

Ser professor era vocação, ou pelo menos a História da Educação tradicionalmente estudada até bem pouco tempo nos remetia a esta concepção, e o método utilizado na formação desses profissionais nos vendiam essa ideia, “se analisarmos a história da educação brasileira (recente ou remota), certamente também nos surpreendemos com a quantidade de ações do Estado baseadas no trabalho voluntário dos educadores”. (LOPES; GALVÃO, 2005, p.29).

Para descaracterizar essa relação precisamos construir “outras” pesquisas, utilizando-se de métodos como a Memória, desconstruindo verdades postas nas relações sociais, digo “outras”, pois poucas pesquisas abordam temas que não sejam respostas e soluções para problemas diagnosticados, mas esquecem de pesquisar profundamente pelo ângulo do personagem posto. Segundo Lopes e Galvão (2005, p. 64) “alguns autores chegam a denominar as crianças os grandes mudos da história”, porém, somente com “outro” olhar temos a possibilidade de entender a História, pois memória e história muitas vezes se confundem, “Memória e história, sendo conceitos distintos, não podem ser tomadas como sinônimos”.

No entanto, é “das memórias que a história, como operação intelectual, se alimenta, sendo, então, interdependentes” (OTTO, 2012, p.30). O aluno, bem como os professores, os vigilantes, as serventes, as merendeiras, os próprios gestores escolares, normalmente não são objetos de uma pesquisa que os compreende como personagens ativos do processo educacional. Esta pesquisa aborda os profissionais da educação, mas precisamente os professores através da sua organização de luta por seus direitos trabalhistas, mas existe um leque extenso de temas que através da História Cultural podem ser abordados, muitas vezes esquecidos. Os estudantes, por exemplo, sempre são pesquisados através dos números e dos resultados, evasão escolar, índice de repetência, índice de aprovação no vestibular, numero de alunos matriculados, sem serem enfatizadas suas organizações estudantis, seus anseios e suas expectativas, para Lopes e Galvão (2005, p. 65), o problema não está nos alunos e sim o sistema que o mesmo está

inserido, “o que acontece muitas vezes não é que a criança seja um objeto de pesquisa mudo, a sociedade que a cerca é que é surda”.

Com certeza, trabalhar a Memória com este olhar, utilizando o método da História Oral, não é a solução para estabelecer a verdade, como afirma Alberti (2004, p.22) “a ideia de fundo aqui é: história oral não é solução pra tudo; convém ter claro onde ela pode ser útil e delimitar sobre o que vale a pena perguntar.” A História Cultural não é linear, ela possibilita que diversos prismas sejam abordados, e trabalha com o método selecionado, necessita que o pesquisador tenha muita atenção, cruzando fontes, recorrendo a materiais bibliográficos, jornais, documentos.

Um outro ponto que merece ser destacado é quanto ao cruzamento de fontes. Através da utilização de outros documentos, corre-se menos o risco de considerar as entrevistas como a “voz” daqueles que não podem falar. A consulta outras fontes serve, ainda, para melhor formular as próprias questões das entrevistas e melhor compreender suas respostas. Por outro lado, os depoimentos não podem ser tomados como mera ilustração para reafirmar aquilo que já se tem como verdade, construída principalmente a partir de fontes consideradas mais confiáveis. (LOPES e GALVÃO, 2005, p. 90).

A memória poderia ser trabalhada através da metodologia bibliográfica, ou ainda, descritiva. Porém, a história oral permite que pudesse analisar o material bibliográfico, documentos informativos e ainda trabalhar diretamente com as pessoas que vivenciaram os fatos, conhecer a história de vida de cada personagem que esteve naquele momento histórico fazendo parte daquela situação, que hoje se percebe que contribuiu para a formação de uma classe, para a valorização profissional de um grupo tão importante que são os professores. Grazziotin e Almeida (2012, p. 27) argumenta que “por meio dos fragmentos dessas memórias, com a ideia de buscar um impulso para compreensão dos feitos do passado, construíram-se histórias que partiram de memórias orais e, ao longo das pesquisas, se entrecruzaram com outros documentos”.

Sendo assim, ao trabalhar a Memória através da História Oral deve-se compreender que esta metodologia a necessidade de interagir com outras fontes de pesquisa, como textos e imagens. Não se pode utiliza-la como recurso único, sem tecer uma relação entre outros

mecanismos de pesquisa. Pesavento (2004, p.65) considera que “o historiador se apoia em textos e imagens que ele constrói como fontes, como traços portadores de significado para resolver os problemas se coloca para resolver”.

Para Verena Alberti (2004), a história oral pode ser utilizada em vários campos de pesquisa, sendo útil justamente por esse fascínio do que aconteceu sendo contado por quem o viveu. Entre esses campos de pesquisa abordados por Alberti (2004) destaco quatro pontos que esta pesquisa se encaixa perfeitamente, pois ela é uma história do cotidiano, uma história política, uma história de uma instituição e uma história de memórias.

Por ser uma história do cotidiano ela “permite reconstituir decursos cotidianos, que geralmente não estão registrados em outro tipo de fonte”, conforme analisa Alberti (2004, p.23). Como a história política é “entendida não como história dos “grandes homens” e “grandes feitos”, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo a luz à importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias”, ligando a história das instituições à história oral “pode ser empregada no estudo da história de instituições do Estado, de organismos públicos e de empresas privadas”, de acordo com Alberti (2004, p.24). Quanto à história de memórias a metodologia de História Oral para Alberti (2004, p.27) “é importante porque está atrelada à construção da identidade” .

Outro ponto importante é o papel do narrador dentro da metodologia da História Oral, ao referir-se ao tema, Alberti (2004, p.77), diz que “um dos seus principais alicerces é a narrativa”, sendo a narrativa o ponto de estrutura, o narrador, assume o destaque da pesquisa, tendo como função selecionar o tema, o entrevistado, os dados coletados, as recordações e os esquecimentos recolhidos no momento da pesquisa. Nesta mesma linha, Pesavento (2004, p.50) considera que “a figura do narrador - no caso, o historiador, que narra acontecido - é a de alguém que mediatiza, que realiza uma seleção dos dados disponíveis, que tece relações entre eles, que os dispõe em uma sequência dada e dá inteligibilidade é o texto”, ou seja, o narrador se torna o mediador.

No caso do nosso objeto de pesquisa, as memórias dos professores sobre o movimento sindical da categoria no extremo sul de Santa Catarina, o mediador tem que tomar muito cuidado para não deixar sua relação política e fraterna interferir na análise dos dados, é relevante que a escolha dos entrevistados, a formulação das perguntas e a comparação dos dados seja feita com um olhar externo, seguindo um rigor acadêmico.

Ao abordar as memórias dos professores sobre a constituição do Sinte Regional de Araranguá foram necessárias algumas escolhas, tais como: as fontes, os professores a ser entrevistados, na disponibilidade dos mesmos em poder contribuir com a pesquisa, e precisei tomar cuidado para que essas fontes de História Oral não seguissem um perfil único. Mesmo assim, esses personagens que guardam estas memórias tinham que ter uma relação em comum, a participação dentro do movimento de luta da categoria.

Desta forma, para analisar os documentos encontrados na sede regional do Sinte, em Araranguá, utilizamos como fio condutor dois personagens que exerceram lideranças no movimento sindical nos anos 80, com personalidade totalmente diferente, mas com presença constante, de acordo com documentação analisada no Sinte, dentro da organização sindical, os professores Nilson Matos Pereira e João Batista da Rosa. O primeiro, o professor Nilson Matos Pereira por ter sido o idealizador da APROVA, a associação dos professores regional que deu tornou-se núcleo da ALISC e deu origem em 1988 ao SINTE Regional de Araranguá. Enquanto o professor João Batista da Rosa foi o último presidente eleito da APROVA antes desta tornar-se SINTE Regional Araranguá, porém teve sua vida interrompida durante a maior greve que a instituição esteve a frente enquanto associação, tendo um AVC durante uma reunião de pais em uma escola estadual, vindo a falecer alguns dias depois.

Ao fazer contato com os professores entrevistados, todos tiveram a mesma preocupação, de onde surgiram os seguintes questionamentos: Como poderiam ajudar na pesquisa? E se não conseguir lembrar? Porém, foi necessário explicar que a contribuição ofertada por eles, independente de quanto pudessem lembrar, seria válida, como esclarece Otto (2012, p.103):

A trajetória de vida de uma pessoa não pode ser compreendida como um conjunto coerente de acontecimentos, ordenados de forma linear. As memórias sobre a vida são reelaboradas a cada momento e, assim, podem apresentar lacunas, desvios e deslocamentos em relação aos seus contextos.

Para Halbwachs (2006), podemos limitar nossa memória a evocar alguns elementos que vivenciamos quando nos é desejado, outros elementos não temos o controle, porém, quando buscamos, ele está lá. A memória, ainda quando, vivenciamos o fato, pode nos trazer à tona as lembranças, porém muitas vezes essas lembranças podem não ter todos

os elementos vividos, sendo alguns destes rememorados apenas com estímulo do interlocutor. Halbwachs considera:

Em outras palavras, na série de estados que minha memória apresenta, distingo partes não segundo o meu tempo interno e segundo os momentos que a eles corresponderam, mas segundo as mesmas divisões que a realidade apresentava: divisões objetivas, as mesmas que a percepção vigente ou coletiva introduz ou reconhece na natureza e que realmente são baseadas nas relações naturais entre as coisas. (HALBWACHS, 2006, p.60).

Esta memória que chamamos de seletiva, muitas vezes faz com que lembre aquilo que nos interessa, pois os fatos vividos por pessoas diferentes em momentos distintos, mesmo fazendo parte dos mesmos acontecimentos, têm pesos dispare. O cuidado ao relacionar as fontes orais com as fontes escritas deve ser minucioso, porém sem supervalorizar uma ou outra, pois o que se busca em uma entrevista através do método da História Oral é justamente conhecer os por menores que ficam alheios aos documentos oficiais. Para Lopes e Galvão (2005, p.89) essa memória seletiva faz “que os depoimentos mudam no decorrer do tempo, que muitas vezes os entrevistados falam o que imaginam que deve falar para aquele interlocutor específico, sobre o qual criam certas expectativas e ao qual atribuem determinados valores”.

Porém, é necessário compreender que esses valores determinados tem que ser observados e analisados. A análise de várias entrevistas permite que esses dados sejam confrontados, contudo não podemos desprezar essa seleção intencional ou não dos entrevistados, pois a cada momento nossas lembranças tem uma equivalência de valor diferente, pois trazemos no fato acontecido ao rememorar uma bagagem de outros fatos anteriores e posteriores, como afirma Nora (1981, p.8):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longa latência de repente nas revitalizações.

Ao conversar com professor, mesmo antes de iniciar a entrevista, de ligar o gravador, percebe-se quanto remexer nas suas memórias tem

uma grande relevância para o entrevistado. Essa “memória viva”, que nos remete Nora (1981) fica ainda mais viva, quando olhamos nos olhos de quem se disponibiliza seu tempo para recontar parte do seu passado. Considerando a impossibilidade de ter cada instante relatado, das reuniões, assembleias, conversas do passado da instituição, Pesavento (2004, p.94) afirma “A memória permite que se possa lembrar sem a presença da coisa ou da pessoa evocada, simplesmente com a presença de uma imagem no espírito e com o registro de uma ausência dada pela passagem do tempo”. Desta forma, a memória se constrói enquanto História, de acordo com Otto (2012, p.38) existe “uma relação entre história e memória; contudo, esta é matéria-prima, é objeto de investigação da primeira. Memória história são interdependentes, mas não podem ser compreendidas como uníssonas”.

A entrevista tem que ser realizada como uma conversa franca entre pesquisador e entrevistado, porém, o primeiro ao trazer o tema e as perguntas prontas, não pode deixar essas perguntas fechadas, por isso, deixei o professor a vontade para falar, mesmo sobre alguns temas que não estavam no roteiro. A memória é isso, é uma história com fontes vivas, produzida por significâncias, onde o personagem da história está à sua frente, muitas vezes trazendo informações que não remetem a sentimentos positivos.

A Memória é também produzida de acordo com as condições de vida do narrador, é tecida de lembranças, de dor, de cicatrizes que, por vezes, abrem-se como feridas, de saudade, de poesia, de esquecimentos. A memória e nostálgica é seletiva. É, acima de tudo, vida, conectam as pessoas ao tempo, o que faz com que se sintam vivas ao rememorar aquilo que teve significado em suas vidas. (OTTO, 2012, p.42).

As lembranças, principalmente dos momentos mais tensos, o início do movimento, as primeiras greves, a morte de um colega, os embates políticos, a sensação de impotência diante de um governo arbitrário, por mais que, da sua maneira, com um olhar diferente, vem cheia de emoção, e, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontundante destas situações Alberti (2004, p.14) menciona que “uidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos”. Todas essas emoções durante a abordagem investigativa permite ao pesquisador

reconhecer nas falas, mesmo carregada de sentimentos, diante do choro da lembrança triste ou do sorriso dos momentos de dever cumprido diante da categoria, segundo Grazziotin e Almeida (2012, p.29):

Ao trabalhar com memórias, encontramos um conjunto de traços e recordações em que foi possível perceber formas de pensar, causas, ocasiões ou fatos que, de alguma maneira, permitiram construir um sentido e uma organização para as Histórias que escolhemos contar.

Sentar diante de alguém que tem nas suas vivências a fonte da sua pesquisa, do mesmo modo que proporciona ao professor entrevistado um certo fascínio, em poder contar suas memórias, também oportuniza ao pesquisador uma certa sedução. O fato de alguém ter tirado um tempo de sua vida para contribuir com sua pesquisa, deixar os afazeres do dia a dia, rebuscar em seu baú recortes de jornais antigos, revirar álbuns de fotografia com retratos daquele tempo, arrumar a casa, fazer o cabelo para abrir as portas da sua casa, pois como afirma Grazziotin e Almeida (2012, p.38) “a entrevista estabelece uma parada no cotidiano”. Esse momento, a entrevista, a magia que a cerca, se transforma também em um momento histórico. Por isso, o pesquisador deve tomar um cuidado enorme para não se transformar numa vítima da sua metodologia.

Diante dessas questões, é comum o pesquisador se sentir um “estrangeiro” diante dos narradores, pois somente eles vivenciaram a experiência e conhece “a história”. Direccionam, portanto, suas falas como melhor entendem. Muitos entrevistados costumam criar uma situação persuasiva, a ponto de provocar no pesquisador uma certa “sedução”, tornando opacos outros entendimentos possíveis da trama que se quer construir. (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p.38).

Contudo, nem toda informação distorcida tem de ser vista como tendenciosa, como aponta Halbwachs (2006, p36) “podemos estar tão ou até mais interessados do que os outros em determinado acontecimento e apesar disso não guardar nenhuma lembrança dele”, pois mesmo tendo vivenciado o mesmo fato, alguns interesses podem ser diferentes. Desta forma, o trabalho do pesquisador é que direccionará a pesquisa, sendo

este o mediador, mas muito mais que isso, o responsável por ligar os pontos, construindo o enredo que contará a história, segundo Nora (1981, p.14) “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história”.

#### 4.2 A BUSCA PELA MEMÓRIA DOS PROFESSORES

Com os primeiros contatos com o arquivo do SINTE Regional de Araranguá, buscou-se escolher os entrevistados para esta pesquisa aqueles professores que estiveram presentes, na formação da APROVA, nas mobilizações da classe, na fundação do SINTE, tanto como parte da direção ou mesmo como militante. Ao buscar o contato desses professores, foi possível perceber que alguns já haviam falecido, outros por motivos pessoais não queriam participar da pesquisa. Foram convidados oito professores, sete mulheres e um homem, sendo que na categoria do magistério o número de mulheres é muito superior aos homens. Foram convidados o professor Valmir Emerim, o Formigão; as professoras Terezinha Santos da Rosa; Maria Edenir Espíndola Fernandes, a Madeca; Maria Bernadete Francisco Proença, Bernadete Proença; Celi Cecconi; Red Aparecida Silveira; Neuza Pilenghy Pereira; e Nilva Garcia Gabriel.

O professor Valmir Emerim, conhecido como “formigão”, nasceu na comunidade de Santa Rosa do Sul<sup>16</sup>, atualmente emancipada, município de Araranguá em 6 de setembro de 1946, filho de professora, mesmo antes da idade escolar frequentava a sala de aula que sua mãe, Isaura Freitas Emerim lecionava, em Santa Rosa do Sul. Fez o ensino fundamental e médio no Colégio Castro Alves, em Araranguá e o curso Normal no Colégio Normal, também em Araranguá. Formou-se em Educação Física, no ano de 1971, na UFRGS. Lecionou até 1996 na rede pública estadual de Santa Catarina, trabalhou também na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como professor do curso de Educação Física. Entre os anos de 1987 e 1988 foi coordenador da Unidade de Coordenação Regional de Educação – UCRE, de Araranguá, órgão do governo estadual que corresponde as atuais Gerências Regionais de Educação – GERED. Foi um dos primeiros filiados na ALISC em Araranguá e um dos fundadores da APROVA.

---

<sup>16</sup> O município de Santa Rosa do Sul emancipou-se do município de Sombrio em 4 de Janeiro de 1988, sendo que o município de Sombrio pertencia à Araranguá até 30 de dezembro de 1953.

Nas lembranças o professor recordou como tornou-se educador e sua paixão pela Educação Física.

Decidi ser professor por acaso, eu era professor de letras, letras era o professor que dava aula para o primário, fui a Florianópolis para assumir em São Bento do Sul e tinha um curso de Educação Física, e como eu já era jogador de futebol. Jogava vôlei e fiz a parte teórica e prática e passei, e já fiquei por lá e fiz o curso, depois me apaixonei por Educação Física, como a matéria mais importante na escola, ela trata o indivíduo como um todo, físico, fisiológico, mental, social, dependendo do professor, se ele é humanista é a melhor que tem, se ele é tecnicista é a pior, porque daí é uma tortura para o aluno. A melhor em todos os sentidos, inclusive em questão de comportamento, se eu te mostrar o que um esporte coletivo na educação da para o aluno depois, na parte de solidariedade, na parte de ir a luta, na parte de autoestima, mas tem a filosofia do professor, como em outras.<sup>17</sup>

A professora Neuza Pilenghy Pereira nasceu no município de Dom Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul, em 21 de maio de 1947, fez o ginásio no Colégio Nossa Senhora do Horto, em Dom Pedrito/RS e o curso de normalista no Colégio Estadual Presidente Vargas em Bagé/RS. Entrou para a Fundação Universidade de Bagé para cursar Filosofia, onde conheceu o movimento estudantil em plena Ditadura Militar, em 1967. Em Bagé conheceu o professor Nilson Matos Pereira, casaram-se em 1969, e vieram para Araranguá em 1971. Morando em Araranguá, voltou para a faculdade para fazer Estudos Sociais, onde se formou na Unisul, em Tubarão, depois ainda fez Licenciatura Plena em História. Trabalhou 25 anos como professora da rede pública estadual de Santa Catarina, se aposentando nos anos de 1990. Foi presidente da APROVA e dirigente do SINTE Regional Araranguá.

---

<sup>17</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

Figura 1 - Professora Vera, professora Jaqueline, professora Neuza, professor Jairo e Professor Celso em Congresso do SINTE.



**Fonte:** Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

A professora Neuza quando questionada sobre sua aposentadoria, não recorda a data, porém sua memória leva seu pensamento para outras recordações, de um tempo que no seu entendimento tinha uma maior relevância, onde disputou as eleições para gestora da escola onde lecionava e o sistema de organização deste educandário, que diferenciava-se dos outros pela participação da comunidade escolar.

Meu Deus! Sempre me fazem esta pergunta, mas não lembro agora. Eu trabalhei 25 anos e no último ano eu fui vice-diretora junto com o Volnei, foi uma eleição que ele concorreu para diretor e eu para vice, a eleição era sempre aguerrida na minha escola, batendo chapa, o Celso bateu chapa com o Nilson, antes do Volnei, o Nilson era para vice-diretor e o Celso para diretor, até aconteceu um episódio muito interessante, a nossa escola tinha um projeto que ninguém tinha aqui na região sul, um projeto geral de ensino, e nós nos reunimos, pai, aluno, todos participavam e vinha as coisas da Secretaria de Educação e nós não seguíamos, eles diziam que nossa escola era

terrível, era terrível porque a gente não aceitava as coisas e uma vez, eu não lembro sobre o que, mas o Celso deve lembrar.<sup>18</sup>

A professora Maria Edenir Espindola Fernandes, conhecida como “Madeca”, nasceu na comunidade de Volta Curta, no município de Araranguá, no dia 24 de dezembro de 1953. Estudou nas escolas da Volta Curta, na Escola Castro Alves e concluiu o curso de normalista no Colégio Normal de Araranguá, onde se formou em 1972. Em 1973 iniciou a faculdade de Pedagogia, na Unisul, em Tubarão, porém não satisfeita com o curso entrou na faculdade de Educação Física na FUCRI, atual UNESC, formando-se em 1980. Madeca começou a lecionar em 1973, se efetivando no ano de 1981, foi diretora por cinco anos na Escola Castro Alves, onde lecionou a maior parte da sua trajetória profissional. A professora foi dirigente sindical em vários momentos, estando ainda ativa no movimento.

A professora Madeca<sup>19</sup> relembra que no início de carreira, em 1973, na comunidade de Ermo a falta de transporte era a maior dificuldade, “na época do primeiro ano de experiência eu saía daqui as seis horas da manhã pra chegar no Ermo no horário da escola, porque não tinha ônibus com horário mais frequente, era só um de manhã e outro de tarde, então tinha que se adequar a esses horários”.

A professora Maria Bernadete Francisco Proença, conhecida como “Bernadete Proença”, nasceu na comunidade de Passo do Sertão, atualmente município de São João do Sul, em 23 de julho de 1947. Filha de funcionário público da Fiscalização da Fazenda Estadual estudou em vários municípios devido à transferência de posto de fiscalização de seu pai, estudando em São João do Sul, em Vila São João, no município de Torres/RS, e depois em Lages, onde se formou no curso de magistério em 1968. Casou-se em Lages, onde teve o primeiro filho. Em Lages fez faculdade de Ciências Sociais formando-se em 1977. Veio morar em Araranguá no final dos anos de 1970. A professora Bernadete Proença está aposentada desde 1994. Fez parte da APROVA, foi dirigente do SINTE Regional de Araranguá e do SINTE Estadual.

A recordações mais antigas ficam vivas nas memórias dos entrevistados, como por exemplo a professora Bernadete que lembra de mesmo criança ter o desejo de ser professora.

---

<sup>18</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>19</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

Eu brincava muito com minhas bonecas, com minhas amigas de escola. Também pelo ambiente cultural que eu vivia, porque minha mãe também era professora, porém eu não convivi com ela professora, porque ela teve problema de saúde, mas sempre tive paixão pela educação. Cresci com isso na cabeça de ser professora.<sup>20</sup>

Figura 2 - Professora Madeca, em reunião da APROVA.



Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

A professora Terezinha Santos da Rosa nasceu no município de Torres, no estado do Rio Grande do Sul, em 30 de setembro de 1959. Trabalhou durante 33 anos na rede pública estadual de Santa Catarina, lecionando em Santa Rosa do Sul, e depois no Colégio Estadual e Colégio Bernardino Senna Campos, em Araranguá. Fez o Ensino Médio no Instituto Educacional Madre Elisa Savoldi – IEMES, município de Sombrio, onde conheceu o professor João Batista da Rosa, que lecionava Matemática e Física, se casaram em 1978. Em 1985 vieram para Araranguá. Ficou viúva em 1987, com a morte precoce do professor João Batista da Rosa. Ingressou na faculdade de Pedagogia, na UNESC, em 1988. Fez parte da APROVA, foi secretária do SINTE

---

<sup>20</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

Regional de Araranguá e dirigente sindical, atualmente é diretora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação.

A professora Terezinha ao recordar o período que trabalhou na secretaria do SINTE Regional Araranguá, não consegue precisar em que época esteve a disposição da instituição, porém lembra as funções e a importância que esse papel desenvolvia.

Eu trabalhava só vinte horas naquela época, depois que alterei pra quarenta. O Sinte se organizou como Sinte. Acho que já tinha tido uma pessoa antes de mim, não foi a Vanda, pois a Vanda foi depois de mim. Eu sei que fui secretária, nem lembro quantos anos que fui, eu lembro que dava aula de manhã e a tarde eu ficava no Sinte, fazia serviço de secretaria, atender telefone, encaminhar documentação, ajudava nas decisões, fazia a prestação de contas.<sup>21</sup>

A professora Celi Cecconi, nasceu no bairro Barranca, no município de Araranguá, no dia 18 de novembro de 1960. Estudou na Escola Reunida Luisa Maria Candida de Aguiar, no bairro Barranca, no Colégio Normal de Araranguá e fez o curso Normal no Centro Intercolegial Integrado de Araranguá -CICIAR<sup>22</sup>. Ingressou em 1987 na UNESC a faculdade de Estudos Sociais, se formando em 1991. Iniciou sua trajetória profissional como professora primária em 1980, no Morro Grande/SC, aposentando-se em 2011, no Colégio Estadual de Araranguá. Foi dirigente do SINTE Regional de Araranguá nas décadas de 1980 e 1990.

A professora Celi Cecconi nos conta que o professor era para os alunos quase que um ente familiar, vindo do principal município da região, Araranguá, na maioria das vezes, ficava a semana inteira na comunidade e voltava para casa só no fim de semana.

Na época, a minha escola não tinha condições de ir. Morro Grande bem embaixo da serra, chove

---

<sup>21</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

<sup>22</sup> Em 1974 inicia o CICIAR, Centro Intercolegial Integrado de Araranguá, em nível de 2º grau. Com essa modalidade de ensino, os alunos passavam a frequentar três estabelecimentos de ensino: Colégio Integrado Normal de Araranguá, Colégio Integrado Nossa Senhora Mãe dos Homens e Educandário Madre Regina.

todos os dias, e tinha 5 rios para passar, todo dia o rio estava cheio, não tinha como ir para a escola. Eu ficava lá na semana. Eu peguei aula mesmo no “Pingador”, era uma escola que tinha que passar 5 rios eu não podia ir para a escola, se quiser saber eu nunca fui na escola, porque não tinha condições de chegar a escola, por causa da chuva, e chovia muito, e os rios não abaixavam. Na época tinha uma secretaria no Meleiro e eles me mandaram para o Morro Grande, mas eu podia optar, mas fiquei um pouco de tempo por causa do estágio probatório. Só tinha um ônibus na segunda-feira pra ir e pra voltar na segunda de novo. Não tinha como eu vir no fim de semana.<sup>23</sup>

Figura 3 - A professora Celi Cecconi participando de apresentação do Coral dos Professores da APROVA, 1987.



Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

A professora Red Aparecida Silveira nasceu em Araranguá, em 24 de janeiro de 1962. Estudou até a 8ª série no Colégio Castro Alves, concluiu o curso Normal no CICIAR. Formou-se em Pedagogia em 1997 na Unisul, em Tubarão. Começou a dar aula pela rede municipal de Araranguá em 1980, e se efetivou na rede pública estadual de Santa Catarina em 1984, na Escola Isolada de Santana, bairro que fazia parte

---

<sup>23</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

do município de Turvo/SC, hoje pertence ao município de Ermo/SC, conseguiu transferência para o Colégio Castro Alves em 1987, onde se aposentou em 2012. Participou de todas as mobilizações desde 1987, foi coordenadora do SINTE Regional Araranguá entre 2013 e 2016, e atualmente é Diretora de Finanças.

A professora Red<sup>24</sup> relembra as dificuldades do início da carreira, onde “a distância da residência até a escola, as salas com quatro turmas, tendo que lidar com os diversos níveis de ensino, a falta de material didático” eram os principais obstáculos, entretanto, a professora reintera que era sua função “fazer o papel de merendeira e servente”, ou seja, algumas escolas não tinham um quadro de funcionários suficientes para receber os alunos.

Figura 4 - Assembleia Regional do Sinte, no Salão da Igreja Nossa Senhora mãe dos Homens, em Araranguá/SC.



Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

A professora Nilva Jacira Garcia Gabriel nasceu em Araranguá, no dia 13 de fevereiro de 1959. Estudou na Escola Estadual Professora Maria Garcia Pessi, no bairro Cidade Alta, município de Araranguá até a terceira série, concluiu o ensino fundamental no Colégio Madre Regina e formou-se no curso de técnico em Contabilidade no CICIAR. Ingressou na UNESC na faculdade de letras, depois mudou o curso para Educação Física, trancou a faculdade após casar-se e ir morar em

---

<sup>24</sup> Red Aparecida Silveira. Entrevista citada.

Tubarão/SC, retornando à faculdade no curso de Estudos Sociais, na UNISUL, concluindo a Licenciatura Curta em 1980, e em 1997 concluiu a Licenciatura Plena em História. Teve sua primeira experiência como professora na Escola Isolada do Mato Alto em 1978, se efetivando na rede pública estadual na Escola Reunida Professor Taciano Barreto, no município de Timbé do Sul, em 1982, conseguiu transferência para Araranguá em 1985, onde trabalhou com orientação do Pré-Escolar até 1988, quando foi lotada na Escola Professora Maria Garcia Pessi, em Araranguá, até sua aposentadoria em agosto de 2009, após 30 anos de serviço. Foi diretora eleita na Escola Professora Maria Garcia Pessi entre 1991 e 1993, sendo exonerada em 1992, por ter participado da greve naquele ano, retornando ao cargo após ter entrado na justiça para valer a decisão da comunidade escolar. Foi dirigente do SINTE Regional Araranguá entre as décadas de 1980 à década de 2000.

A professora Nilva ao rememorar o período que começou a dar aula, faz uma reflexão com a atualidade, com o momento conturbado da Ditadura Militar e a falta de liberdade de expressão, e a formação política adquirida após participar da primeira greve.

Essa semana eu estava até refletindo com a história que estamos vivendo, com a liberdade de expressão, e como a gente não conseguia quando eu entrei na época do governo Figueiredo, em plena a Ditadura, como a gente não conseguia expressar, só que a gente não sentia, porque quando a gente não conhece, depois fomos, depois da nossa primeira greve, a gente começou a sentir as necessidades, as condições de trabalho, as salas de aula cheias, eu quando comecei que ia para Timbé do Sul era aquela dificuldade de ir.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Nilva Jacira Garcia Gabriel. Entrevista citada.

Figura 5 - Professora Nilva Gabriel, professor Jairo Cesar e professor Pedro Paulo Cardoso em mobilização em Florianópolis.



Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

## 5 ENTRE LEMBRANÇAS E LUTAS: MEMÓRIAS DE PROFESSORES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SINTE REGIONAL DE ARARANGUÁ

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobras sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número de imagens de outrora, e esta faculdade de lembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora. (BOSI, 1994, p.81).

Este capítulo busca contar parte da história do SINTE Regional Araranguá com outro olhar, relembrando através da memória de professores e professoras a constituição desta instituição que iniciou com alguns idealistas que imaginavam unir a classe em torno de uma associação, ampliando sua esfera de atuação para os outros municípios do Vale do Araranguá, surgindo a APROVA, tornando-se núcleo regional da ALISC e tendo participação ativa nas mobilizações do magistério catarinense a partir da metade da década de 1980.

Para Otto (2012, p. 24) “o ser humano, individualmente, ou no grupo social, não é somente portador de memórias, também as significa”. Sendo assim, esses professores e professoras que se dispuseram a ceder parte do seu tempo para reconstruir as memórias do SINTE Regional de Araranguá, reescrevem sua própria história através de suas lembranças. Contudo, uma história que foi pouco resgatada, sente a necessidade de ser rememorada através de pequenas recordações de heróis do cotidiano.

Entretanto, a organização da classe do magistério após a Constituição de 1988 teve avanços, e essa transição de associação para sindicato teve uma significância impar, embora os filiados da APROVA já sentiam-se como membros de uma entidade classista, principalmente após a greve de 1987. Convém salientar ainda, que estas memórias montam a trajetória de trabalhadores em educação, responsáveis pela formação técnica e científica das crianças e jovens, onde o professor ensina e também aprende, buscando algumas vezes nas relações com seus alunos e comunidade escolar, o entendimento sobre trabalho, como afirma Souza (2002, p.59) “esse processo de aquisição de conhecimento ocorre no próprio contexto do processo de trabalhos e dele é fruto”.

Neste capítulo procurou-se oferecer aos personagens desta história visibilidade de suas atividades na procura de construir uma educação mais valorizada, mas também com melhores condições de trabalho. Condensando as memórias e esquecimentos destes professores e professoras a partir de seus sonhos por uma categoria unida e lutando no dia a dia da escola, como também nos movimentos de classe é possível deixar para os novos educadores informações sobre parte da história do magistério, sob o prisma do trabalho. Para isso, o capítulo foi subdividido nas memórias da constituição da APROVA e na transição que deu-se de associação para sindicato.

### 5.1 APROVA: O DESPERTAR DE UMA CATEGORIA

No final da década de 1960 e início da década de 1970 o extremo sul de Santa Catarina era uma região agrária, onde a maior parte da população habitava a zona rural. A Região do Vale do Rio Araranguá, como é conhecida abrangia um total de 9 municípios: Araranguá, Maracajá, Meleiro, Sombrio, Turvo, Timbé do Sul, Jacinto Machado, São João do Sul e Praia Grande. A BR 101, principal rodovia que corta a região de norte a sul, havia sido aberta recentemente e sua pavimentação foi concluída apenas no início da década de 1970. A professora Neuza<sup>26</sup> recorda que “Nessa época estavam construindo essa BR-101, e convocaram todos os professores e as crianças, fizeram bandeirinhas e tudo, para ir para BR para saudar o Médico”.

A paz reinava no interior de Santa Catarina. Porém, o país fervilhava, enfrentando um dos períodos mais marcantes e tenebrosos da sua história, a Ditadura Militar. O General Costa e Silva, então presidente brasileiro baixou o AI-5, ato inconstitucional que lhe dava o direito legal de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender os direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens considerados ilícitos, suspender a garantia de habeas-corpus e fechar o Congresso Nacional, ação realizada no mesmo dia que o AI-5 entra em vigor, este fato que institucionalizou o regime ditatorial, também deu plenos poderes para que o Governo Militar perseguisse, torturasse e exercesse uma força policial repressiva, se excedendo para garantir a permanência do projeto político que havia tomado posse após o golpe de 1964. A professora Neuza<sup>27</sup> fala sobre este período que ainda morava no Rio Grande do Sul, “Eu sabia das perseguições, eu tive

---

<sup>26</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>27</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

amigos, colegas meus que foram perseguidos, gente até sumidos, teve um rapaz, que até hoje, depois não sei por que perdi o contato, eles faziam jornalismo em Porto Alegre e eu vim pra cá”. Enquanto, nas grandes cidades e nas principais cidades do interior do Brasil, professores e estudantes, lutavam contra o regime opressor, no extremo sul de Santa Catarina a grande maioria das pessoas não tinha muito entendimento do que estava acontecendo. Para a professora Neuza:

Quando aconteceu o movimento em 1964, eu participava do grêmio estudantil, nós pixamos ruas lá em Bagé, na calada da noite. Aqui quando eu cheguei, nada. Hoje que eu conto para as pessoas, mas tinha muitos anos que eu não falava nada. Porque aqui as pessoas não conheciam nada, as pessoas não sabiam do que realmente aconteciam, das prisões, das mortes, das prisões. Eu sabia de tudo, porque Bagé era a sede do 3º Regimento, e já fazia a faculdade e na época eu participava do grêmio estudantil e fazia parte do jogral.<sup>28</sup>

A professora Bernadete<sup>29</sup>, cursava Ciências Sociais, em Lages no período do governo militar, nos conta sobre os excessos que viviam, “em 1977 me formei em Ciências Sociais, estudei na época do Médici, período bem complicado, inclusive professores meus foram detidos. Inclusive o professor de sociologia eu adorava, era um professor que tinha sido detido, o professor de psicologia tinha sido detido”.

O professor Valmir Emerim<sup>30</sup> nos conta “vi muita gente apanhar”, durante o período que fazia faculdade em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ele ainda recorda que mesmo não fazendo parte de nenhuma organização contra o governo militar também sofreu com os abusos policiais “Um dia estava em Porto Alegre e fomos num cinema, na saída o que nós apanhamos, e não tinha nada a ver com a coisa, saímos do cinema e eles chegaram”, era um momento de tensão e medo, segundo o relato do professor Valmir Emerim<sup>31</sup>, ele cansou “de ver colegas desaparecem, professor desaparecer, eu vi um cara no

---

<sup>28</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>29</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

<sup>30</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>31</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

Restaurante Universitário subir em cima da mesa, falar bastante, no RU, depois chegar a polícia e carregar ele”.

No extremo sul, não diferente do restante do Estado, predominava nas escolas professoras e professores normalistas, segundo Fiori (1991). Sendo uma grande maioria de profissionais da educação do sexo feminino, de acordo com a professora Celi<sup>32</sup> havia “muito poucos professores”, e a professora Madeca<sup>33</sup> ratifica “os homens eram muito raros, eram raros os homens que trabalhavam com magistério, que davam aulas”. A professora Neuza<sup>34</sup> concorda “Muito mais mulheres, homens eram muito poucos”, e ainda complementa “Os professores do primário eram muito tradicionais, a maioria não tinha faculdade, depois com um tempo que começaram a fazer Pedagogia”, a grande maioria dos educadores eram normalistas.

O fato é que a formação era de nível técnico, não exigia para assumir a vaga de professor o curso superior, até porque poucas pessoas na região tinham faculdade na área de licenciatura. O próprio professor Valmir<sup>35</sup> relata:

Fiz ensino médio no Castro Alves, que foi o Regional que formava professor. Naquele tempo Regional era o maior curso que tinha, tinha o ginásio mas o curso que dava uma profissão era o Regional, os professores eram chamados regionalistas, que dava o direito de dar aula para as crianças. Depois foi o primeiro aluno do Colégio Estadual de Araranguá no curso normal. Depois fui fazer um curso em Florianópolis de educação física que dava direito a dar aula de Educação Física para quinta a oitava série, mas só depois que fui fazer a graduação.

Foi neste momento, no ano de 1973, que o professor Valmir Emerim vai a Florianópolis fazer um curso, que o habilitava a dar aulas de Educação Física. O professor Valmir<sup>36</sup> relata “em 1973, eu fui um curso em Florianópolis no Instituto de Educação Dias Velho, e levaram uma ficha de filiação, era da ALISC, eu já, mais ou menos, sabia o que

---

<sup>32</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

<sup>33</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

<sup>34</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>35</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>36</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

era da ALISC”, tendo o conhecimento da associação que representava estadualmente os professores designados, como eram chamados os profissionais contratados por um período temporário, a ALISC.

A ALISC - Associação dos Licenciados de Santa Catarina, tinha sido criada pouco tempo antes, em 1966, em Florianópolis, por professores que buscavam igualdade de contratação em relação aos normalistas e concurso público para efetivação.

O professor Valmir Emerim, em 1973, torna-se responsável por difundir a ALISC na região do Vale do Araranguá, de forma despretensiosa, sem ter uma noção muito clara de qual sua representatividade, como informa na entrevista<sup>37</sup>, “Me deram a ficha e fiquei como representante da ALISC aqui em Araranguá e recebia no Colégio Estadual os documentos vindo pelo correio, quando eu recebia aquilo tudo estava aberto, eles liam antes, era uma espécie de censura”.

A dificuldade de se organizar estava muito ligada ao conservadorismo existente nos municípios do interior, ao machismo na sociedade catarinense, ao caráter vocacional empregado na formação dos professores, e principalmente ao regime político vigente no país. Com certeza, os professores já conheciam ou tinham ouvido falar da ALISC, mas a conjuntura política e social, somados a falta de informação dificultava a adesão a ALISC.

A professora Neuza<sup>38</sup>, esposa do professor Nilson Matos Pereira, reafirma que o professor Emerim foi quem trouxe a ALISC para Araranguá, quando questionada como teve o primeiro contato com a entidade, ela diz “O pessoal da ALISC veio aqui, o Valmir Emerim participou deste primeiro contato, eu to lembrando, ele que se filiou na ALISC e andou com eles nas escolas, quando vieram na minha escola eu já me filiei, e o Nilson também se filiou na ALISC”.

O professor Emerim<sup>39</sup> conta que “Nessa época não tinha a APROVA”, então em conjunto com o professor Nilson, foi pensado em uma associação local que pudesse organizar os professores para defender os direitos da categoria. De acordo com professor Emerim<sup>40</sup> as discussões com a categoria para criar a APROVA iniciaram em 1975, “eu sou um dos fundadores da APROVA, eu e um parceiro meu, Nilson Matos Pereira, a APROVA deve ser de 1975, mais ou menos”. Porém, o registro oficial da instituição data de 29 de outubro de 1983, sendo

---

<sup>37</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>38</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>39</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>40</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

publicado na edição 12.997 do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, em 14 de julho de 1986, conforme a figura abaixo:

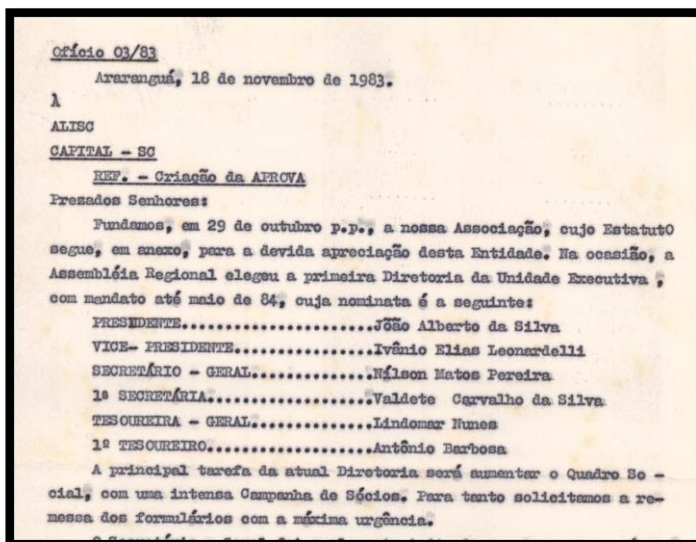
Figura 6 - Diário oficial/SC n.12997 de 14.07.1986, oficializando a fundação da APROVA.

DIÁRIO OFICIAL — SC — N: 12.997	14.07.1986
<p>ações na proporção de sua participação no capital da Sociedade. b) Em decorrência do aumento de capital supra, resultou aprovada a nova redação do art. 5 dos Estatutos Sociais que passa a vigorar com a seguinte redação: art. 5 - O Capital Social é de R\$710.000,00 (setecentos e dez mil cruzados) dividido em 710.000 (setecentos e dez mil) ações ordinárias no portador ou nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (uma cruzado) cada. Uma. 6) <b>RECORRIMENTO</b>: Nada mais foi tratado, lavrando-se a presente ata no livro próprio e que após lida foi aprovada por todos os presentes e assinada. Blumenau, 03 de março de 1986. RUY ARAÚJO - Presidente; EDLA HEDI ULLMANN COELHO DOS SANTOS - Secretária. <b>ACIONISTAS</b>: CONDOMÍNIO S/A-Ruy Araújo-Diretor Presidencial; RUY ARAÚJO; CLAUDIO ROBERTO ARAÚJO; HELENA LIMA ARAÚJO; EDLA HEDI ULLMANN COELHO DOS SANTOS; HUGO RODRIGUES DE ABREU; PAULO RILANAN ROBERT FERREIRA.</p> <p><b>DECLARAÇÃO</b> Na qualidade de Presidente e Secretária das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 03 de março de 1986, declaramos que esta é cópia fiel da Ata transcrita no livro próprio e que são autênticas as assinaturas nela apontadas. Blumenau, 03 de março de 1986.</p> <p><i>Ruy Araújo</i> RUY ARAÚJO Presidente</p> <p><i>Edla Hedi Ullmann Coelho dos Santos</i> EDLA H.U.C. DOS SANTOS Secretária</p> <p>REGISTRADA NA JUUREG SOB Nº 329/7/86 EM 23/06/86. 42986</p>	<p><b>ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO VALE DO ARARANGUÁ - APROVA</b></p> <p><b>NOMINAÇÃO</b>-Associação dos Professores do Vale do Araranguá. <b>FUNDAÇÃO</b>-Fundada no dia 29 de outubro de 1983. <b>ENDEREÇO</b>-Araranguá - SC. - <b>FINALIDADE</b>-Promover a união dos Professores visando à melhoria de condições gerais da Educação; promover atos de defesa dos interesses da categoria, respeitada a legislação aplicável. <b>DURAÇÃO</b>-Tempo de duração indeterminado. <b>DISSOLUÇÃO</b>-A Associação somente será dissolvida por determinação de Assembleia Regional, com a presença mínima de dois terços dos votos favoráveis em convocação específica para tal fim. <b>DESTINO DO PATRIMÔNIO</b>-A Assembleia decidirá o destino do patrimônio da Associação, em caso de dissolução. <b>RESPONSABILIDADE</b>- Os sócios não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais. <b>ADMINISTRAÇÃO</b>- A associação será administrada por uma diretoria constituída de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro. <b>REPRESENTAÇÃO</b>-A associação será representada em juízo ou fora dele, por seu Presidente. <b>PATRIMÔNIO</b>-O patrimônio da Associação será constituído por bens móveis, imóveis, móveis e outros que porventura adquiridos, doados por terceiros ou transferidos em favor da APROVA. <b>FORMA DOS ESTATUTOS</b>-Os estatutos somente poderão ser alterados por decisão da Assembleia Regional. <b>ASSINATURAS</b>-Presidente-Nilson Matos Pereira. Vice-Presidente-Valmir Emerim. Secretário-Geral-Cláudio Xavier de Souza. 1º Secretário-Cláudio Pizzolo. 2º Tesoureiro-Geral-José Eduardo Nunes de Souza e 1º Tesoureiro-Delfina Dal Toé Mazzuco. Araranguá, 28 de junho de 1986.</p> <p><i>Nilson Matos Pereira</i> Presidente.</p>
<p>XXX</p> <p>LUIZA SIMÓLICA PALMEIRA DA PAZ nº 2.121</p> <p>Extrato do Documento Interiores</p> <p>Decreto nº LUIZA SIMÓLICA PALMEIRA DA PAZ, nº 2.121, de</p>	<p>12997</p>

Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

A APROVA foi fundada com as finalidades de “promover a união dos professores visando à melhoria de condições gerais da educação; promover atos de defesa dos interesses da categoria, respeitada a legislação aplicável”, de acordo com a figura 1, que consta como sendo integrantes da primeira diretoria Nilson Matos Pereira, como presidente; Valmir Emerim, vice-presidente; Claudio Xavier de Souza, Secretário-Geral, Olga de Fátima Pizzolo, 1ª secretária; José Eduardo Nunes de Souza, tesoureiro-geral; Delfina Dal Toé Mazzuco, 1ª tesoureira. Porém, em no ofício n.03/83, enviado à ALISC em 18 de novembro de 1983, oficializando a APROVA, consta o registro de outra nominata referente a diretoria, sendo o presidente, o professor João Aberto da Silva; vice-presidente, Ivânio Elias Leonardelli; secretário-geral, Nilson Matos Pereira; 1ª secretária, Valdete Carvalho da Silva; tesoureiro-geral, Lindomar Nunes; 1º tesoureiro, Antonio Barbosa, como mostra a figura 7.

Figura 7 - Ofício 03/83, enviado à ALISC, oficializando a fundação da APROVA.



Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

Ambos os documentos trazem a data de fundação da APROVA, no dia 29 de outubro de 1983, contudo, divergem em relação a primeira diretoria. É possível entender quando observa-se que o Diário Oficial foi publicado em 1986, não deixando claro qual acontecimento se deu neste espaço de tempo, que fez com que os nomes dos diretores fossem mudados. Entretanto, nos possibilita compreender a fala do professor Emerim<sup>41</sup> que recorda “era uma coisa democrática, fizemos reuniões, debates e foi criada a APROVA”, ou seja, foi sendo construída ao longo do tempo, tornando-se uma associação oficialmente em 1983.

Além das finalidades descritas anteriormente, de acordo com o Estatuto da APROVA<sup>42</sup>, a entidade também tinha as finalidades de “lutar pela dignidade e respeitabilidade do professor; Constituir-se em Núcleo da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC)”. De acordo com o Estatuto, a APROVA tinha uma estrutura organizacional

<sup>41</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>42</sup> Estatuto da APROVA, em anexo.

que compreendia quatro instâncias: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Unidade Executiva e Assembleia Municipal. O Conselho Deliberativo era dividido em Assembleia Regional e Colegiado; A Unidade Executiva compreendia a diretoria e a Assembleia Municipal era formada pelos representantes e suplentes.

O Estatuto da APROVA previa eleição para a diretoria de dois em dois anos, realizada em Assembleia Regional. Ainda trazia o referido estatuto que os membros da APROVA que fizessem parte da direção deveriam se descompatibilizar caso viessem concorrer a cargos ligados a política-partidária.

O quadro social compreendia as seguintes categorias: sócio-fundador, sócio-contribuinte, sócio-honorário e sócio-benemérito, estando apto para votar e ser votado nas eleições da APROVA os sócios fundadores, honorários e contribuintes, sendo que esta última categoria para se candidatar deveria estar filiado a pelo menos seis meses.

Os sócio-fundadores foram Nilson Matos Pereira, João Alberto da Silva, Antonio Santana Barbosa, Valmir Emerim, João Batista de Souza, Salomé Santos de Bitencourt, Lúcia Adélia Garcia Pereira, Maria Dulina Matos, Valdete Carvalho da Silva, Lindomar Nunes, Neuza Pilenghy Pereira, Sirlei da Costa Ferreira, Nívea Jones Oliveira, Luíza Elizabete Bérti, Fátima Rocha, Maria Clair da Silva, Vanda da Silva, Julia Terezinha Ghisi Silva, Dioni Maria Munari Damiani, Ivânio Elias Leonardelli, Valter Paes e Lima e Maria Solange Cachoeira. Percebe-se na Figura 8, que os professores que fundaram a APROVA lecionavam na rede pública e privada, sendo esta uma associação de professores não fazia então distinção do empregador. A APROVA na sua fundação unia os professores do Vale do Araranguá, de todas as redes (Estadual, Municipal e Privada), entretanto, com o passar dos anos, com atrelamento à ALISC, a APROVA torna-se representante apenas dos trabalhadores em Educação da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

Figura 8 - Nominata dos sócios fundadores da APROVA.

SÓCIOS FUNDADORES	
01	WILSON MATEUS ROSA (1960)
02	FRANCISCO DA SILVA (1960)
03	ANTÔNIO SERRANO BARBOSA (1960)
04	VALMIR EUNICE
05	FRANCISCO DE SAZZA
06	SILVIO SANTO DE BRITTO
07	LEONARDO E ROSA
08	MARIA OLIVEIRA MATEUS
09	VALDIR CARVALHO DA SILVA (1960)
10	LINDA MARIA MATEUS (1960)
11	OLGA PIMENTA ROSA
12	SILVIO DA COSTA FERREIRA
13	MIRIAM S. L. DA SILVA OLIVEIRA
14	LEONARDO E ROSA
15	FRANCISCA
16	MARIA DA SILVA
17	LEONARDO
18	FRANCISCA DA SILVA
19	OLGA MARIA MATEUS
20	FRANCISCA DA SILVA (1960)
21	VALDIR CARVALHO
22	FRANCISCA DA SILVA

SÓCIOS	
1	FRANCISCA
2	FRANCISCA
3	FRANCISCA
4	FRANCISCA
5	FRANCISCA
6	FRANCISCA
7	FRANCISCA
8	FRANCISCA
9	FRANCISCA
10	FRANCISCA
11	FRANCISCA
12	FRANCISCA
13	FRANCISCA
14	FRANCISCA
15	FRANCISCA
16	FRANCISCA
17	FRANCISCA
18	FRANCISCA
19	FRANCISCA
20	FRANCISCA
21	FRANCISCA
22	FRANCISCA

Fonte - Acervo do Sinte Regional Araranguá/SC.

Além do Estatuto, os membros do Conselho Fiscal da APROVA, discutiram e construíram um regimento interno no ano de 1985, que estabelecia um rodízio dos locais de reunião, possibilitando que todos os municípios onde atuava a associação receberia a direção da entidade. Assim, aproximaria a APROVA dos seus filiados. Sob a égide do Conselho Fiscal ficaria fiscalizar as contas da direção executiva. Porém, em caso de divergência entre a direção executiva e o conselho fiscal, a Assembleia Regional estaria responsável pela decisão. O regimento interno mostra a preocupação com uma organização associativa, com objetivo de ampliar o número de filiados, além de confiar aos mesmos as decisões, estabelecendo na entidade um caráter democrático e participativo.

Relembrando que o período entre 1973, onde o professor Emerim tem o primeiro contato com ALISC, e 1983, quando a APROVA é fundada oficialmente em Araranguá, pode ser visto como um hiato na

mobilização dos professores no Vale do Araranguá, porém, é este período que os professores articulam as primeiras mobilizações, como as greves de 1980 e 1983, que por menor adesão que possa ter tido, foi importante para impulsionar os futuros movimentos de luta da categoria, chegando ao ápice a greve de 1987. A professora Madeca<sup>43</sup> quando lembra deste período, relata que “Da APROVA, eu lembro que eram uns 5, um grupinho. Eu trabalhava no Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens e eles se reunião ali numa sala do colégio”. Enquanto, o professor Emerim<sup>44</sup> afirma que “a APROVA deve ser de 1975, mais ou menos, digamos, que éramos filiados a ALISC, uns dois anos depois fizemos a APROVA, tínhamos um desafio, na ditadura”. Ou seja, após se filiar a ALISC, o professor Emerim, convida outros professores para se associar, encontrando no professor Nilson, um dos mais interessados naquela instituição que buscava a valorização dos professores. Outra grande incentivadora difusão da ALISC no extremo sul foi a professora Neuza, participante ativa do movimento estudantil no município de Bagé, no Rio Grande do Sul, veio para Araranguá após conhecer e casar-se com professor Nilson, chegando aqui em 1971, em plena ditadura, viu na ALISC uma forma de extravasar, um sentimento de luta, que estava guardado, como lembra Neuza<sup>45</sup> “quando cheguei aqui acendeu, primeiro com a ALISC, depois teve a APROVA e depois foi fundado o SINTE, e até perder o medo, no início eu não tive receio de participar da ALISC, quando eu cheguei aqui eu não conversava com as pessoas, sobre isso aí”. Após o professor Emerim filiar-se a ALISC, receber apoio do professor Nilson e da professora Neuza, inicia uma amizade e uma trajetória de formação e luta, articulando apoio de outros professores nas escolas de Araranguá e de outros municípios nos arredores. A professora Neuza<sup>46</sup> recorda que “primeira vez que o pessoal da ALISC chegou nós acolhemos, o Nilson acolheu, uma turma de professores começaram a fazer parte”.

A professora Madeca recorda que neste período nem todos os professores conheciam o movimento, na primeira greve dos professores em Santa Catarina, em 1980, ainda não tinha uma militância forte em Araranguá, como afirma Madeca<sup>47</sup>:

---

<sup>43</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

<sup>44</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>45</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>46</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>47</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

Em uma greve, a minha professora de recreação, na faculdade, era a Sandra, carioca, ela veio de lá com tudo, ela perguntou pra mim como estava a greve em Araranguá, eu nem sabia de greve, estava iniciando, nem se falava em greve, me lembro que na época a Graça Martinello fizeram um movimento que iam se juntar, pessoal de Araranguá com pessoal de Criciúma, que ela foi enquadrada, e um dia eu estava dando aula e apareceu a Sandra, tu vê elas vinham em três de Criciúma para fazer movimento aqui em Araranguá, quando eu vi a Sandra eu me tranquei dentro da sala de aula, não tirei meus alunos para rua, fiquei com alunos a aula inteira ali, e ela perguntou pela Madeca, elas lá na frente nem sabiam, eu trancada na sala de aula, porque eu não sabia o que dizer, como eu ia participar do movimento sem saber o que era.

Porém, ao lembrar da primeira greve, o professor Emerim<sup>48</sup>, recorda “Nós fizemos a primeira greve em 1980, só entraram 3 professores, os outros correram tudo, mas o problema era medo, não era questão de saber das coisas”, afirmando com essa lembrança que os professores de Araranguá, por menor que fosse a participação já estavam organizados. Enquanto, a professora Neuza<sup>49</sup> diz “lembro, entrou só eu e outra professora, a Delfina, ela era esposa do Mazzuco, o fotografo”. Ou seja, mesmo que as lembranças possam trair a memória destes professores, vão surgindo nas entrevistas nomes de professores, que participaram já neste princípio do movimento no sul de Santa Catarina, mesmo que de forma isolada, nas escolas estaduais. Segundo Maria Stephanou (1998, p.139) “Temos nos esquecimentos e lembranças que compõem a memória elementos instigantes para estudo. Trata-se de pensarmos na produção social ativa de atos de esquecer e lembrar”.

A professora Bernadete Proença<sup>50</sup> voltou para Araranguá em 1982, lecionando em Praia Grande e Jacinto Machado, antes de se fixar definitivamente em Araranguá, onde lembra que “conhecia o Nilson da APROVA, ele falava muito, ele e o Emerim (Formiga), o Claudio (Qualhada), que já deve ter ouvido falar, eles eram referências de

---

<sup>48</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>49</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>50</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

lutadores”, assim é possível perceber que mesmo antes da criação oficial da APROVA, os seus idealizadores já eram conhecidos participar deste movimento. É nesse momento que a professora Bernadete Proença tem o conhecimento do movimento sindical, onde ela relembra:

O movimento sindical na verdade eu passei a conhecer no Jacinto Machado, quando voltei a trabalhar como ACT. Agora lembrei, a primeira vez que vi o Nilson, claro por isso que o achei petulante, depois quantas vezes os professores me acharam também, pois eu fazia o mesmo papel, agora lembrei este fato. Foi quando, os primeiros movimentos, porque a primeira greve já estava em Araranguá. Na época o Nilson, o Formiga, o Qualhada, não sei se a Madeca também. A Madeca você conhece bem. Eles chegavam na escola, entravam, faziam todo aquele preparo, mas naquele momento ninguém na minha escola entrou, eu não entrei também. Acho que foram poucos em Araranguá que entraram, não lembro. Isso foi meu primeiro encontro com o Nilson, isso era 1980 ou 1981, 1982 não era porque já estava em Araranguá. Mas certo que seja 1980.<sup>51</sup>

A APROVA que foi fundada em outubro de 1983, com a participação de 22 professores associados, em março de 1984, de acordo com o quadro de consignação da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, em anexo, contava com 70 sócios contribuindo com desconto em folha de pagamento, sendo 55 professores sócios em Araranguá, 5 professores sócios no município de Maracajá, 6 professores sócios no município de Turvo, 1 professor sócio no município de São João do Sul, 2 professores sócios no município de Jacinto Machado e 1 professor sócio no município de Timbé do Sul.

Analisando os informativos da APROVA do ano de 1985, verifica-se que no dia 19 de junho daquele ano, houve eleições para direção executiva, sendo eleito Nilson Matos Pereira, como presidente; Valmir Emerim, como vice-presidente; Cláudio Xavier, como secretário-geral; Maria das Graças Nascimento, como primeira-secretária; José Eduardo Souza, como Tesoureiro-geral e Maria das Graças Anastácio, como primeira-tesoureira. O conselho fiscal ficou constituído pelos professores: João Alberto da Silva Alselmo Pizzolo,

---

<sup>51</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

Vera Lúcia Emerim, Nilson Costa, Celso de Souza e Neuza Pileghy Pereira. No documento de posse os novos membros da direção se comprometem a comparecer em todos os encontros da ALISC, mencionando também que os professores filiados a APROVA, que desejarem filiar-se a ALISC devem preencher um formulário próprio, e que a APROVA é um núcleo regional da ALISC.

A nova direção também optou por uma identificação para a gestão intitulada de “nova APROVA”, assumindo o lema “se os mais capazes se omitirem, a mediocridade assumirá e reinará tranquila e triunfalmente”.

Em 21 de outubro de 1985, a APROVA assina oficialmente o contrato de composição de unidade administrativa com a ALISC, determinando assim que a entidade se torna um núcleo filiado a ALISC, mesmo que já atuasse como tal desde 1983, agora a APROVA receberia parte do repasse dos sócios da ALISC na região do Vale do Araranguá, e a ALISC incorporaria os filiados da APROVA nos seus quadros, além disso, os sócios da APROVA teriam direito a acessoria jurídica. As entidades agora estavam integradas, com as assinaturas da presidente da ALISC Ana Maria do Nascimento Aquini e o presidente da APROVA Nilson Matos Pereira.

Ademais, a ALISC estava composta por onze núcleos regionais: Florianópolis, Tubarão, Mafra, Chapecó, Xanxerê, Brusque, Caçador, Joinville, Criciúma, Jaraguá do Sul e Lages e três núcleos municipais, sendo estes nas cidades de Xaxim, São Joaquim e Porto União. Desta forma, a adesão de Araranguá fortaleceu a luta da categoria, aumentando o espaço de atuação da ALISC e deu continuidade na formação sindical na região, aproximando as lideranças do extremo sul ao restante do Estado.

Existia uma relação. Espera, vou te dizer, que as pessoas da ALISC eram ligadíssimas a APROVA, eles vinham e dormiam na minha casa, dormiam lá, não tinham dinheiro para ficar em hotel. Nas reuniões de diretoria da ALISC eu não fui, mas o Nilson foi, o Emerim estava também. A primeira vez que a ALISC teve aqui eu já me associei, eu até tenho guardado dentro de uma caixa, o documento. A Ana Aquini, a Ideli Salvati. A Ana vinha muito aqui, elas paravam na minha casa, as meninas ficavam no quarto, mas meu filho abandonava o quarto e dava para elas dormirem.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Neuza Pileghy Pereira. Entrevista citada.

Entretanto, essa ligação entre APROVA e ALISC não estava bem clara para a categoria, a quantidade de associações regionais com nomenclaturas diferenciadas criava um nó na cabeça dos professores, como relembra a professora Bernadete:

Eu não lembro bem, mas eu tento lembrar, a gente não tinha essa percepção, que não tinha estrutura era muito centralizada, nós nos sentimos meio perdidos, tinham outras regionais, também com outros nomes e durante o ano lideranças se encontravam na ALISC, nas regionais com mais frequência para discutir questões relacionadas.<sup>53</sup>

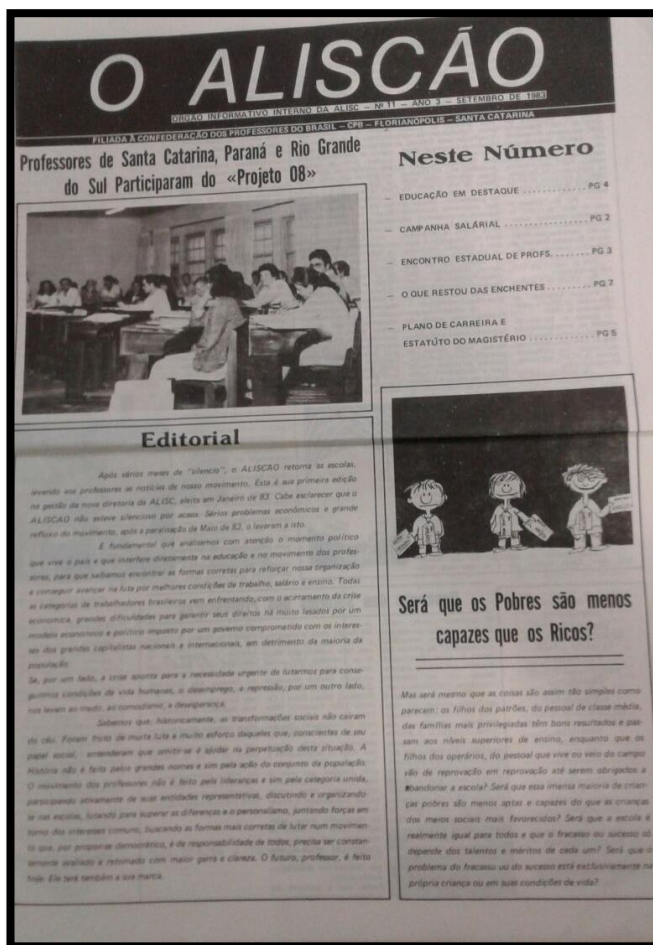
Naquele período, além da ALISC existiam outras associações de profissionais em educação de amplitude estadual, como a Associação Catarinense dos Professores – ACP, a Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina – ADESC e a Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina – AOESC. Relacionadas a ALISC, nas diversas regiões do Estado existiam os núcleos, como Associação dos Professores da Região de Brusque – APRB (1983), a Associação dos Professores da Grande Florianópolis - APGF (1983), Professores Associados do Sul Catarinense – PROASC (Criciúma), a Associação dos Professores de Joinville – APJ, a Associação de Professores de São Joaquim (1983), a Associação de Professores de Porto União, a Associação de Professores da Região de Mafra (1983) e a Associação dos Professores da Região de Tubarão – ATUPRE, conforme o jornal “O Aliscão”<sup>54</sup>, e ainda a Federação dos Educadores de Santa Catarina – FESC, que tinha como intuito de unificar as diversas associações estaduais e fomentar a luta da categoria.

---

<sup>53</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

<sup>54</sup> O Aliscão, n.11, ano 3, setembro de 1983.

Figura 9 - Jornal “O Aliscão”, n.11, ano 3, setembro de 1983, órgão informativo interno da ALISC.



Fonte - Acervo do SINTE Regional Araranguá/SC.

Essas diversas denominações dificultavam o entendimento da categoria, muitos professores focavam nas associações municipais e regionais, tendo estas como referências da organização da categoria.

Sim sempre, sempre era voltado a APROVA, sempre a fundamentação era em cima da

APROVA, onde tudo começou pra nós aqui, porque já existia a nível estadual, mas pra nós era a APROVA, era o movimento maior que nós tínhamos, era onde buscávamos informações, sempre a ALISC se baseava na APROVA.<sup>55</sup>

Desta forma, um dos papéis da direção da APROVA era dar formação de classe a categoria, para isso tornou-se necessário visitar escolas, fazer reuniões e organizar assembleias. Os professores precisavam conhecer a importância de se associar enquanto categoria, para ter força para lutar por seus direitos trabalhistas. Porém, o governo militar e o medo da repressão traziam alguns questionamentos, como lembra o professor Valmir Emerim<sup>56</sup> “tínhamos um desafio, na ditadura, como vamos conseguir adeptos? Professores? Sócios?”. Para conquistar a confiança de outros colegas, fazendo-os entender que o medo não poderia sobrepor o desejo de um profissional valorizado, a estratégia era ir onde o professor estava.

Primeiro começamos a dar palestra em tudo quanto era lugar, saíamos com nosso carro, com dinheiro do nosso bolso, palestra por todo o Vale do Araranguá, e o pessoal tinha medo, o pessoal de Criciúma, da 3º UCRE, tinha um medo tremendo, era aquela repressão, mas íamos a luta, não tinha medo de nada. Tínhamos um número de sócio, tinha estatuto, tinha tudo.<sup>57</sup>

De acordo com o professor Valmir Emerim não foi uma tarefa fácil, além do medo dos professores, relacionado ao período ditatorial vigente no Brasil, existia a falta de parceria dos diretores de escolas, a distância dos municípios do interior em relação à Araranguá, a precariedade do início da entidade com falta de recursos financeiros e de transporte.

Nós tínhamos um carro, que não sei se era meu ou do Nilson, ele fumava muito, de vezes em quando tínhamos que parar pra ele fumar, e eu sempre contra o cigarro. Nós falávamos sobre a causa, e eu falava sobre o plano de carreira, nós tinha

---

<sup>55</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

<sup>56</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>57</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

muita dificuldade de alguns diretores para liberar os professores, tinha uns que liberavam, mas sempre tiveram muito respeito comigo, pelo conhecimento da gente, e eu sempre fui o Formigão.<sup>58</sup>

Entretanto, para outros professores esta relação entre APROVA e ALISC era bem clara, sendo a APROVA a associação regional que funcionava com núcleo da ALISC, que era a associação estadual, como relembra a professora Celi Cecconi<sup>59</sup> “era o mesmo pessoal que participava”, quando questionada sobre esta ligação.

Apesar de um início difícil da organização da APROVA, os anos seguintes com a abertura política, com os movimentos de greve da categoria, outras lideranças surgiram, o medo deu espaço a esperança, a possibilidade de se constituir como classe dentro de um sindicato, e principalmente o trabalho de formação desses pioneiros da APROVA, fez com que o número de sócios fosse significativamente ampliado, chegando ao número de 585 sócios em 1985 e no ano de 1986 esse número chegou a 630 afiliados.<sup>60</sup>

Superadas as primeiras dificuldades, a APROVA inicia uma formação política de seus sócios, promovendo reuniões e debatendo sobre a entidade e as reivindicações da categoria. Em 1985, um dos informativos da APROVA enviado para as escolas, tem como proposição uma campanha de novos associados, realização de assembleias municipais, a tentativa de dialogar com os diretores de escolas, no campo da organização, ainda propuseram exigir da ALISC uma atuação política apartidária, com objetivo de construir uma Federação Estadual de Professores agrupando todas as associações regionais e dando um passo para a sindicalização da classe, no campo político, e a implantação do Plano Estadual de Educação – PEE<sup>61</sup>, a luta pelas eleições de diretores e a implementação dos Conselhos Deliberativos<sup>62</sup> nas escolas, no campo das reivindicações da categoria.

Com base, nos informativos citados, pode-se analisar a relação da APROVA com a política partidária, que era observada existente na

---

<sup>58</sup> Valmir Emerim. Entrevista citada.

<sup>59</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

<sup>60</sup> Informativo nº 3, da APROVA, enviado as escolas em agosto de 1986.

<sup>61</sup> Foram aprovados o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério em 12 de junho, pelo Governador do Estado Espiridião Amin.

<sup>62</sup> O governador Esperidião Amin assinou o Decreto 29.790, de 29 de julho, criando o Conselho Deliberativo Escolar.

ALISC pelos integrantes da entidade regional, e claramente não era vista como positiva.

Eu avaliava da mesma forma que vejo hoje, ainda não mudo minha opinião. Eu dizia que tínhamos que ter um partido político, mas na hora do sindicato não é o partido político que iria influenciar, eu não vou agir de tal forma porque o partido quer assim, e isso tinha muito na ALISC. Isso acontecia visivelmente com frequência.<sup>63</sup>

A professora Neuza relembra que alguns integrantes da APROVA se filiaram ao PT, outros pertenciam a outros partidos políticos, mas não aceitavam que os partidos políticos interferissem nas deliberações da APROVA, como também denunciavam e exigiam que essa interferência não acontecesse na ALISC.

O início não tinha ligação. Tem outra coisa, eu entrei para o PT, mas não misturava o movimento sindical com o partido, o Nilson também não, não puxava. Eu falo mais no Nilson, porque ele nesta época viajava mais. Tínhamos ligações com pessoal do PMDB e de outros partidos. Nunca foi colocado o partido dentro do sindicato. Nunca, o Nilson nunca aceitou e eu sempre achei errado.<sup>64</sup>

Mesmo entendendo a importância da construção política para a formação de uma sociedade, a professora não descarta a necessidade de uma alternativa e militância política que defenda as classes trabalhistas. Porém, faz questão de lembrar, que as ações partidárias não devem interferir as decisões da mobilização da categoria.

Mas a gente como cidadão tem direito de ter nosso partido político, mas pôr os interesses do sindicato, por o sindicato a serviço de um partido político nunca foi colocado. Muita gente tentou fazer isso, mas nunca foi. Se alguém disse que foi colocado, mas nunca foi. O Nilson entendia e eu também, sempre tive muito entendimento que o partido político é muito importante, porque tudo na nossa vida é movido por política, as decisões,

---

<sup>63</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

<sup>64</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

as leis, tudo que tu faz, tem que ter a estratégia de um partido para ti usar, para fazer o que tu queres, tomar os rumos que são necessários, quando dizem que política não adianta, como que não adianta se é a política que move as coisas. Mas o sindicato em si, por a serviço do partido não, tanto que o Nilson dizia que era PT por estratégia. Às vezes em casa ele dizia que era anarquista.<sup>65</sup>

Todavia, essa ligação político-partidária afastava uma parte da categoria, que acreditava que dentro da entidade de classe não deveria ter envolvimento partidário. Na entrevista da professora Red<sup>66</sup> ela cita que “na maioria os dirigentes eram do PT e queriam incutir o pensamento do partido. Alguns eram de outros partidos. Não me agradava algumas posições. Eu me mantinha neutra”.

Com essa mesma percepção, a professora Nilva diz que alguns colegas acabavam ficando receosos em se aproximar da APROVA por questões partidárias. Mas também entende que chegou um momento que a categoria teve que se discutir questões políticas, inclusive se filiando ao PT algum tempo depois.

Tinha muita infiltração política dentro da coordenação regional, nós não sentíamos muita...estávamos acomodados com aquilo e começamos a perceber com o movimento, começou a acompanhar mais de perto e no momento que a gente sentiu que estava na hora, a gente entrou, uns cinco ou seis professores da divisão de ensino. E não paramos mais.<sup>67</sup>

Em novembro de 1985, parte da direção da APROVA participou do V Encontro Estadual dos Professores realizado no município de Tubarão, organizado pela ALISC em conjunto com a ATUPRE. O encontro fortaleceu a luta pela implantação do PEE, do debate com a categoria para a construção do Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira, e das eleições para direção de escola, mostrando que a APROVA estava em consonância com os debates promovidos em outras associações regionais no Estado. O Encontro Estadual dos Professores, organizado pela ALISC foi realizado pela primeira vez em 1981, no

---

<sup>65</sup> Neuza Pillenguy Pereira. Entrevista citada.

<sup>66</sup> Red Aparecida Silveira. Entrevista citada.

<sup>67</sup> Nilva Jacira Garcia Gabriel. Entrevista citada.

município de Blumenau, tendo outras edições, em 1982, no município de Lages, em 1983, no município de Chapecó. A ALISC também organizou o XVII Encontro Nacional de Professores, promovido pela Confederação dos Professores do Brasil – CPB, em 1984, no município de Criciúma, na sede da PROASC.

O encontro em Tubarão também serviu de debate para a filiação da ALISC à CUT, contudo, é importante salientar que esse debate não foi realizado com toda a categoria, ficando restrito às lideranças, como afirma Souza (1996, p. 43):

Em 1985, a ALISC filia-se à CUT, num processo muito tumultuado. A discussão sobre o mérito da questão restringe-se, quase que exclusivamente, aos militantes e lideranças, não envolvendo, de maneira contundente, os demais segmentos da categoria.

Um dos pontos que Souza (1996, p.60) traz sobre a filiação da ALISC, relaciona-se a uma ligação partidária, não havendo um debate com outra central sindical, sem dar oportunidade, como forma de promover a democracia, para a CGT, defender suas bandeiras para o magistério catarinense.

As resistências partem de todos os lados (da corporação e de alguns dirigentes regionais), reafirmando o discurso de que filiar-se a essa Central é antidemocrático porque, afinal, há outras Centrais (a Central Geral dos Trabalhadores – CGT) e quando se decidiu pela filiação à CUT, o debate foi insuficiente para esclarecer porque existiam, no mínimo, duas Centrais e em que se diferenciam, uma e outra, politicamente (SOUZA, 1996, p. 60).

Não é possível fazer juízo de valor sobre a importância de uma ou outra central, mas a falta de discussão envolvendo a categoria, prejudicou a aceitação da CUT pelos professores, gerando uma desconfiança, como rememora a professora Bernadete Proença:

No começo uma das grandes rejeições dos professores para se tornarem filiados é porque eles sabiam que iria haver interferência político-partidária, principalmente pela CUT, e a gente sabia que a CUT, nós batíamos de frente com a

CUT, porque sabíamos que era uma escalada, era essa a meta, escalar.<sup>68</sup>

De acordo com Lemes (2007, p.53) este processo de filiação teve uma relação com a proposta de unificar as diversas entidades de classes para fortalecer a representatividade diante do governo, desta forma, “embalados pelo processo de democratização, os sindicatos brasileiros, na década de 80, orientaram-se pela ação conjunta na luta pela conquista da autonomia, e pela renovação de suas formas de organização e ação, como também pela ampliação das conquistas sociais.

Para os dirigentes da ALISC da época, a filiação à CUT pretendia aproximar a organização dos professores de Santa Catarina, a um movimento sindical de caráter nacional e, além disso, criar na ALISC a cultura do coletivo. Tal decisão desencadeou muitas reações contrárias. Uma parte dos associados viram na filiação à CUT a possibilidade de enfraquecimento do movimento dos professores. Para estes, a autonomia da ALISC permitiria manter o movimento dos professores isento de qualquer bandeira político-ideológica (LEMES, 2007, p.55).

A professora Madeca relembra que essa ligação era vista de forma negativa, pois essa discussão dentro da associação tinha as divergências políticas, na sua visão era desnecessária. Mesmo assim, afirma que não tinha um pensamento convicto sobre como estava sendo construído isso dentro da ALISC.

Sempre houve, mas como nós ainda, eu particularmente falando era mais inocente nesse lado, eu não enxergava, depois que eu comecei a escutar “corrente de lá, corrente de cá”, eu falava “que tanta corrente”, se nós temos uma só que é a educação, já existia sim, várias correntes dentro dos partidos, mas eu via como forma negativa, era bem claro, nós questionávamos por que se a educação tem que ter só um rumo, só um ponto de partida, e onde queremos chegar, porque tem

---

<sup>68</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

esses pontos de divergências dentro do sindicato, dentro da ALISC já existia, já havia.<sup>69</sup>

A filiação da ALISC à CUT trouxe com certeza avanços a entidade, porém foi encaminhada sem um debate amplo, criou na categoria uma desconfiança, nem entre as direções das associações regionais tinha-se um entendimento concreto. A categoria englobava uma parcela muito conservadora, muitos até corporativistas, acreditando que a educação não necessitava de aliar-se a outras entidades de classe. Souza (1996, p. 62) complementa que as entrevistas realizadas para sua pesquisa “expressam conservadorismo e posições progressistas, uma visão de mundo individualista”.

A decisão foi tomada quase que exclusivamente por sua diretoria e alguns associados, não envolvendo grande parte dos professores catarinenses, que viam – e de certa forma ainda vêem – tal opção como um ato político-partidário, de cunho esquerdista (LEMES, 2007, p.55).

Nos documentos e informativos da APROVA do ano de 1986, percebe-se a preocupação com o PEE e com debate com a categoria sobre a conscientização e mobilização do magistério. No informativo nº 1 da APROVA, de maio de 1986 destaca que o número de novos sócios é um atestado do desejo da classe de se organizar e se unir para fortalecer a mobilização da categoria, sendo reconhecida a APROVA como representantes de fato e de direito dos educadores da região do Vale do Araranguá, principalmente com o aumento de seu quadro de sócios. Outro ponto relevante foi a conquista da criação dos Conselhos Deliberativos Escolares, com participação dos pais, alunos e professores, uma reivindicação antiga das associações de classe que foi conquistada naquele ano.

Outro ponto de discussão que surgiu em 1986, abordado pelo informativo de maio do ano corrido, foi a escolha dos representantes para a Constituinte, sendo observado a importância do voto para representantes que assumissem comprometimento com a Educação e com as causas da categoria.

O informativo nº 3 da APROVA, enviado as escolas em agosto de 1986, denunciava que os professores admitidos em caráter temporário não entraram no quadro de carreira do magistério estadual, porém

---

<sup>69</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

alertava os professores que poderiam ser efetivados tendo 5 anos consecutivos de trabalho no magistério ou 10 anos intercalados, conforme a lei 6032<sup>70</sup>. A professora Terezinha Santos da Rosa recorda que sua aposentadoria foi baseada nesta lei, com auxílio da APROVA a professora se efetivou, deixando de ser admitida em caráter temporário.

Nem sabia direito que podia se efetivar assim, mas surgiu uma vaga na Escola da Coloninha (EEB Bernardino Senna Campos) e comecei a dar aula para as crianças também e ele (João Batista) fez o meu processo para me efetivar por essa questão dos 5 anos e ele faleceu, ele mandou o processo, eu não sabia, ele fez e mandou, eu nem sabia que tinha essa lei, daí ele faleceu, e veio a resposta que eu estava efetiva, eu peguei uma vaga que surgiu na Escola da Coloninha, eu já dava aula de religião, aí surgiu uma vaga para os anos iniciais, ele pegou essa brecha, ele era atento, montou o processo, mandou, depois ele faleceu, depois que ele tinha falecido, veio a resposta e eu me efetivei com 20 horas, e me aposentei na Coloninha, trabalhando sempre na mesma escola. Eu já trabalhava a 10 anos, dava aula de religião.<sup>71</sup>

No ano de 1986 ficou marcado pelo veto do governador Espiridião Amim a alguns pontos do quadro de carreira do magistério, entre esses, ao piso salarial de três salários mínimos, a 40 % de horatividade, enquadramento automático, 10% de gratificação para Especialistas e a paridade para toda categoria no quadro de carreira. O referido plano que foi aprovado de forma unânime pelos 40 deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina<sup>72</sup>. O quadro de carreira do magistério catarinense, apesar dos vetos do governador, trouxe uma série de avanços da categoria, como o progresso funcional, a isonomia salarial e a equiparação salarial assegurada aos inativos.

Os vetos de Espiridião Amim levaram a categoria a uma greve de quinze dias, que de acordo com o informativo da APROVA houve uma tentativa de mobilização, com poucos participantes, enquanto os professores entrevistados não trazem memórias sobre esta mobilização. É possível entender esse esquecimento, o ano seguinte trouxe a maior

---

<sup>70</sup> Lei Estadual nº 6032, de 17 de fevereiro de 1982.

<sup>71</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

<sup>72</sup> Lei Estadual n. 6.844, de 29 de julho de 1986, Publicado no Diário Oficial de 31.07.86.

mobilização até então ocorrida no magistério de Santa Catarina, com a épica greve de 1987, muitas memórias da greve de 86 foram esquecidas ou mescladas com o movimento do ano posterior. A mobilização de classe é um processo que muitas vezes necessita de pequenos movimentos para massificar e ganhar força pressionando o governo.

Em outubro de 1986, a APROVA enviou para as escolas uma circular que convidava os professores para compreender o significado de “sindicalismo”. Nesta circular, a APROVA mostra que está debatendo com seus associados sobre a possibilidade de se transformar em sindicato, fortalecendo ainda mais a luta da categoria. O debate que aconteceu no dia 21 de outubro de 1986 priorizou os temas: política sindical, cooperativismo, colaboração de classes, assistencialismo, unidade sindical, imposto sindical, central sindical e CUT. Sobre o tema Central Sindical o debate entendeu a necessidade de estar ligado a uma entidade de âmbito nacional que agrupasse vários sindicatos, tentando a unicidade dos sindicatos, para aumentar a pressão aos governantes, sendo que esta central deveria ser única, numa luta por todos os trabalhadores, professores ou não.

Nesta época, surgiu uma nova liderança na APROVA, o professor João Batista da Rosa, que vem para Araranguá em 1985 e inicia uma história curta, porém que está na memória de todos que estavam na luta e engajados no movimento. Na memória da professora Terezinha Santos da Rosa o atrelamento do professor João Batista com a APROVA está viva ainda nos dias atuais. Os dois casaram-se em 1978, entraram para o movimento juntos, e viveram uma relação de muito companheirismo até a morte do professor em 1987.

No Colégio Estadual, assim que ele entrou, foi bem na época que estava à transição para a derrubada da ditadura, bem nessa época. Então, o que acontece, começa os sindicatos se fortalecer e os movimentos. Ele entra bem nesse início, tanto que tu vê que os professores não era SINTE, era a APROVA, era uma associação porque não podia, no estado era a ALISC e a APROVA era associada a ALISC, tipo associada se não estou enganada.<sup>73</sup>

O ano de 1987 foi um ano ímpar para a APROVA, como foi também para a categoria do magistério de Santa Catarina, a greve

---

<sup>73</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

acontecida naquele ano entrou para a história da educação do Estado, tornando-se um marco. Em 1986, Pedro Ivo Campos é eleito governador de Santa Catarina, elevando ao poder o PMDB, porém o entusiasmo de um governo que levantava a bandeira da democracia, contra a ditadura que havia se encerrado um ano antes, logo em seu princípio se mostrou completamente contrário a tal expectativa. No Vale do Araranguá, o movimento também contou com uma baixa importante, o professor Valmir Emerim, um dos pioneiros da APROVA, e o responsável por trazer a ALISC para a região foi convidado para ser Diretor da 15ª UCRE.

A professora Nilva lembra que a primeira greve que participou foi em 1987, quando ainda trabalhava na UCRE. No entanto, ao lembrar daquele momento, a professora recorda como aderiu aquela greve, e naquele momento importante para a categoria, alguns professores serem estimulados ao movimento.

Eu lembro que o Claudio (Qualhada) já entrava na greve e ele trabalhava conosco, na divisão de ensino. Ele chegava e nós dizíamos assim, coisa que hoje eu acho horrível: - E daí, como está o movimento? Será que vamos ganhar alguma coisa? E um dia ele estava meio “assim”, e deu uma xingada em nós, uma chacoalhada, e foi onde nós tivemos vergonha.<sup>74</sup>

Entre as primeiras ações do novo governo estavam decretar o fim dos Conselhos Deliberativos Escolares, da Eleição para Diretores de Escola, do pagamento as promoções do Plano de Carreira e dos Gatilhos Salariais. Para Nascimento (2007, p.6) “A greve de 1987 é muito significativa para a história do sindicato, pois a sua categoria se junta as demais categorias do funcionalismo público estadual e que conta com o apoio da comunidade catarinense”.

Em março daquele ano, o movimento dos trabalhadores da educação deflagra uma das manifestações mais fortes de sua trajetória: uma greve – quase unificada – que resiste durante cinquenta e sete dias, conquista a adesão da maioria dos pais e alunos no âmbito da escola e o apoio de vários segmentos organizados da sociedade civil (SOUZA, 1996, p.49).

---

<sup>74</sup> Nilva Jacira Garcia Gabriel. Entrevista citada.

Apesar da grande mobilização da categoria, que pode ser analisada positivamente pela grande adesão dos professores em todo o Estado, para a APROVA durante a greve, sentiu a pressão de um movimento de tamanha proporção, com a perda de um dos seus líderes, como lembra a professora Celi Cecconi<sup>75</sup> “o João Batista faleceu, bem na greve de 1987, ele faleceu numa reunião, não tive muito convívio porque ele chegou lá nesta época”. O professor João Batista foi eleito em 1987, presidente da APROVA substituindo o professor Nilson Matos Pereira, como relembra a professora Terezinha<sup>76</sup> “Ele foi candidato a presidente, foi eleito e antes de assumir ele faleceu. A posse já foi da vice, a Neuza”.

O professor João Batista da Rosa foi escolhido para ser o presidente da APROVA, núcleo da ALISC na região do Vale do Araranguá, em 1987. A posse da nova diretoria deveria ser marcada após a greve. Em Reunião de lideranças da ALISC no dia 1 de maio de 1987 a situação dos núcleos regionais apontavam que Jaraguá do Sul, Tubarão, Laguna, Concórdia, Xanxerê, Chapecó, Canoinhas, Joaçaba, Rio do Sul, Blumenau e Lages queriam tempo para discutir a greve. Os núcleos de Florianópolis, São Miguel do Oeste, Mafra, Brusque, Itajaí e Caçador não compareceram, enquanto o núcleo de Criciúma estava indefinido.

O núcleo de Rio do Sul estava com 20 % de adesão caso a greve acontecesse naquele momento, os núcleos de Joaçaba e Lages aproximadamente 30%, os núcleos de Laguna, Xanxerê e Joinville teriam 40 % de adesão, os núcleos de Concórdia contava com 50%, enquanto Blumenau com 60%, São Carlos com 80% e Araranguá com 100%. No dia 25 de maio foi deflagrada a greve. Em uma reunião de pais na Escola Bernardino Senna Campos, no bairro Coloninha, no município de Araranguá o professor João Batista estava falando sobre a importância de ter o apoio da comunidade quando repentinamente desmaia.

A greve estava a todo vapor, estava perto dos seus 40 dias, uma greve de 40 e poucos dias, 43, 44, quando estava próxima dos 40 dias, nós estávamos na Escola da Coloninha, no prédio antigo, em reunião com os pais, porque estávamos naquela época. Desde o início nós procuramos

---

<sup>75</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

<sup>76</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

muito trabalhar com a comunidade, deixar a comunidade do nosso lado, entender que este movimento era necessário, para que os pais não se revoltassem tanto por causa da greve, que estava tanto tempo sem aula, então nós estávamos na escola da Coloninha e quem estava falando era o Batista [...] e no momento que ele estava falando ele desmaiou daí levaram ele para o Hospital Regional e fizeram alguns exames, e já foi constatado ali que o derrame dele era diferente, não era um derrame normal. [...] o Doutor Roberto foi chamado e já detectou e em seguida fez uma punção na coluna e detectou que era um acidente mais grave, então ele veio falar comigo e disse que era aneurisma e que era muito grave, ele foi levado para Criciúma, colocado na UTI, Ele ia ter alguns cuidados, passou a fase mais crítica, ele saiu da UTI, ele foi para o quarto, passou a fase mais crítica, com medicação pra dor, e com a mesma probabilidade ele foi mandado para casa, não tinha nada mais sério, estava estável, mas a tal da bolha, não sei qual nome que se dá para isso, ela estava ali, e estava para arrebentar a qualquer momento, ele veio embora, parece que na sexta-feira, depois na terça-feira, que foi dia 28 de julho, ele faleceu às 5 e meia da tarde em casa.<sup>77</sup>

O professor não chega assumir a direção da APROVA, em uma das reuniões após a greve é anunciado o seu falecimento<sup>78</sup>, sendo interrompida e os presentes se dirigindo ao velório. A greve durou 54 dias, com as aulas voltando ao normal no dia 20 de julho de 1987. Os professores conseguiram garantir os gatilhos e receber os salários atrasados, porém o movimento foi traumático, o governador usou da repressão a mobilização para acabar com a greve, dando ordem a Polícia Militar bater nos professores, como lembra a professora Bernadete Proença:

A maior greve foi a de 1987, a do Pedro Ivo. Eu estava na CRE, era de ir para Secretaria de Educação, se eu contar tu não vai acreditar, pergunta para a Red, nós subíamos em mesa, berrava, só não era de pancadaria, não éramos

---

<sup>77</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

<sup>78</sup> Ata de reunião da APROVA, página 16, de 28 de julho de 1987.

violentos, sempre fui de querer a coisa, mas nós acampávamos, dormíamos na Assembleia (Legislativa), de enfrentar tudo abraçado, eu era de enfrentar, de vanguarda mesmo, eu o Nilson, a Neusa, a Neusa e a Vandinha, que depois de passou a vir para o sindicato também, o Celso, vinham aqueles baitas cachorrões, pastores alemães e nós ali no meio dos guardas. A Célia também era de luta.<sup>79</sup>

A greve de 1987 ensinou muitos professores que nunca haviam participado de uma mobilização entrando de corpo e alma no movimento, sem medo de perder o trabalho ou de ter o salário descontado. Muitas idas e volta a Florianópolis, passeatas nas ruas da capital, reuniões com pais e alunos, conversas com deputados estaduais, entrevistas nas rádios locais, assembleias e reuniões faziam parte da rotina, enfrentando cobrança dos familiares, como afirma a professora Celi Cecconi:

O que foi a greve foi a de 1987. E ainda nas famílias fazer greve era ser massacrado pelo governo, não pode entrar em greve porque não pode descontar, por isso e aquilo. Eu era casada, já tinha problemas bastante, de discordância de ideias, entre eu e meu ex-marido, e fui e entrei de cabeça na greve, a pressão era muito grande pra mim voltar, “tu não pode ir”, eu ia de manhã, de tarde e de noite, “porque vão te pegar no pé”, “porque vão te fazer isso”.<sup>80</sup>

Mesmo com toda a pressão existente, tanto de parte da família, dos pais de alunos, as direções de escolas também tentavam desfazer o movimento, entretanto, a mobilização cresceu, a professora Terezinha<sup>81</sup> lembra que “foi uma greve muito grande, por exemplo, eu lembro de épocas de a gente ir com 11 ônibus, de 9 ônibus lotados”. A professora Madeca conta como aderiu ao movimento e tornou-se uma sindicalista aguerrida, estando na luta ainda nos dias de hoje, mesmo aposentada.

Em 1988, se não me engano, de 1987, aquela do Pedro Ivo (governador na época), aquela foi uma

---

<sup>79</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

<sup>80</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

<sup>81</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

greve de sessenta e poucos dias, foi a primeira greve que eu entrei com tudo, fui aprendendo na greve, entrei e foi nessa greve que aprendi a ser uma sindicalista, aprendi a lutar pelos meus direitos com toda a garra e sem pensar no que poderia acontecer, estava no sangue, hoje eu faço um comparativo dos colegas visitando as escola e na época também era assim, sempre com orientação do professor Nilson, um sábio, uma referência.<sup>82</sup>

A greve de 1987 teve um efeito positivo para APROVA, levando a informação e o debate para muitos professores que não conheciam a associação e ainda estavam receosos, com a informação sendo difundida e debatida, trazendo novos adeptos e em muitas comunidades da região, a participação e apoio dos pais.

Foram tantas as emoções, foram tantas coisas fortes, primeiro é tu entrar em escola que jamais ouviram falar de greve, primeiro um momento muito forte, lembro muito bem, foi na Cachoeira, nunca as pessoas ouviram falar em greve, e nós fomos pra lá e a gente falava do trabalho que a gente passava pra estudar e porque que tínhamos que reivindicar nossos direitos, que o governo negava a nos dar, forma lágrimas dos pais, enquanto a gente falava, dava os depoimentos, enquanto nós professores, o que nós passávamos e ver os pais chorando na escola, eles aplaudirem a gente de pé, é um momento vivo na minha memória eles sentados nas carteiras e levantarem para aplaudirem de pé os depoimentos dos professores, isso foi marcante. Nós percorremos todas as comunidades, todo o interior.<sup>83</sup>

Nesta greve, algumas ações foram necessárias, quando enfrentavam diretores que pressionavam os professores contratados ou professores defensores do governo, as atitudes, diversas vezes foram radicalizadas, como não deixar professor entrar para trabalhar. Em outros casos, encontraram diretores que entendiam os motivos da greve e entravam na briga junto com os professores.

---

<sup>82</sup> Maria Edenír Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

<sup>83</sup> Maria Edenír Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

Porque no começo era meio assim na paulada, eram de chegar e entrar e querer cadeiar a escola. Foram eles que vieram falar a primeira vez. Daí começamos a nos reunir, tinha o Nilson, tinha professores que já participavam escondidos na Ditadura como o Emerim (Formiga), a Rutinaque, era diretora, foi a única vez que, pra ti ver como era efervescência da democracia, podíamos dizer que estávamos numa democracia, porque os professores foram eleitos, na época da greve de 1987 os diretores tinham sido eleitos pela comunidade escolar, a Rutinaque foi a única diretora que mandou todos para a rua e cadeou o Colégio Estadual. Ela ia pra tudo e participou, foi para o comando de greve, mas perdeu o cargo depois.<sup>84</sup>

As ações regionais tinham uma consonância com as medidas tomadas pela ALISC, muitas dessas ações serviam como uma forma de renovar as energias, pois os salários descontados e as pressões após muitos dias de greve em diversos momentos faziam alguns professores fraquejarem, porém, um auxiliava o outro, e as emoções se afloravam, retomando o rumo e sem deixar ninguém desistir.

Fizemos um evento muito bonito em volta de todo o Centro Administrativo (Sede do Governo Estadual), e foi dado um abraço no prédio todo, onde trabalhava o Governador, e foi dado um abraço todo, mas não foi um abraço de braço esticado, era abraço de gente amontoada, era escuro e todos com velas acesas, então todos com velas acesas na mão, e assim né, todos com gritavam palavras de ordem, a Ideli (Salvati) sempre foi muito competente na oratória, a Ideli pegava o microfone e trabalhava com a emoção das pessoas, fazia um jogo de emocionar as pessoas, quem ia e ia muita gente e todas essas atividades que eram programadas na época fortaleciam as pessoas, as pessoas vinham com essa força para disseminar e angariar mais alguns que não estavam no movimento e trazer para o

---

<sup>84</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

movimento de volta, porque era como se fosse lá receber uma alimentação.<sup>85</sup>

A construção das mobilizações desde 1980, quando teve a primeira greve, ou ainda nos anos de 1970, quando ALISC entra pela primeira vez na justiça com uma ação coletiva contra o governo foram gradativamente estruturando a categoria. O governador Pedro Ivo Campos, eleito democraticamente em 1986, para administrar o Estado trazia uma esperança na categoria de dias melhores, porém o novo governo trouxe nos primeiros meses de mandato um desapontamento aos professores. Entretanto, uma greve ainda nos primeiros meses de governo, bem sucedida no campo da adesão dos trabalhadores, em conjunto com o direito adquirido em 1988 na Constituição Brasileira de servidores públicos formar seu sindicato, deram a categoria uma expectativa de ser possível fundar uma organização classista.

## 5.2 A FUNDAÇÃO DO SINTE NA MEMÓRIA DE PROFESSORES.

O ano de 1987 marcou para sempre a história dos professores em Santa Catarina, a categoria paralisada nas ruas de Florianópolis exigindo o pagamento dos gatilhos salariais, o pagamento em dia dos salários atrasados e contra a política de demissão de servidores. Outros ataques do governo de Pedro Ivo Campos, como a revogação do decreto 29.790/86, que instituiu os Conselhos Deliberativos de Escola, e o fim das eleições diretas para diretores de escolas, também impulsionaram a categoria para a luta. Durante 54 dias as escolas estaduais de Santa Catarina estiveram de portas fechadas, sem receber alunos, numa greve que ainda hoje está no imaginário dos professores estaduais do Estado, como conta a professora Terezinha dos Santos da Rosa:

Então foi uma greve muito grande, por exemplo, eu lembro de épocas de a gente ir com onze ônibus, de nove ônibus lotados. Um dia aconteceu o seguinte, por exemplo, tinha os ônibus da União, que eles contratavam, de repente não tinha mais ônibus da União, faltavam, então tinha outra empresa, que tinha ônibus mais velho, mais simples, o banco não era nem estofado pra ter uma ideia, ar condicionado não tinha, acho que nem os da União tinham, não sei se onze, mas nove

---

<sup>85</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

ônibus eu tenho certeza que foram em Assembleia em Florianópolis. Aquele povo todo entrando nos ônibus, era lindo de se ver, aquela festa, junto com aquele sonho, junto com aquela energia toda de buscar uma coisa nova, de buscar uma vida melhor, que se imaginava para todas as pessoas, gerava uma energia muito positiva, muito boa, também de muita alegria, daqui a pouco, de dor, de choro, eram vividas muitas emoções.<sup>86</sup>

O movimento das eleições diretas no início da década de 1980, a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista no final da década de 1970, a formação das centrais sindicais, principalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) três anos antes, provocavam em parte da população brasileira um sentimento de que o sonho de uma vida mais igualitária seria possível.

Para Souza (2002, p. 131), o movimento dos trabalhadores fortalecido pela dura repressão da ditadura militar, só vai conseguir se organizar e retomar suas forças na década seguinte ao golpe de 1964, “foi somente na década de 70 esse movimento tomou vulto”. Esse movimento, que nunca esteve estagnado, mas que consegue retomar suas forças no final da década de 1970, sendo ampliado durante as décadas seguintes, teve com a Constituição de 1988, uma vitória, mesmo que parcial, dos trabalhadores, com o direito de greve, e para os servidores públicos, o direito de se sindicalizar.

Naquele momento, os trabalhadores em educação estavam organizados em várias associações, porém, a ALISC era a associação que desde o final dos anos de 1970 tinha a marca do distanciamento do governo e da luta de classe, chamando os professores para a mobilização, organizando os núcleos regionais e promovendo o debate trabalhista.

Na região do Vale do Araranguá, não era diferente. O núcleo regional da ALISC foi organizado por professores que não sucumbiam aos desmandos do governo estadual e idealizavam uma categoria com consciência de classe, assim surgiu a Associação dos Professores do Vale do Araranguá – APROVA, que com a mudança constitucional em 1988, se transformou no SINTE Regional de Araranguá. Essa transição foi regada com debates, análises conjunturais e com muito trabalho, segundo a professora Celi Cecconi:

---

<sup>86</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

A gente ficava discutindo aquilo ali e teve toda uma conversa sobre a Lei do Sindicato, como ele seria formado, a primeira chapa, vinha gente de Florianópolis, mais de Criciúma do que Florianópolis. A nossa coordenadora do SINTE era da ALISC, a Ana Aquini, não era partidária. Ela era bem aguerrida, ela queria o bem dos profissionais da educação e não do partido. Araranguá, Criciúma também não era. Aqui o sul era contra esse partidarismo. A gente queria que continuasse como a Ana Aquini. A mudança começa a prejudicar e o sindicato está como está. Se fizer uma nova organização e mudar isso pode melhorar. Eu sou contra, mesmo as pessoas do partido que começaram no PT, o Celso, o Nilson, o João eram contra, porque daí ia puxar para o partido. Tu conscientizar as pessoas é uma coisa, tu querer jogar com as pessoas é outra. Eu vivi uma época que o sindicato era muito bom, tanto em nível regional quanto estadual, tu fechar uma escola era fácil.<sup>87</sup>

As memórias dos professores sobre o primeiro contato com a APROVA, a primeira greve, a mobilização mais extensa, a morte de alguns colegas de luta, o enfrentamento com o governo, quando apanharam dos policiais militares, o fechamento de vias públicas, a transformação da ALISC em SINTE, as eleições e os congressos sindicais, entre outros eventos que vivenciaram, estão vivas nas lembranças dos professores. Entretanto, mesmo entre aqueles que estiveram a frente desse movimento de classe, por uma carga-horária cheia ou por falta de investimento em formação sindical por parte dos dirigentes, tem uma carência de conhecimento científico sobre o tema, como pode ser visto na fala da professora Bernadete Proença.

Nós tínhamos plena consciência e lutamos por isso. Como te falei anteriormente fomos grandes força para que se tornasse sindicato. Lá em Florianópolis, quando teve os congressos para resolver isso teve muito choro, muita briga, e em nenhum lugar tu vai encontrar escrito o que aconteceu realmente, em todo esse momento

---

<sup>87</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

dessa luta, porque eles não aceitavam, tinham uma parte.<sup>88</sup>

Todavia, ao rememorar sobre a transição entre ALISC para SINTE, observa-se que alguns professores, mesmo que participando diretamente das mobilizações, tinham dificuldade para compreender a relação entre a APROVA, associação regional, e a ALISC, associação estadual, como aponta a professora Celi:

A transição que estou querendo lembrar, mas está vaga, porque que da APROVA para ALISC e da ALISC pro SINTE, o nome já mudou lá, a nomenclatura veio de lá e automaticamente veio para os municípios, mas da APROVA para a ALISC que não tenho lembrança, porque eu não participava direto, é vago. O que a gente sentia a necessidade era de ter essas mudanças, era bom que avançou, estava evoluindo, não podia mais ficar numa associação.<sup>89</sup>

Durante a Constituição de 1988 os trabalhadores não conquistaram todas suas bandeiras de luta, a pressão das centrais sindicais e dos movimentos populares não surtiram todo o efeito esperado, porém dentro do cenário político que o país vivia nas últimas décadas, houve avanços, pois saiu-se de um período de ditadura, onde as leis existentes haviam sido ultrajadas e o país se transformado numa nação em que os trabalhadores foram perseguidos e mortos por buscar melhores condições de trabalho, para um período de construção da democracia. A professora Terezinha Santos da Rosa<sup>90</sup> descreve esse momento:

Aí nisso se institui o sindicato, não é mais a APROVA e ALISC, passa a ser sindicato, se regulariza, se autoriza, e aí criou-se uma força muito grande, as pessoas se sentiram fortalecidas, e as pessoas se uniram e naquele momento, aquele salão paroquial da Igreja (Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens) lotava, e tinha muita emoção junto com todo esse movimento porque foi uma época que as pessoas tinham muito um sonho de

---

<sup>88</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

<sup>89</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

<sup>90</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

mudança social. Naquela época o individual era importante, mas o social vinha para complementar o individual, vinha para colaborar com o individual, da casa, do carro, do trabalho com salário mais digno, que pudessem ter uma maior qualidade de vida, mas aquele sonho social, de mais igualdade, das pessoas puderem ter acesso aos bens pra vida, esse era o sonho que movia a juventude daquela época.

Deste modo, mesmo que não tenham conseguido todas as suas reivindicações os trabalhadores conseguiram avançar, algumas de suas bandeiras foram conquistadas, como a ampliação da remuneração das horas extraordinárias de 20% para 50%, jornada semanal de 44 horas, férias de 30 dias com 1/3 de remuneração adicional, ampliação da licença gestação, igualdade de direitos entre trabalhadores em razão do gênero, idade, cor ou estado civil, como também as já citadas anteriormente a ampliação do seguro-desemprego e o aviso prévio.

Ele virou em 1988, após a Constituição, foi oficializado no início de 1989, porque não podia ser sindicato, eram associações. A gente percebia que o quando era associação era mais fraco, não tinha uma estrutura como tem o sindicato, de congresso, de discussões, de ter regionais, acho que a ALISC ainda, para todos os efeitos, foi um grande passo para nós da educação, mas ainda era centralizada em Florianópolis.<sup>91</sup>

A mudança na nomenclatura da ALISC acontece após diversos debates entre os associados, logo após a promulgação da Constituição de 1988, onde foi estabelecido no artigo 8º as diretrizes para a organização sindical e no artigo 10º estendendo as mesmas para os trabalhadores públicos.

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvando o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

---

<sup>91</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, [...] na mesma base territorial [...];

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, [...];

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 13 e 20).

Enquanto alguns professores encontravam uma dificuldade de compreender, outros tinham clareza do que estava acontecendo, vivenciaram aquela transformação como uma vitória de anos de luta, contra o sistema ditatorial vigente nos anos anteriores, contra o descaso que os governadores do Estado de Santa Catarina trataram a educação em tempos predecessores, e sentiam aquela construção como parte de uma história de luta, que vinha sendo formada através de ações fracionadas.

Porém, com um sindicato tudo seria diferente, a discussão agora era unificada em todo o Estado, do litoral ao oeste, do extremo sul ao norte. Um dos pontos que teve uma discussão ampliada foi o nome dado ao novo sindicato, como aponta a professora Celi Cecconi<sup>92</sup> “a formação do SINTE teve uma discussão bem ampla de tudo, do nome, das chapas que iriam concorrer, a aprovação do sindicato, foi um momento muito importante”, com os professores se reconhecendo como trabalhadores em educação, e unificando todos os profissionais da educação.

Nas palavras de algumas professoras, como a professora Terezinha e a professora Bernadete Proença, é possível observar que a

---

<sup>92</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

partir do momento que a ALISC transforma-se em SINTE, a entidade amplia sua representatividade, não sendo mais uma mera associação. Para Souza, J. S. (2002, p.128) “no decorrer dos anos 80, no que diz respeito à organização e luta dos trabalhadores no bojo do processo de abertura, a classe trabalhadora fortaleceu sua organização autônoma”, desta forma, no final da década os profissionais da educação de Santa Catarina conquistam sua organização de representação classista.

Esse sentimento muitas vezes passional por parte dos entrevistados, quando recordam da fundação do SINTE, também trazem uma esperança de uma valorização da categoria, e com isso é possível observar nas entrelinhas uma confiança na instituição que se formara. Quando a professora Terezinha relata os acontecimentos que deram origem ao SINTE, a mesma menciona o fato da categoria se unir, sentindo-se fortalecida e buscar uma mudança social com uma maior valorização profissional.

A própria estadual, aí nisso se institui o sindicato, não é mais a APROVA e ALISC, passa a ser sindicato, se regulariza, se autoriza, e aí criou-se uma força muito grande, as pessoas se sentiram fortalecidas, e as pessoas se uniram e naquele momento, aquele salão paroquial da Igreja (Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens) lotava, e tinha muita emoção junto com todo esse movimento porque foi uma época que as pessoas tinham muito um sonho de mudança social, que a diferença maior que eu vejo, dos jovens dessa época com os de hoje, hoje as pessoas sonham muito para o individual, e naquela época o individual era importante, mas o social vinha para complementar o individual, vinha para colaborar do individual, da casa, do carro, do trabalho com salário mais digno, que pudessem ter uma maior qualidade de vida, mas aquele sonho social, de mais igualdade, das pessoas puderem ter acesso aos bens pra vida, esse era o sonho que movia a juventude daquela época.<sup>93</sup>

No olhar da professora Madeca um sindicato teria uma maior legitimidade, pois o SINTE unificaria a categoria na luta, representando os diversos segmentos que antes estavam divididos ou isolados, e com

---

<sup>93</sup> Terezinha Santos da Rosa. Entrevista citada.

isso deixou a categoria mais segura na organização do embate contra o governo, equilibrando a correlação de forças. O direito de associar-se em sindicato foi uma conquista da categoria a partir da Carta Magna de 88, entretanto o êxito foi o resultado de um processo gradativo da categoria.

A perspectiva era de melhoras que viesse nos beneficiar, que viesse atender a necessidade do professor, um sindicato era muito mais forte, um sindicato do que uma associação, esse entendimento era visível, isso era um avanço, que nós tínhamos mais fortalecimento, já tinha um advogado junto, tinha pessoas que iam lutar por ti, caiu de bom tamanho, uma coisa muito boa, sair da ALISC para o SINTE, uma coisa interessante, fazer parte de um sindicato, tinha mais legitimidade, imagina tu ser representada por um sindicato, de um sindicato para uma associação tem diferença, muito mais força, o pessoal se sentiu mais seguro, e tu sabes que eu tive conquistas monetárias de causas lá daquela época.<sup>94</sup>

Estar organizado em um sindicato para alguns dos professores entrevistados passou a dar uma maior segurança ao buscar seus direitos enquanto categoria. Após a fundação do SINTE, a organização estadual fixada em Florianópolis contava com departamentos específicos, como o jurídico, para oferecer aos professores um suporte legal diante dos abusos do governo estadual.

Primeiro que o sindicato pra mim é esclarecedor, ele existe e é onde tu tira todas as tuas dúvidas e tu vai buscar o que é de direito teu através dos profissionais, dos advogados que lá estão, mas eu penso que uma categoria jamais pode ficar sem um sindicato, ela tem que ter, como se diz, ele é a ancora do professor, mesmo que ele não seja “o sindicato”, mas a categoria tem que estar dentro do sindicato.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

<sup>95</sup> Maria Edenir Espíndula Fernandes. Entrevista citada.

Na recordação da professora Madeca é possível perceber, que mesmo os professores que discordam de algumas decisões sindicais tomadas pelo SINTE em algum momento, enquanto direção ou enquanto categoria, nas suas instâncias, é imprescindível a existência de um sindicato para uma categoria, pois este é formado pelos trabalhadores e sua efetividade depende da participação ativa destes.

A professora Bernadete Proença ao evocar suas lembranças, cita que uma parte da categoria não estava familiarizada com a relevância do momento histórico vivenciado, mas alguns dos educadores articulavam esta fundação em todo o Estado, entre eles estava o professor Nilson Matos Pereira, que tornou-se uma liderança estadual nesse processo, muitas vezes não contando com a concordância de alguns colegas, mas adquirindo no decorrer do tempo um respeito tanto regional como dentro da organização do SINTE Estadual.

Ele era, o Nilson, muito articulador, tinha Ideli que articulava, a Ana Aquini, mas assim, nós articulávamos aqui e eles articulavam em outras regiões. O Nilson era uma liderança não só no nosso sindicato, mas era uma liderança estadual. Alguns não achavam ele simpático, mas grande parte respeitava mesmo não gostando. Esse processo de construção de sindicato, todos os professores não tinham essa visão, mas nós íamos trabalhando isso. Nós tínhamos essa visão que era importante tornarmos sindicato.<sup>96</sup>

Desta forma, percebe-se que havia uma correlação de diálogo constante entre a falta de informação e a formação política dos professores, onde existia então a necessidade de levar para as escolas os motivos pelos quais os trabalhadores em educação adquiriram o direito de se sindicalizar. Conseqüentemente, esse direito foi adquirido com o trabalho e a perseverança de todos os professores que anteriormente a promulgação da Constituição de 1988 e da fundação do SINTE na sequência, se organizaram enquanto categoria. Enquanto associação essa relação de organização de luta e organização associativa se confundia, mesmo que a ALISC no Estado e a APROVA regionalmente estivesse sempre presente no movimento de embate ao governo.

---

<sup>96</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

A maioria não sabia diferenciar a ALISC da APROVA, não tinha muito conhecimento. A APROVA foi meio que deixada de lado depois da formação do SINTE. Eu acho que deveria ser falado da APROVA na época da Ditadura Militar. Que fizeram greve nesta época, em 1980, foram poucos, um ou dois professores, mas fizeram. Tinha que falar da APROVA e depois do SINTE, foi dito muito do que teria que ser o SINTE, mas não foi feita essa retrospectiva da APROVA.<sup>97</sup>

A professora Celi Cecconi relembra que não houve uma recuperação da história da APROVA após a constituição do SINTE. Deste modo, evidencia na sua fala a importância das associações regionais e de associações de seguimentos da categoria para o desenvolvimento do processo que em 1988 desencadeou a fundação do SINTE.

Entretanto, mesmo com um sentimento de êxito aflorado na categoria por conquistar o seu sindicato, muitos professores ainda tinham um olhar de receio sobre o posicionamento político do SINTE. A falta de uma participação ativa nas instâncias de debate do SINTE e o conservadorismo político regional fazia que alguns professores optassem por desqualificar a luta da categoria. Contudo, para aqueles que se aproximavam e essa imagem era desconstruída, perdendo o medo dos movimentos de luta.

A gente se fortalecia mais entre nós, a gente fazia esse trabalho de conversar e se reunir, sempre aparecia um ou outro, mas não vinham todos, mas nas suas escolas, no seu cotidiano, ainda tinham alguns que diziam que sindicato era coisa para comunista, que o sindicato era coisa para comer criancinha, era coisa para baderneiro, então tinha muito preconceito, foi um processo bonito mas doloroso e doido, teve muito choro e muita briga. Eu participei do SINTE estadual, mas depois me afastei também, comecei a ficar alienada por opção. Foi um estágio da vida que eu pensei assim “batalhei tanto, não que esteja arrependida, acho que deveria ter feito mais, só que agora eu tenho

---

<sup>97</sup> Celi Cecconi. Entrevista citada.

outras prioridades, quero aproveitar essas outras coisas da vida”.<sup>98</sup>

Nas memórias desses professores que vivenciaram este período está lúcido e presente a importância de ter a categoria organizada em um sindicato. Com o tempo muitos perceberam que aquela luta foi apenas mais uma das batalhas vencidas, e que nos anos seguintes outros confrontos viriam desfiar a união e o entendimento de classe dos professores da rede estadual do Vale do Araranguá.

Em suma, os professores presentes nesta pesquisa deixaram sua contribuição no primeiro momento para a categoria profissional que escolheram para sua vida, e agora puderam colaborar rememorando suas trajetórias e mais do que isso, o percurso histórico do próprio SINTE Regional de Araranguá. Nesse sentido, Bosi (1994, p. 474) diz que “a recordação é tão viva, tão presente, que se transforma no desejo de repetir o gesto e ensinar a arte a quem escuta”. O professor que participa da luta é como o artista que vive a arte e depois busca reviver ao ensinar ao outro.

---

<sup>98</sup> Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista citada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou as experiências educacionais, sindicais e políticas dos trabalhadores em educação da rede pública de ensino do extremo sul de Santa Catarina, que a partir de entrevistas colaboraram para termos outro prisma sobre o movimento constante de valorização da categoria. Desta forma, discorrer sobre a história dos professores na permanente dinâmica de organização nas suas lutas por condições melhores de trabalho, tema esse com poucas pesquisas científicas, transformou-se em um caminho de descobertas prazerosas e estimulantes. Assim sendo, chega-se ao momento de finalizar a pesquisa e construir considerações, que buscam retomar algumas posições assumidas no início deste projeto e que conduziram este estudo o processo de trabalho.

Os contatos com os professores entrevistados em diversos momentos nos levaram para outros caminhos distintos daqueles pré-programados para as entrevistas, cheios de emoção, de recordações, de embaraços, de desencontros, que foram muito construtivos para o desenvolvimento da condição de pesquisador, mas também para o afastamento do objeto de estudo.

Esta relação entre aproximação e distanciamento do objeto da pesquisa permeou, em alguns momentos pelo vínculo entre o pesquisador e o professor, em outros pelo vínculo entre o pesquisador e diretor sindical, pois durante a pesquisa no ano de 2015, vivenciamos uma greve estadual de professores que nos manteve fora da sala de aula por setenta e três dias, sendo que destes, trinta e três dias foram de ocupação a Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, no qual estive presente em pelo menos vinte e cinco dias.

Entretanto, para buscar elucidar a problematização desta pesquisa, foi necessário fazer este exercício, de distanciamento, constantemente. Porém, buscar o olhar dos professores sobre a transição da ALISC para o SINTE, e sua colaboração na constituição do SINTE Regional de Araranguá, exigiu a colaboração e estreitamento entre pesquisador e entrevistado, como afirma Bosi (1998, p.90) “entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido”.

Essas entrevistas possibilitaram uma aproximação de memórias que transpassavam o imaginário de luta da categoria, lembranças de greves históricas, a perda de colegas durante as mobilizações, congressos conflituosos, mas que não estavam oficialmente comprovadas, pois vinham sendo contadas há algumas décadas

informalmente, sem um registro metodológico e sem confirmação destes fatos.

Para alcançar o resultado dessa problematização, foi necessário elencar alguns objetivos, tornando-se o objetivo geral o seguinte: Analisar o olhar dos professores fundadores, a partir de suas memórias, e sua colaboração na constituição do Sinte - Regional Araranguá. Esta análise foi construída segundo as memórias desses professores convidados a participar da pesquisa, no entanto, a exploração do conteúdo das entrevistas só foi possível após o diálogo destas com o vasto acervo de livros atas, documentos (ofícios, regimentos, estatuto, boletins informativos) e fotografias do SINTE Regional de Araranguá.

Assim, para obter uma análise deste período de transição que o SINTE Regional de Araranguá vivenciou através das memórias de professores que faziam parte da instituição, foram elencados os objetivos específicos: Analisar como o sindicato constituiu-se como uma entidade representativa da classe trabalhadora na luta e na defesa do seu interesse; Identificar através dos relatos das memórias do movimento sindical dos professores da educação pública estadual do Vale do Araranguá, a visão sobre contribuição para a profissionalização do magistério público estadual no Vale do Araranguá; Relatar as lembranças sobre a constituição do SINTE Regional de Araranguá através das memórias de professores que colaboraram na formação da entidade.

Da análise oriundas dos objetivos específicos, chegou-se ao entendimento que a constituição do SINTE Regional de Araranguá enquanto sindicato foi extremamente significativa na luta e na defesa da categoria, não obstante, se compreende que a representatividade da entidade teve seu início nas primeiras organizações de professores ligados a ALISC, com a ligação intensificada entre o professor Valmir Emerim e Nilson Matos Pereira, e posteriormente a fundação da APROVA.

Todavia, deve-se enfatizar que através dos relatos dos professores da educação da rede pública estadual foi identificada uma importante contribuição para a profissionalização de segmentos da carreira do magistério, pois estes estiverem presentes na construção das mobilizações que garantiram para a classe, o Plano de Carreira, o Estatuto do Magistério e o Plano Estadual de Educação – PEE, na década de 1980.

Assim sendo, ao relatar essas lembranças sobre as mobilizações, mas também sobre o cotidiano de construção da entidade, seja a APROVA, ou após adquirir o direito a sindicalização, o SINTE

Regional de Araranguá, possibilita a reconstrução desta história de um grupo social através das suas memórias.

Não menos relevante para conseguir este entendimento, para que as memórias pudessem colaborar de uma forma íntegra, foi necessário reconstruir a história do movimento sindical no Brasil, que está em atividade contínua, convivendo com avanços e retrocessos, no entanto, desde as primeiras indústrias instaladas no país e com a implantação do trabalho assalariado, mesmo de forma tímida no final do século XIX, segue sendo de suma expressão para o aumento dos direitos trabalhistas no país.

Conforme a pesquisa foi desenvolvida, a relação entre o objeto de estudo, a problematização e os objetivos às vezes se distanciaram, contudo, acreditamos ser necessário discorrer sobre o movimento sindical em seus primórdios e também a respeito dos caminhos que cruzaram a educação pública em Santa Catarina, como forma de compreender e alcançar os objetivos propostos no início deste estudo, indo de encontro à já aqui mencionada, falta de pesquisa nesta área.

Quando aborda-se o movimento sindical no Brasil, os autores não chegam a uma conclusão esclarecedora sobre suas fases, tendo algumas divisões históricas e sociológicas discutidas, entretanto, esses marcos tendem a deixar uma margem para contestação. Neste contexto, procurou-se nesta dissertação apresentar o movimento sindical no Brasil, em dois momentos, um período que compreende desde a sua gênese, perpassando a Ditadura de Vargas e parte do Governo Militar; e o outro momento, onde surge um novo sindicalismo, mais combativo, com uma estrutura organizacional bem desenvolvida, que vai ser gerar uma ampliação da participação dos trabalhadores.

Por conseguinte, é neste cenário, que o SINTE emergiu e, conseqüentemente, as diversas associações regionais de professores, constituídas como núcleos da ALISC, tornaram-se sub-sedes do SINTE, caso da APROVA, no extremo sul de Santa Catarina.

No segundo capítulo, buscou-se dar subsídios teóricos à organização dos professores enquanto categoria em Santa Catarina, momento no qual, durante algum tempo, as vozes estavam reservadas as salas de aula, não tendo uma aproximação enquanto classe, lutando no dia a dia para resolver as mazelas da comunidade, as dificuldades pessoais, sem (poder) perceber que as adversidades eram pertinentes a quase toda categoria.

Portanto, o capítulo tratou de trazer a discussão da formação do professor durante décadas, as reformas educacionais promovidas pelo Estado, e formação da Associação dos Licenciados de Santa Catarina –

ALISC, que foi fruto justamente da diferenciação da organização educacional do Estado, que tratava os professores do primário de uma maneira distinta dos licenciados, com isso, demonstrando o interesse em oferecer educação gratuita apenas para os primeiros anos, e não valorizando os demais professores, que eram chamados de designados e não tinham o direito de efetivação no Estado.

Ainda no segundo capítulo, apontou-se a consequência de toda a mobilização de consciência de classe, a fundação da ALISC, que surgiu como uma associação centralizada na capital do Estado, para defender esses professores licenciados e nas décadas seguintes conseguem ampliar seus limites geográficos, se organizando enquanto entidade de classe, promovendo o enfrentamento com o governo e estruturando núcleos regionais em diversos municípios no interior de Santa Catarina, e se consolidando enquanto representantes dos trabalhadores em educação.

Ato contínuo, o terceiro capítulo refere-se à construção metodológica da pesquisa, apresentando os conceitos teóricos para referendar a escolha dos objetos de estudo, onde através da História Oral nos oportunizou analisar através das memórias de alguns professores a constituição do SINTE Regional de Araranguá. Logo, ao fazer a escolha por investigar essas memórias foi possível ter um gama de novas oportunidades a respeito da APROVA, da ALISC e do SINTE, observando determinadas situações impossíveis de serem constatadas apenas com os documentos oficiais. Entretanto, as entrevistas tiveram de ser analisadas e confrontadas com documentos, pois muitas vezes as lembranças poderiam nos confundir. Desta forma, este capítulo foi fracionado em dois momentos, a fundamentação teórica e a apresentação dos entrevistados.

Posto isso, constata-se que os estudos desempenharam alguns aspectos importantes a serem lembrados. A APROVA foi constituída por meio de uma necessidade de organização de classe, em um momento que os professores estavam se organizando em diversas regiões do Estado, e a figura de um professor, nesta região, no caso estabelecida na figura do professor Valmir Emerim, teve esse contato inicial com a ALISC, entidade estadual, e trouxe para o extremo sul a proposta de estruturar uma associação que buscava a valorização da categoria. Na escola, apresentando e mostrando a importância da ALISC para seus colegas de trabalho, deparou-se com um professor tão visionário quanto Emerim, Nilson Matos Pereira, que compreendeu a concepção e a necessidade desse mecanismo de embate político para a categoria e aos poucos foram construindo a APROVA, que foi fundada em 1983, e até

1988 serviu de núcleo regional da ALISC, sendo incorporada ao SINTE em 1988, com a fundação do sindicato estadual da categoria e tornando-se SINTE Regional de Araranguá.

Ao investigar as memórias dos professores que estavam a frente deste movimento, percebeu-se que a pesquisa não poderia findar com essa dissertação, diversos professores que vivenciaram este processo de mobilização sindical ainda tem suas memórias latentes, com experiências que devem ser compartilhadas e podem subsidiar outras pesquisas. Assim, ressaltamos aqui a necessidade do cuidado que precisamos ter ao retornar nos objetivos iniciais em face da quantidade de olhares que este tema poderia ter abordado e que poderá, incontestavelmente, ser explorado futuramente, em que pese à quantidade de lembranças dos professores entrevistados e de tantos outros que ainda tem em suas memórias uma contribuição imensurável.

As reminiscências evocadas nesta pesquisa nos levaram a refletir nas particularidades que circundam a constituição do SINTE Regional de Araranguá, as campanhas de filiação, as mobilizações, as paralisações, as greves, as dificuldades familiares, as questões pedagógicas, as disputas internas, entre outros pontos que mesmo sem ser o objeto de estudo nos possibilitou enxergar nas falas e nos olhares durante a exploração das recordações do entrevistado.

Enfim, apesar da amplitude da instituição pesquisada e do vasto material de consulta, existe uma lacuna a ser preenchida neste campo de estudo. Deste modo, o sentido de conduzir as recordações destes professores para esta dissertação consistiu propriamente na necessidade de ampliar o debate a respeito da formação política da categoria, e entender como o SINTE Regional de Araranguá tornou-se representativo enquanto entidade de classe.

Portanto, considera-se que as narrativas dos entrevistados a respeito da constituição do SINTE Regional Araranguá sobre suas lutas e seu diálogo com a categoria, onde as dificuldades enfrentadas em outros tempos contribuíram para uma aproximação e compreensão desta, nas mobilizações que se seguiram. Entretanto, a possibilidade de reflexão sobre os reveses confrontados pela categoria em diversos momentos, principalmente depois que os professores se organizam como classe combativa, seja no enfrentamento com o governo, seja com setores do próprio sindicato, deparam-se com a sociedade ordeira tradicionalmente voltada para a manutenção das classes sociais.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Sundermann, 2007.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.
- \_\_\_\_\_. **A dialética do Trabalho II**. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil e Glossário**. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1989.
- BRASIL. Decreto n.º 11770, de 19 de março de 1931, Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras

providências. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d19770.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d19770.htm)>  
Acesso em: 24 ago 2016.

CÂNDIDO FILHO, José. **O Movimento Operário: o sindicato, o partido**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARDOSO, Jorge Alexandre Norgared. “A Formação do Normalista na Escola Catarinense nos anos de 1910”.In: SCHEIBE, Leda; DARÓS, Maria das Dores. **Formação de Professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

Colégio Murialdo. Colégio Murialdo: Apanhado histórico. Disponível em: <  
<http://www.colegiomurialdo.com.br/instituicao/historia?ararangua>>.  
Acesso em 8 de outubro de 2016.

FILHO, José Cândido. **O movimento operário: O sindicato, o partido**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FONSECA, Marília. “O Banco Mundial e a Educação: Reflexões sobre o caso brasileiro. GENTILI, Pablo et AL (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GENTILI, Pablo et al (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 303 p. Vânia Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre história oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LEMES, Lucirlene Pertuzatti de. A organização política – sindical dos profissionais da educação no oeste de Santa Catarina: o Sinte – regional de Maravilha (1988/2006). – 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado e Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba. 2007.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2.ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2005.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Greve do servidor público**. São Paulo: Atlas, 2001.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. **Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público**. Campinas/SP: Alínea, 2000.

NASCIMENTO, José Roberto Carvalho do. **Estratégias de ação política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina-SINTE/SC-e sua relação com a Central Única dos Trabalhadores-CUT-entre a década de 1980 e início dos anos 2000**. 2007.

NORA, Pierre. “**Entre Memória e História: a problemática dos lugares**”, In:*Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, 1981.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da memória**. 1.ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Sólon apud PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SADY, João José. **Direito Sindical e Luta de Classes**. Instituto Cultural Roberto Morena, 1985.

SCHEIBE, Leda; DANIEL, Leziany Silveira. “Formação Docente para Educação Básica: um desafio para o Ensino Superior no século XXI”. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (Org.). **Formação de Professores em Santa Catarina**. Florianópolis : NUP/CED, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Cultura e Identidade Operária**: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ, [19--].

SOUZA, Ana Maria Borges de. **Das escolas às ruas**: Movimento dos trabalhadores da educação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil**: Anos 90. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

STEPHANOU, Maria. **Problematizações em torno do tema Memória e História da Educação**. História da Educação. ASPHE/UFPel, Pelotas(4):131-141, set.98.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983.

**FONTES ORAIS**

Celi Cecconi. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

Maria Bernadete Francisco Proença. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Balneário Gaivota.

Maria Edenir Espíndola Fernandes. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

Neuza Pilenghy Pereira. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

Nilva Jacira Garcia Gabriel. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

Red Aparecida Silveira. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

Terezinha Santos da Rosa. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

Valmir Emerim. Entrevista concedida a Rodrigo Antonio Mattos. Araranguá.

**ANEXOS**

**ANEXO A – Roteiro das entrevistas****IDENTIFICAÇÃO**

NOME:

LOCAL E DATA DE NASCIMENTO:

PROFISSÃO:

NOME DO PAI:

NOME DA MÃE:

NOME DA ESPOSA E DATA DE NASCIMENTO:

NÚMERO DE FILHOS E NETOS:

ENDEREÇO ATUAL:

TELEFONE:

E-MAIL:

**LOCAL E DATA DA ENTREVISTA:**

MOTIVO DA ENTREVISTA: Dissertação para o Mestrado em Educação Unesc.

- 1- Estudou em qual escola? Fez qual faculdade? Se formou em que ano?
- 2- Onde leciona atualmente? Aposentada? Possui alguma função administrativa?
- 3- Predominava no Ensino Primário as professoras mulheres?
- 4- Em que ano começou a lecionar?
- 5- Trabalhou na rede estadual e municipal? Em quais escolas você trabalhou?
- 6- Trabalhou com professor ACT?
- 7- Quais as principais dificuldades enfrentadas no início da carreira de professor?
- 8- Como você teve conhecimento do movimento sindical?
- 9- Como era a organização do sindicato nesta época?
- 10- Qual a relação da APROVA com a ALISC?
- 11- Onde eram realizadas as reuniões? Onde era a sede da Aprova e do ALISC nesse período?
- 12- Qual era a visão que seus colegas (professores) tinham sobre o movimento sindical?
- 13- Qual era a visão seus colegas (professores) tinham sobre o sindicato de Araranguá?
- 14- Qual a primeira greve que você participou?
- 15- Quais os movimentos de greve que você participou?
- 16- Havia ligação entre o movimento sindical e a política neste período; Como você avaliava?

17-Como eram vistas as mulheres dentro do movimento sindical?

18-Quem foram os principais nomes do sindicato na década de 1980?

19-Como eram organizadas as reuniões sindicais na década de 1980?

20-Antes da ALISC havia outra organização?

21-Como foi visto por você a mudança de associação (ALISC) para SINTE?

22-Que tipo de contribuição o sindicato pode dar para a Educação?

## ANEXO B – Estatuto da APROVA, página 1

### E-S-T-A-T-U-T-O DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE VALE DO ARARANGUÁ

#### TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS E FINALIDADES

##### CAPÍTULO I – DA PERSONALIDADE E AUTONOMIA

Art. 01º – A Associação dos Professores do Vale do Araranguá, APROVA, com sede e fórum em Araranguá, município-sede da microrregião da AMESC, Estado de Santa Catarina, criada em Assembleia Regional da categoria, é uma Entidade civil, sem fins lucrativos, independente de atividades político-partidárias e religiosas, com duração indeterminada; regida pelo presente Estatuto.

Art. 02º – A Associação goza de autonomia administrativa, política e financeira, a ser exercida na forma da Lei e deste Estatuto.

Art. 03º – A organização e o funcionamento da Associação, obedecida a Lei em vigor, serão disciplinados por este Estatuto e outros documentos emanados dos órgãos competentes.

##### CAPÍTULO II – DOS FINS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 04º – A Associação tem as seguintes finalidades:

a) Promover a união dos Professores visando à melhoria de condições gerais da educação; b) Defender os interesses da categoria, respeitada a legislação aplicável; c) Promover atividades que beneficiem os Associados; d) Lutar pela dignidade e respeitabilidade do Professor; e) Constituir-se em Núcleo da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISO), conforme preceitos dos documentos legais daquela Entidade.

##### TÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 05º – A Associação compreende a seguinte estrutura básica:

I – CONSELHO DELIBERATIVO; I.1 – Assembleia Regional; I.2 – Colegiado  
 II – CONSELHO FISCAL; III – UNIDADE EXECUTIVA; III.1 – Presidência; III.1.1 – Presidente; III.1.2 – Vice-Presidente; III.2 – Secretaria; III.2.1 – Secretário-Geral; III.2.2 – 1º Secretário; III.3 – Tesouraria; III.3.1 – Tesoureiro-Geral; III.3.2 – 1º Tesoureiro; IV – Departamentos; IV – ASSEMBLÉIA MUNICIPAL; IV.1 – Representantes; IV.2 – Suplentes.

##### TÍTULO III – DOS SÓCIOS

Art. 06º – O Quadro Social terá as seguintes categorias de Sócios:

a) Fundadores; b) Contribuintes; c) Honorários; d) Beneméritos.

Art. 07º – Serão Sócios Fundadores aqueles que promoveram a fundação da Associação, assinando o livro de PRESENÇA, por ocasião da Assembleia Regional, e que permanecerem com a situação social regularizada.

Art. 08º – São Sócios Contribuintes os trabalhadores que prestam ou já prestaram serviço à Educação, residentes no Vale do Araranguá, admitidos no Quadro Social e que contribuem com a mensalidade em vigor.

Art. 09º – Serão Sócios Honorários os ex-membros de cargos eletivos que assim sejam designados por delegação da Assembleia Regional.

Art. 10º – Serão Sócios Beneméritos aqueles que, pertencentes ou não ao Quadro Social, tiverem prestado relevantes serviços à Associação ou à categoria de trabalhadores da Educação, assim deliberado em Assembleia Regional.

Art. 11º – Têm direito a voto os Sócios Fundadores, Contribuintes e Honorários, em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 12º – Poderão ser votados os Sócios Fundadores e Honorários, bem como os contribuintes, desde que a admissão destes últimos tenha sido efetuada 6 (seis) meses antes do competente registro da candidatura e não haja qualquer outro impedimento legal de sua permanência no Quadro Social.

##### TÍTULO IV – DA COMPETÊNCIA DOS PODERES CONSTITUÍDOS

##### CAPÍTULO I – DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 13º – Compete ao Conselho Deliberativo Legislar, analisar, fiscalizar, propor modificações e vetar os atos dos demais órgãos da Associação.

##### SEÇÃO I – DA ASSEMBLÉIA REGIONAL

Art. 14º – Compete à Assembleia Regional:

a) Reunir-se, ordinariamente, de dois em dois anos, para eleger e dar posse

## ANEXO C – Estatuto da APROVA, página 2

### ESTATUTO DA APROVA – Folha 02

aos membros da Unidade Executiva; b) Reunir-se, extraordinariamente, sempre que for convocada, para deliberar sobre os assuntos contidos na convocação; c) Promover e aprovar mudanças no presente Estatuto; d) Fazer cumprir o mandato dos componentes dos órgãos da Associação; e) Elaborar e aprovar seu próprio Regimento, assim como vetar Regimentos de outros órgãos, quando ilegais ou inexequíveis; f) Determinar e aplicar punições a qualquer membro de cargo eletivo; g) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto.

#### SEÇÃO II – DO COLEGIADO

Art. 15º – Compete ao Colegiado:

a) Promover e aprovar mudanças nos Regimentos; b) Zelar pelo fiel desempenho das funções inerentes à Unidade Executiva; c) Receber, analisar e aprovar ou não, os pareceres do Conselho Fiscal; d) Legislar, em 1ª instância, aplicando os preceitos legais a todos os órgãos da Associação; e) Compor e designar Comissões de estudos para o assessoramento dos demais órgãos da Associação; f) Resolver, em grau de recurso, os casos omissos do presente Estatuto; g) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto; h) Executar outras atividades inerentes à área, delegadas pela autoridade competente; i) Deliberar, sempre, por maioria simples de voto; j) Escolher, entre seus membros, o Presidente e o Secretário, para coordenar o respectivo órgão.

#### SEÇÃO III – DA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA REGIONAL

Art. 16º – A convocação das Assembléias Regionais será feita pelo Presidente da Unidade Executiva ou pelo Colegiado, por vontade da maioria de seus membros; PARÁG. ÚNICO: – Em qualquer dos casos, a convocação deverá conter os assuntos que a motivaram e ser dirigida aos associados com uma antecedência mínima de 5 ( cinco) dias de sua realização.

#### CAPÍTULO II – DO CONSELHO FISCAL

Art. 17º – Compete ao Conselho Fiscal:

a) Reunir-se de dois em dois meses para analisar e dar parecer sobre as contas e demais documentos contábeis apresentados pela Unidade Executiva; b) Aprovar ou não as propostas financeiras da Unidade Executiva; c) Deliberar, sempre, por maioria simples de voto; d) Escolher, entre seus membros, o Presidente e o secretário para coordenar o órgão; e) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto; f) Executar outros atos inerentes à área, delegados pela autoridade competente.

### CAPÍTULO III – DA UNIDADE EXECUTIVA

Art. 18º – Compete à Unidade Executiva planejar, organizar, coordenar; dirigir e controlar a execução da política definida pelo Conselho Deliberativo para que sejam atingidos os objetivos gerais da Associação.

#### SEÇÃO I – DA PRESIDÊNCIA

Art. 19º – Compete ao Presidente:

a) Responder pela Associação em juízo ou fora dele; b) Nomear os Chefes de Departamentos para executar tarefas específicas, aprovadas pelo Conselho Fiscal ou Conselho Deliberativo; c) Criar e dissolver os Departamentos; d) Resolver sobre os atos administrativos, assim como exercer o controle econômico-financeiro dos bens e patrimônio da Associação; e) Delegar poderes e responsabilidades para outros exercerem a execução de tarefas inerentes a sua área; f) Convocar e presidir reuniões e Assembléias, quando não haja impedimento legal; g) Reunir-se, ordinariamente, com os membros da Unidade Executiva, mensalmente e; extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 20º – Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente em tudo para o qual for solicitado e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos.

#### SEÇÃO II – DA SECRETARIA

Art. 21º – Compete ao Secretário-Geral:

a) Auxiliar a Presidência em tudo para o qual for solicitado; b) Zelar pelo funcionamento da Secretaria; c) Elaborar e apresentar relatórios sintéticos e periódicos referentes ao desenvolvimento das atividades da Associação.

## ANEXO D – Estatuto da APROVA, página 3

### ESTATUTO DA APROVA – Folha 03

Art. 22º - Compete ao 1º Secretário auxiliar o Secretário-Geral em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

### SEÇÃO-III - DA TESOUREARIA

Art. 23º - Compete ao Tesoureiro-Geral:

a) Auxiliar a Presidência em tudo para o qual for solicitado; b) Zelar e responder pelo funcionamento do setor contábil da Associação; c) Elaborar e apresentar, de dois em dois meses, os instrumentos contábeis para a prestação de contas ao Conselho Fiscal.

Art. 24º - Compete ao 1º Tesoureiro auxiliar o Tesoureiro-Geral em suas funções e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

### SEÇÃO-IV - DOS DEPARTAMENTOS

Art. 25º - Haverá tantos Departamentos quantos forem necessários.

Art. 26º - Os Departamentos serão regidos pelos seus respectivos Regimentos, aprovados pela Unidade Executiva;

PARÁG. ÚNICO - Serão responsáveis pelos Departamentos os Sócios que ocuparem tais cargos de confiança da Presidência da Unidade Executiva.

### CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLÉIA MUNICIPAL

Art. 27º - A realização da Assembléia Municipal obedecerá as diretrizes dos respectivos Regimentos aprovados pelo Colegiado, com finalidade específica de eleger os membros do Colegiado, Conselho Fiscal e Representantes.

PARÁG. ÚNICO - Cada município terá a sua Assembléia e nela votarão somente os sócios residentes no respectivo município;

Art. 28º - Será anulado o voto do sócio que transgredir as normas aqui estabelecidas, bem como passado o seu mandato, se ilegal.

Art. 29º - Não havendo sócios suficientes para preencher os cargos, poderá, a título precário, haver acumulação de funções.

PARÁG. ÚNICO - Dos membros eleitos pela Assembléia Municipal, serão titulares a) Dois para o Colegiado; b) Um para o Conselho Fiscal; c) Um Representante.

PARÁG. ÚNICO - Todos os órgãos terão, ainda, um Suplente.

Art. 31º - Compete aos Representantes executar as tarefas, em seus respectivos municípios, delegadas pelo órgão competente.

### CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS SÓCIOS

Art. 32º - São atribuições dos Sócios:

a) Votar e ser votado, preenchidos os requisitos e condições legais; b) Pro por convocação de Assembléia Regional mediante a assinatura de 20% dos sócios com situação regularizada, em ofício dirigido ao órgão competente; c) Exercer com responsabilidade as tarefas para as quais for designado, ou receber por meio de nomeação ou eleição; d) Contribuir, pontualmente, com a sua mensalidade; e) Comparecer às Assembléias e reuniões para as quais for convocado e acatar as decisões dos órgãos competentes; f) Zelar pelo Patrimônio da Associação e indenizar quaisquer prejuízos materiais a ela causados por própria culpa, deliberadamente ou por incidente; g) Usufruir de todos os benefícios conseguidos à categoria e receber o apoio da Associação na defesa de seus direitos legais; h) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto.

### TÍTULO V - DAS ELEIÇÕES

Art. 33º - As eleições serão realizadas de dois em dois anos, visando ao preenchimento dos cargos eletivos.

Art. 34º - As Eleições serão norteadas por Regimento próprio, aprovado em Assembléia Regional;

Art. 35º - As Eleições dos membros da Unidade Executiva, feitas em Assembléia Regional, realizar-se-ão a partir da 1ª quinzena de maio de 1984.

Art. 36º - As Eleições da Assembléia Municipal serão realizadas a partir de junho de 1984.

### TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - A dissolução da Associação ocorrerá por determinação da Assembléia Regional, com a presença mínima de dois terços dos votos favoráveis, em convocação específica para tal fim.

## ANEXO E - Estatuto da APROVA, página 4

## TÍTULO DA APROVA - Folha 04

- Art. 38º - A Assembléia decidirá o destino do Patrimônio da Associação, em caso de dissolução.
- Art. 39º - O valor das mensalidades será fixado pelo Colegiado.
- Art. 40º - Fundada uma Associação congênera, no Vale do Araranguá, esta poderá, em o desejando, constituir-se em Núcleo da APROVA;
- PARÁG. ÚNICO - Neste caso, deverá ser celebrado um convênio entre as duas associações, para caracterizar atuações e responsabilidades de autonomia, aprovado em Assembléia.
- Art. 41º - Após a homologação pelos órgãos competentes, a APROVA passará ser um Núcleo da ALISO.
- Art. 42º - Os associados que possuírem cargo de confiança, de qualquer nível, no Quadro do Magistério, e desejarem exercer cargo eletivo na Associação, deverão desincompatibilizar-se;
- Art. 43º - Os membros da APROVA que exerceram cargo eletivo e que pretenderem concorrer a cargo político-partidário deverão desincompatibilizar-se, obedecida a legislação em vigor.
- Art. 44º - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo Colegiado na 1ª instância e pela Assembléia Regional, em última instância, obedecendo os aspectos normativos e legais pertinentes.
- Art. 45º - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação na Assembléia Regional, realizada em 29 de outubro de 1982.

## SÓCIOS FUNDADORES

01 Nilsen Hilos Pereira (F. Lina)	IEVES
02 José Roberto da Silva (Rocio)	CEA - CENAH
03 Anália Santana Barbosa (P. Rosa)	E. B. M. S. PESSI
04 Valmir Casarin	E. B. M. S. PESSI
05 Fátima Batista de Souza	E. B. S. L. M. G. G. S.
06 Sérgio Santo de Bifencourt	E. B. M. S. PESSI
07 Lúcia Maria C. Pereira	E. B. M. S. PESSI
08 Maria Helena Hilos	IEVES
09 Valente Orlando da Silva (I. Sec)	E. B. S. CAMPOS - R. ALVES
10 Lindaura Nunes (F. Rosa)	E. B. S. CAMPOS
11 Naura Silveira Pereira	CEA - CENAH
12 Galo da Costa Ferreira	CEA - CENAH
13 Miria S. L. Jurek Oliveira	E. B. M. S. PESSI
14 Lúcia Elizabeth S. Aguiar	ANAMARA
15 Fátima Rocha	E. B. C. ALVES
16 Maria Celina de Silva	E. B. C. GOMES
17 Lúcia de Silva	E. B. C. ALVES
18 Naura Regina Lima Silva	E. M. S. PESSI
19 Diva Maria Mauri Pereira	E. B. C. ALVES
20 Maria Lúcia Leão de Lencastre (V. Rosa)	E. B. M. S. PESSI
21 Valmir José e Lúcia	E. B. M. S. PESSI
22 Maria Helena Casarin	E. B. S. CAMPOS